Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Documento Nº

08885/25

EXERCÍCIO:	2025
SUBCATEGORIA:	Licitações
JURISDICIONADO:	Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia
DATA DE ENTRADA:	30/01/2025
ASSUNTO:	Licitação - 00001/2025 - Pregão (Lei Nº 14.133/2021) - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024
INTERESSADOS:	Heitor Carneiro Campos

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

PROCESSO ADMINISTRATIVO PE 0001.2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 01/2025
LEI 14.133/2021

Órgão Realizador do Certame:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA-PB.
Rua Capitão Silvino Xavier, n.º 88, Centro, Cacimba de Areia-PB, CEP:58.730-000

PREÂMBULO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA, Estado da Paraíba, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ: 08.874.984/0001-41, situada na Rua Capitão Silvino Xavier, n.º 88, Centro, Cacimba de Areia-PB, CEP:58.730-000, representado neste ato pelo Chefe do Executivo Municipal, o Prefeito **HEITOR CARNEIRO CAMPOS**, CPF n.º 091.706.074-19 e RG n. 3.595.772-SSP/PB, através de seu Pregoeiro e equipe de apoio designados pela Portaria nº 06/2025, mediante solicitação do Secretário de Saúde do Município, torna público que se acha aberta a licitação na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, com critério de julgamento **menor preço global.** A licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e as demais legislações aplicaveis, sob as condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos. Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica **www.portaldecompraspublicas.com.br.** O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: Coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e homologação. Os prazos do certame estão definidas a seguir:

ÓRGÃO INTERESSADO:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA/PB**
Data e Hora de Inicio das Propostas:	**08h:30min. do dia 23/01/2025 (horário de brasília).**
Data e Hora Limite Para Impugnação:	**23h:59min. do dia 30/01/2025 (horário de Brasília).**
Data e Hora Limite Para Esclarecimento:	**23h:59min. do dia 30/01/2025 (horário de brasília).**
Data e Hora Final das Propostas:	**08h:30min. do dia 04/02/2025 (horário de brasília).**
Data de Abertura das Propostas-Sessão Pública:	**08h:31min. do dia 04/02/2025 (horário de brasília).**
Local:	**www.portaldecompraspublicas.com.br**
Modo de Disputa:	**ABERTO**

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será em um único item**,** conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2025, na classificação abaixo: 02.040 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE- 10 301 1007 1005 AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - SUS- **ELEMENTO DE DESPESA** – 4490.52 99 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

3. DO CREDENCIAMENTO.

3.1. O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio ***www.portaldecompraspublicas.com.br;***

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.4. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS.**

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.3. A obtenção de benefícios a que se refere o item 4.2 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.4. As licitantes enquadradas como Microempresa ou empresa de pequeno porte deverão apresentar declaração de que preenche os requisitos estabelecidos na LC 123/2006 e que no ano-calendário da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte

4.5. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.5.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.5.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.5.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.5.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

4.5.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.5.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.6. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

4.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes DECLARAÇÕES:

4.7.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

4.7.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.7.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.7.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
4.7.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.7.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

4.7.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

4.7.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.7.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.7.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.8. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, o qual será convocado em campo próprio do sistema.

5.8. Após convocação via sistema, o licitante melhor classificado terá o prazo de até 02 (duas) horas para envio dos documentos de habilitação.

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada item ofertado;

6.1.3. Fabricante de cada item ofertado;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 DIAS,** a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 100,0 (Cem Reais).**

7.9. Será adotado para o envio de lances na licitação **o modo de disputa aberto,** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

do certame, publicada no **http://www.portaldecompraspublicas.com.br**, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.26. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.27. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.27.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.27.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

7.27.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

7.27.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.28. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.28.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.28.2. empresas brasileiras;

7.28.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.28.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.29.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital e verificará a habilitação do licitante conforme disposições deste edital.

8.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8.3. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.4.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.4.2. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 8.4.1, só será considerada após diligência do agente de contratação/Pregoeiro, que comprove.

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

8.4.3. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta.

8.4.4. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.7. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

8.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 horas,** sob pena de não aceitação da proposta.

8.8.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.8.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **10 dias** úteis contados da solicitação.

8.8.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.8.3.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.8.3.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital e no Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.

8.8.3.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo(s) primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

8.8.3.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.8.3.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 15 dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.8.3.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.9. A Administração poderá solicitar carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

8.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.11. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.12. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.12.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO.

9.1. Encerrada a análise e aceitação da proposta de preço, o licitante melhor classificado será convocado via chat para apresentar os documentos de habilitação no prazo de até 02 (duas) horas, os quais deverão ser enviados via sistema Compras Públicas.

9.1.1. Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data da abertura da sessão ou da convocação para apresentação dos documentos, nos casos em que a convocação ocorrer em data diferente da abertura

9.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

9.3. Possuir Cadastro do Portal de Compras Públicas;
9.3. Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).
9.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
9.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
9.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
9.8. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
9.9. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
9.10. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindos e a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
9.11. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.
9.12. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
9.13. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 DUAS HORAS, sob pena de inabilitação.
9.14. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
9.15. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
9.16. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
9.17. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
9.18. Ressalvado o disposto no item 5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.19. DAS DECLARAÇÕES:

9.19.1. A contratada deverá declarar que:

9.19.1.1. Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes e impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. **(MODELO - ANEXO III).**

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

9.19.1.2. Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos; **(MODELO - ANEXO IV).**

9.19.1.3. Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas foram elaboradas independente e compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas; **(MODELO - ANEXO V).**

9.19.1.4. Declaro, sob as penas da Lei, que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso; **(MODELO - ANEXO VI).**

9.19.1.5. Declaração de não ter recebido do município de CACIMBA DE AREIA/PB ou de qualquer outra entidade da administração direta ou indireta, em âmbito Federal, Estadual e Municipal, suspensão temporária de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a administração, assim como não ter recebido declaração de inidoneidade para licitar e ou contratar com a administração Federal, Estadual e Municipal; **(MODELO - ANEXO VII).**

9.19.1.6. Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital; **(MODELO - ANEXO VIII).**

9.19.1.7. Declaro que, conforme disposto art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei e em outras normas específicas para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação; **(MODELO - ANEXO IX).**

9.19.1.8. Declaro não possuir em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

9.19.1.9. As declarações acima mencionadas serão apresentadas através do sistema Compras Públicas, devendo as licitantes assinalarem os campos respectivos no sistema.

9.20. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.20.1. No caso de empresário individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.20.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.20.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.20.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

9.20.5. No caso de sociedade simples: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.20.6. No caso de cooperativa: Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.20.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: Decreto de autorização;

9.20.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.21. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.21.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

9.21.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.21.4. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.21.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.21.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.21.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

9.21.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.22. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

17.3.1. Certidão Negativa de Falência, recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão; caso não conste a data de validade na certidão, será considerado sua validade de 30 dias a partir da data de sua expedição.

9.22.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.23. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.23.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, **apresentando no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

9.23.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal, social e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.23.3. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.24. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.25. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.26. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.27. Havendo erros, falhas ou omissões dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar através da abertura de diligência, desde que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.28. A vedação à inclusão de novo documento, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro (Acórdão 1211/2021-Plenário TCU).

9.29. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.30. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.31. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.32. Os licitantes deverão anexar no sistema apenas a documentação exigida neste Edital, na ordem solicitada e no formato PDF, não zipado.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 HORAS** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS.

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

11.2. O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS,** sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

13.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará e homologará a licitação.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **05 dias**, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

15.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.
16.2. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.
16.3. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tomando-se por base a data da apresentação da propôs.
16.4. A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1° (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.
16.5. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.
16.6. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.
16.7. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

17.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 dias, em conformidade com este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE COMPRA/FORNECIMENTO emitida pelo ente demandante.
17.2. A entrega dos bens será realizada no seguinte endereço: Rua Capitão Silvino Xavier, n.º 88, Centro, Cacimba de Areia-PB, CEP:58.730-000**.**
17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

17.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
17.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 dias**,** a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
17.6. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
17.7. Transcorrido o prazo de entrega previsto no item 17.1 a licitante contratada será notificada para restabelecer o fornecimento no prazo de até 48(quarenta e oito) horas sobre pena de rescisão do instrumento contratual e abertura de processo administrativo.
17.8. O veículo deverá possuir garantia mínima de 12 meses contra defeitos mecânicos.

18. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

18.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
18.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

18.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
18.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.
18.5. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).
18.6. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

19.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

19.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
19.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
19.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
19.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
19.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;
19.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

19.3. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

19.3.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

19.3.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

19.3.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

19.3.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

19.3.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

19.3.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

19.3.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

19.3.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

19.3.9. Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

20. DO PAGAMENTO.

20.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

20.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

20.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

20.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

20.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

20.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

20.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
20.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
20.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

20.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

20.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:
21.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
21.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
21.1.3. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
21.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
21.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
21.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;
21.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
21.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
21.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
21.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

21.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
21.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.
21.5. Serão publicadas na Imprensa Oficial da Prefeitura, as sanções administrativas previstas no ITEM 17.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

21.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

21.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTES PRÁTICAS:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

22 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

22.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

22.2 A **IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.**

22.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

22.5.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.6 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22.7 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio **www.portaldecompraspublicas.com.br**, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

22.8 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

23 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

23.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10 O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.10.1 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.11 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.12 A Prefeitura Municipal de CACIMBA DE AREIA, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

23.12.1 A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

23.14.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

23.13 É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.14 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: **www.portaldecompraspublicas.com.br**, no portal institucional da Prefeitura e no Mural de Licitações do Tribunal de Contas da Paraíba e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Capitão Silvino Xavier, n.º 88, Centro, Cacimba de Areia-PB, CEP:58.730-000, nos dias úteis, no horário das 08 às 12, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

23.15 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;
ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;
ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;
ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;
ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**;**
ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA CONFORME ART 63, INC. IV DA LEI 14.133/2021.
ANEXO X – MINUTA DO CONTRATO;

CACIMBA DE AREIA/PB, 21 de janeiro de 2025.

ANTÔNIO LEITE DE ARAÚJO NETO
Secretário de Saúde

JOSÉ FABIO FERREIRA DA NOBREGA
Pregoeiro

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

PROCESSO ADMINISTRATIVO PE 0001.2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 01/2025
LEI 14.133/2021

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E PRAZO DO CONTRATO.

1.1. Constitui objeto do presente a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024**,** conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	DESCRIÇÃO	UND	Quant	P.UNIT	Total
1	VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, FURGÃO TODO EM CHAPA DE AÇO ORIGINAL DE FÁBRICA,0 (ZERO) KM, VENDIDO POR UMA CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PELO FABRICANTE OU PELO PRÓPRIO FABRICANTE; ANO/MODELO MÍNIMOS: 2024/2024; MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.4 (LITROS); POTENCIA MÍNIMA: 84 CV OU SUPERIOR (GÁS.) 86 CV OU SUPERIOR (ALC); COMBUSTÍVEL: FLEX; QUANTIDADE MÍNIMA DE 03 (PORTAS), SENDO 02 (DUAS) PORTAS DIANTEIRAS E UMA TRASEIRA TIPO FOLHA; PNEUS 175/70 R14; SOM; AR CONDICIONADO (DIANTEIRO E TRASEIRO); DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR; VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS, TRAVAS ELÉTRICAS; CÂMBIO COM 05 MARCHAS A FRENTE A UMA RÉ; DIVISÓRIA ENTRE A CABINE DO MOTORISTA E O COMPARTIMENTO DO PACIENTE; PINTURA SÓLIDA; COR: BRANCA; CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS INCLUINDO O MOTORISTA; CAPACIDADE MÍNIMA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL 55 LITROS; CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE: 650,0 KG; GARANTIA DE 12(DOZE) MESES, OFERTADO PELO FABRICANTE; COM TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DA TRANSFORMAÇÃO: AMBULÂNCIA TIPO A SIMPLES REMOÇÃO TIPO FURGONETA (ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA VEÍCULO TIPO FURGONETA C/ CARROCERIA EM AÇO OU MONOBLOCO E ORIGINAL DE FÁBRICA, 0 KM, AIRBAG P/ OS OCUPANTES DA CABINE, FREIO C/	UND	01	R$ 138.125,00	R$ 138.125,00

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

	(A.B.S.) NAS 4 RODAS, MODELO DO ANO DA CONTRATAÇÃO OU DO ANO POSTERIOR, ADAPTADO P/ AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO. MOTOR DIANTEIRO: 4 CILINDROS; COMBUSTÍVEL = FLEX; POTÊNCIA MÍNIMA DE 84 CV;TANQUE DE COMBUSTÍVEL: CAPAC. MÍNIMA = 55 L. FREIOS E SUSPENSÃO. EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA: PORTAS EM CHAPA, C/ REVESTIMENTO INTERNO EM POLIESTIRENO, C/ FECHOS INTERNO E EXTERNO, RESISTENTES E DE ABERTURAS DE FÁCIL ACIONAMENTO. ALTURA INTERNA DO VEÍCULO DEVE SER ORIGINAL DE FÁBRICA. O PNEU ESTEPE NÃO DEVE SER ACONDICIONADO NO SALÃO DE ATENDIMENTO. SIST. ELÉTRICO:ORIGINAL DO VEÍCULO, C/ MONTAGEM DE BATERIA DE NO MÍN 60 AH DO TIPO SEM MANUTENÇÃO, 12 VOLTS. O SIST. ELÉTRICO DIMENSIONADO P/ O EMPREGO SIMULTÂNEO DE TODOS OS				
					R$ 138.125,00

1.2. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam dos autos do processo administrativo.

1.3. O objeto a ser contratado é de natureza comum, nos termos do parágrafo único, do artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O prazo de vigência do contrato será iniciado na data de assinatura vigorando até o fim do presente exercício financeiro, podendo ser prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

2.1. A contratação acima descrita está sendo solicitada, nos termos das especificações técnicas e informações complementares que a acompanham, motivada pela necessidade da devida efetivação do fornecimento do produto para suprir demanda específica, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
3.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
3.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

4. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

4.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 dias, em conformidade com este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE COMPRA/FORNECIMENTO emitida pelo ente demandante.
4.2. A entrega dos bens será realizada no seguinte endereço: Rua Capitão Silvino Xavier, n.º 88, Centro, Cacimba de Areia-PB, CEP:58.730-000**.**
4.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
4.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 dias**,** a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
4.6. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
4.7. Transcorrido o prazo de entrega previsto no item 4.1 a licitante contratada será notificada para restabelecer o fornecimento no prazo de até 48(quarenta e oito) horas sobre pena de rescisão do instrumento contratual e abertura de processo administrativo.
4.8. O veículo deverá possuir garantia mínima de 12 meses contra defeitos mecânicos.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;
6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
6.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

6.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;
6.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
6.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
6.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
6.1.8. Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, em caso de
6.1.9. Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO.

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

9.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.
9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
9.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.
9.5. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).
9.6. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

10. DO PAGAMENTO.

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.
10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.
10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
10.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

10.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. DO REAJUSTE.

11.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.
11.2. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tomando-se por base a data da apresentação da proposta.
11.3 - A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1° (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

11.4 - Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.
11.5. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.
11.6. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - Dar causa à inexecução total do contrato;
IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - Advertência;
II - Multa;
III - Impedimento de licitar e contratar;
IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
II - As peculiaridades do caso concreto;
III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.2. A sanção prevista no inciso I do item 13.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
13.2.3. A sanção prevista no inciso II do item 13.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.
13.2.4. A sanção prevista no inciso III do item 13.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Conceição, pelo prazo de 3 (três) anos.
13.2.5. A sanção prevista no inciso IV do item 13.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.2.6. A sanção estabelecida no inciso IV do item 13.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

13.2.7. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.2.8. A aplicação das sanções previstas no item 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
13.2.9. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 13.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
13.2.10. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 13.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

14.1 O custo estimado da contratação é de R$ R$ 138.125,00 (Cento e Trinta e Um Mil Cento e Vinte e Cinco Reais).

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2025, na classificação abaixo: 02.040 SECRETARIA MUNICIPAL

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

DE SAÚDE- 10 301 1007 1005 AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - SUS- **ELEMENTO DE DESPESA** – 4490.52 99 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

16.0. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. O critério de seleção de fornecedor será obtido através do menor valor encontrado por item.

17.0. DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, TRABALHISTA, FINANCEIRA E TÉCNICA NECESSÁRIA PARA CONTRATAÇÃO

17.1. Para a habilitação regulamentada neste item, o interessado deverá apresentar a documentação a seguir relacionada.

17.1.1 Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.

17.2. A contratada deverá comprovar conter os documentos a seguir relacionados:

17.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

17.3.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

17.3.3. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

17.3.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

17.3.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

17.3.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

17.3.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

17.3.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

17.3.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

17.4. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

17.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

17.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

17.4.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

17.4.4. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

17.4.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

17.4.6. Alvará de Funcionamento, relativo ao domicílio ou sede da licitante;

17.4.7. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

17.4.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

17.4.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

17.5. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

17.5.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão; caso não conste a data de validade na certidão, será considerado sua validade de 30 dias a partir da data de sua expedição.

17.5.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

17.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

17.6.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, apresentando **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

ANTÔNIO LEITE DE ARAÚJO NETO
Secretário de Saúde

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PROCESSO ADMINISTRATIVO PE 0001.2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 01/2025
LEI 14.133/2021

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/2025, às ----H----MIN.
LOCAL: Prefeitura de CACIMBA DE AREIA/PB; **www.portaldecompraspublicas.com.br.**

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE:

NOME DE FANTASIA:
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
INSC. EST.:
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )
ENDEREÇO:
BAIRRO:
CIDADE:
CEP:
CONTATO DA LICITANTE:
TELEFONE:
E-MAIL:
BANCO DA LICITANTE:
Nº DA AGÊNCIA:
CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:
DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO:
NOME:
CPF Nº
RG Nº
ENDEREÇO:
CIDADE:
CEP:

Em atendimento aos termos constantes no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025**, apresentamos a seguir os nossos preços para **(COLOCAR O OBJETO DA LICITAÇÃO)**, conforme planilha e preços abaixo.

ITENS	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
1						
2						
VALOR TOTAL DA PROPOSTA						

VALOR TOTAL DA PROPOSTA POR EXTENSO: R$ ___, ____ (_____).

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

A EMPRESA: ..... DECLARA QUE:

1 - Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.

2 - **A Validade da Proposta é de:** 60 (sessenta) dias.

3 - Prazo de início de fornecimento/execução dos serviços de acordo com o estabelecido no Termo de Referência (anexo i) do edital desse processo.

4 - Que não incide nas vedações previstas na lei nº 14.133/2021.

5 - Que o prazo de início da entrega dos equipamentos será de acordo com os termos estabelecidos no anexo i, deste edital a contar do recebimento, por parte da contratada, da ordem de compra ou documento similar, no endereço indicado, todos os bens serão avaliados, sob pena de devolução de não aceite, caso não atenda a descriminação do termo de referência do referido edital ou de má qualidade.

Local E Data

_____

Carimbo Da Empresa/Assinatura Do Responsável

OBS. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO PE 0001.2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 01/2025

À
Prefeitura de CACIMBA DE AREIA/PB.
Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio.

_____, portador do RG _____ e do CPF Nº _____ abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da empresa proponente, _____, inscrita no CNPJ nº _____, **DECLARO** expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no edital acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo órgão licitante quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no edital e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem previsto.

DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente.

_____, ___ de _____ de 2025.

_____
(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL E CPF)

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

PROCESSO ADMINISTRATIVO PE 0001.2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 01/2025

À Prefeitura de CACIMBA DE AREIA/PB.
Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio.

A empresa ....., inscrito no CNPJ Nº ....., com sede (**colocar endereço da empresa**) por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade Nº ..... e CPF Nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no Inc. VI do ART. 68 da LEI Nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

RESSALVA:
( )[1] Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

_____, ___ de _____ de 2025.

_____
(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL E CPF)

[1] **Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.**

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO V – MODELO DA DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO PE 0001.2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 01/2025

À Prefeitura de CACIMBA DE AREIA/PB.
Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio.

A empresa ....., inscrito no CNPJ Nº ....., com sede (**colocar endereço da empresa**) por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade Nº ..... e CPF Nº....., **DECLARA** sob pena de desclassificação que minhas propostas econômicas foram elaboradas independente e compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas e para fins do disposto no edital de licitação: **PREGÃO ELETRÔNICA nº 01/2025, DECLARA**, sob as penas da lei, em especial o Art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

A) A proposta apresentada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICA Nº 01/2025,** foi elaborada de maneira independente (pelo licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICA Nº 01/2025,** por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

B) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICA Nº 01/2025** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICA Nº 01/2025**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

C) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICA Nº 01/2025** quanto a participar ou não da referida licitação;

D) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICA Nº 01/2025** não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICA Nº 01/2025** antes da Adjudicação do objeto da referida licitação;

E) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICA Nº 01/2025** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Município de CACIMBA DE AREIA/PB, antes da abertura oficial das propostas; e

F) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, ___ de _____ de 2025.

_____
(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL E CPF)

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

PROCESSO ADMINISTRATIVO PE 0001.2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 01/2025

À Prefeitura de CACIMBA DE AREIA/PB.
Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio.

A empresa ....., inscrito no CNPJ Nº ....., com sede (**colocar endereço da empresa**) neste ato de seu (colocar o cargo/Procurador, administrador, etc) o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade Nº ..... e CPF Nº....., **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e pelo artigo 4º da lei nº 14.133/2021.

DECLARO, para fins da LC 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades desta, ser:

( ) MICROEMPRESA – Receita bruta anual igual ou inferior a 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123/06 alterada pela LC 147/2014.

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE – Receita bruta anual superior a 360.000,00 e igual ou inferior a 4.800.000,00 valores , estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123/06 alterada pela lc 147/2014.

OBSERVAÇÕES:
- Esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como ME ou EPP, nos termos da LC 123, de 14 de dezembro de 2006;

- A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME ou EPP, nos termos da LC nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

_____, ___ de _____ de 2025.

_____
(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL E CPF)

_____
NOME E ASSINATURA DO CONTADOR
(NO CASO DE ME E EPP)
CPF: XXX.XXX.XXX-XX

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

CRC: _____

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

PROCESSO ADMINISTRATIVO PE 0001.2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 01/2025

À Prefeitura de CACIMBA DE AREIA/PB.
Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio.

A empresa ....., inscrito no CNPJ Nº ....., com sede (**colocar endereço da empresa**) por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade Nº ..... e CPF Nº....., **DECLARA** não ter recebido do município de _____/PB ou de qualquer outra entidade da administração direta ou indireta, em âmbito Federal, Estadual e Municipal, suspensão temporária de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a administração, assim como não ter recebido declaração de inidoneidade para licitar e ou contratar com a administração Federal, Estadual e Municipal.

_____, ___ de _____ de 2025.

_____
(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL E CPF)

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.



Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO. (MODELO)

PROCESSO ADMINISTRATIVO PE 0001.2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 01/2025

À Prefeitura de CACIMBA DE AREIA/PB.
Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio.

A empresa ....., inscrito no CNPJ Nº ....., com sede (**colocar endereço da empresa**) por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade Nº ..... e do CPF Nº....., **DECLARA**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que cumpre todos os requisitos para habilitação para este certame licitatório **PREGÃO ELETRÔNICA Nº ____/2025** no município de CACIMBA DE AREIA/PB.

_____, ___ de _____ de 2025.

_____
(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL E CPF)

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA CONFORME ART 63, INC. IV DA LEI 14.133/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO PE 0001.2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 01/2025

À Prefeitura de CACIMBA DE AREIA/PB.
Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio.

A empresa ....., inscrito no CNPJ Nº ....., com sede (**colocar endereço da empresa**), por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n° _____ e do CPF n° _____, **DECLARA** que cumpre as exigências e possui reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas e atende às regras de acessibilidade previstas na legislação.

_____, ___ de _____ de 2025.

_____
(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL E CPF)

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

ANEXO X – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____/2025.

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CACIMBA DE AREIA E A EMPRESA _____, PARA _____, NA FORMA E CONDIÇÕES ABAIXO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA, Estado da Paraíba, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ: 08.874.984/0001-41, situada na Rua Capitão Silvino Xavier, n.º 88, Centro, Cacimba de Areia-PB, CEP:58.730-000, representado neste ato pelo Chefe do Executivo Municipal, o Prefeito **HEITOR CARNEIRO CAMPOS**, CPF n.º 091.706.074-19 e RG n. 3.595.772-SSP/PB, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e do outro lado a empresa:_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n°_____, com sede no endereço a Rua_____ CEP:_____, neste ato representado pelo senhor(a)_____ , (sócio, procurador, credenciado) portador(a) do RG Nº _____ e do CPF Nº _____, de ora em diante denominada **CONTRATADA,** tendo em vista o que consta **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO.

2.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ ..... (.....).

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3. Este contrato será executado sobre o regime de execução parcelada do fornecimento dos produtos

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA.

3.1. O prazo de vigência do contrato será iniciado na data de assinatura vigorando até o fim do presente exercício financeiro, podendo ser prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de CACIMBA DE AREIA/PB, para o exercício de 2025, na classificação abaixo02.040 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE- 10 301 1007 1005 AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - SUS- **ELEMENTO DE DESPESA** – 4490.52 99 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

5.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

5.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE.

6.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.

6.2. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tomando-se por base a data da apresentação da proposta.

6.3. A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1° (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.

6.4. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

6.5. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

6.6. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO.

7.1. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será de 5 dias úteis.

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

7.2. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de 5 dias úteis.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

9. CLÁUSULA NONA – DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 dias, em conformidade com o este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE COMPRA emitida pelo ente demandante.

9.2. A entrega dos bens será realizada no seguinte endereço: Rua Capitão Silvino Xavier, n.º 88, Centro, Cacimba de Areia-PB, CEP:58.730-000**.**

9.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

9.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 dias**,** a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.6. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7. Transcorrido o prazo de entrega previsto no item 9.1 a licitante contratada será notificada para restabelecer o fornecimento no prazo de até 48(quarenta e oito) horas sobre pena de rescisão do instrumento contratual e abertura de processo administrativo.

9.8. O veículo deverá possuir garantia mínima de 12 meses contra defeitos mecânicos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO.

10.1 Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

10.5. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

10.6. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

11.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

11.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

11.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

11.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.2 - SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

11.2.1 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

11.2.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.2.3 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

11.2.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

11.2.5 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.2.6 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.2.7 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

11.2.8 - Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

12.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;
IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - Advertência;
II - Multa;
III - Impedimento de licitar e contratar;
IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

12.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:
I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
II - As peculiaridades do caso concreto;
III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.2.2. A sanção prevista no inciso I do item 13.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.2.3. A sanção prevista no inciso II do item 13.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

12.2.4. A sanção prevista no inciso III do item 13.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Conceição, pelo prazo de 3 (três) anos.

12.2.5. A sanção prevista no inciso IV do item 13.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.2.6. A sanção estabelecida no inciso IV do item 13.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

12.2.7. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.2.8. A aplicação das sanções previstas no item 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.2.9. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 13.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.2.10. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 13.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO.

13.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

13.1.2. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.3. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTES ASPECTOS, CONFORME O CASO:

13.4.2. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.3. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.4. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES.

14.1. É VEDADO À CONTRATADA:

14.1.2. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.3. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES.

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO.

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO.

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Patos/PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

CACIMBA DE AREIA/PB, _____ de ____ de 2025.

_____

HEITOR CARNEIRO CAMPOS
Prefeito – Contratante

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X
_____
X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X
CNPJ Nº _____
Empresa Contratada

Testemunhas:

1: _____- CPF: _____

2: _____- CPF: _____

Edital da Licitação. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 61F5.8C60.912D.CC10.3057.8674.7C46.E6A1.

RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 30/01/2025 às 15:01:57 foi protocolizado o documento sob o Nº 08885/25 do Aviso da Licitação nº 00001/2025 referente ao exercício de , exercício 2025, referente a(o) Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Heitor Carneiro Campos.

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia
Número da Licitação: 00001/2025
Modalidade: Pregão (Lei Nº 14.133/2021)
Tipo do Objeto: Compras e Serviços
Tipo de Compra ou Serviço: Outros
Valor Estimado: Não Disponível
Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024
Data do Ato: 22/01/2025
Data e Hora do Certame: 04/02/2025 08:31:00
Local do Certame: portal de compras publicas

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Sim
[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Nº de Dias Fora do Prazo: 3

Documento	Informado?	Autenticação
Edital da Licitação	Sim	61f58c60912dcc10305786747c46e6a1

João Pessoa, 30 de Janeiro de 2025

Assinado Eletronicamente
conforme LC 192/2024 e Regimento Interno - RN-TC nº 07/2024

Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB

RECIBO PROTOCOLO. Doc. 08885/25. Data: 30/01/2025 15:01. Responsável: tramita.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 2474.932A.0FB5.8EE0.3B97.DB2E.104C.10C0.

COPAUTO

PROPOSTA

PATOS-PB, 04 DE FEVEREIRO DE 2025.

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA - CNPJ: 10754828/0001-99 - INSC. ESTADUAL 16.033.443-8

ESTADO DA PARAIBA

PREFEITURA MUNICIPAL CACIMBA AREIA-PB

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2025

PROCESSO ADIMINISTRATIVO Nº 0001/2025

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024

ABERTURA: 04 DE FEVEREIRO DE 2025 ÀS 8:30HS

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	UND	QUANT	MARCA/MODELO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR UNIT. EXTENSO	VALOR TOTAL EXTENSO
1	VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, FURGÃO TODO EM CHAPA DE AÇO ORIGINAL DE FÁBRICA,0 (ZERO) KM, VENDIDO POR UMA CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PELO FABRICANTE OU PELO PRÓPRIO FABRICANTE; ANO/MODELO MÍNIMOS: 2024/2024; MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.4 (LITROS); POTENCIA MÍNIMA: 84 CV OU SUPERIOR (GÁS.) 86 CV OU SUPERIOR (ALC); COMBUSTÍVEL: FLEX; QUANTIDADE MÍNIMA DE 03 (PORTAS), SENDO 02 (DUAS) PORTAS DIANTEIRAS E UMA TRASEIRA TIPO FOLHA; PNEUS 175/70 R14; SOM; AR CONDICIONADO (DIANTEIRO E TRASEIRO); DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR; VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS, TRAVAS ELÉTRICAS; CÂMBIO COM 05 MARCHAS A FRENTE A UMA RÉ; DIVISÓRIA ENTRE A CABINE DO MOTORISTA E O COMPARTIMENTO DO PACIENTE; PINTURA SÓLIDA; COR: BRANCA; CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS INCLUINDO O MOTORISTA; CAPACIDADE MÍNIMA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL 55 LITROS; CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE: 650,0 KG; GARANTIA DE 12(DOZE) MESES, OFERTADO PELO FABRICANTE; COM TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DA TRANSFORMAÇÃO: AMBULÂNCIA TIPO A SIMPLES REMOÇÃO TIPO FURGONETA (ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA VEÍCULO TIPO FURGONETA C/ CARROCERIA EM AÇO OU MONOBLOCO E ORIGINAL DE FÁBRICA, 0 KM, AIRBAG P/ OS OCUPANTES DA CABINE, FREIO C/(A.B.S.) NAS 4 RODAS, MODELO DO ANO DA CONTRATAÇÃO OU DO ANO POSTERIOR, ADAPTADO P/ AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO. MOTOR DIANTEIRO: 4 CILINDROS; COMBUSTÍVEL = FLEX; POTÊNCIA MÍNIMA DE 84 CV;TANQUE DE COMBUSTÍVEL: CAPAC. MÍNIMA = 55 L. FREIOS E SUSPENSÃO. EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA: PORTAS EM CHAPA, C/ REVESTIMENTO INTERNO EM POLIESTIRENO, C/ FECHOS INTERNO E EXTERNO, RESISTENTES E DE ABERTURAS DE FÁCIL ACIONAMENTO. ALTURA INTERNA DO VEÍCULO DEVE SER ORIGINAL DE FÁBRICA. O PNEU ESTEPE NÃO DEVE SER	UND	1	FIORINO AMBULÂNCIA 2024-2025 FIAT	R$ 132.100,00	R$ 132.100,00	CENTO E TRINTA E DOIS MIL E CEM REAIS	CENTO E TRINTA E DOIS MIL E CEM REAIS

COPAUTO COM. PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA.
CNPJ: 10.754.828/0001-99 IE: 16.033.443-8
FONE: (83)3421-5005 COPAUTO@COPAUTO.COM.BR
BR 230 KM 323, S/N, SETE CASAS CEP 58705-275, PATOS-PB

Proposta e Anexos - FIAT COPAUTO - COMERCIO PA... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: B740.436F.8488.C317.F907.9B30.0261.AA0F.

COPAUTO

	ACONDICIONADO NO SALÃO DE ATENDIMENTO. SIST. ELÉTRICO:ORIGINAL DO VEÍCULO, C/ MONTAGEM DE BATERIA DE NO MÍN 60 AH DO TIPO SEM MANUTENÇÃO, 12 VOLTS. O SIST. ELÉTRICO DIMENSIONADO P/ O EMPREGO SIMULTÂNEO DE TODOS OS							
TOTAL DA PROPOSTA						R$ 132.100,00		CENTO E TRINTA E DOIS MIL E CEM REAIS

PRAZO DE ENTREGA 30 DIAS OU À COMBINBAR
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS, OU DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.
O PAGAMENTO EM: 30 (TRINTA) DIAS, OU DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL

DECLARAMOS:
QUE TOMAMOS CONHECIMENTO, E CONCORDAMOS COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS
Declaro estar de acordo com os preços propostos e que neles já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, demais encargos fiscais, comerciais, sociais, trabalhistas, frete, seguros e demais despesas e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto da presente licitação.
Declaro que tem total conhecimento e concordância com os termos deste Edital de Pregão e seus anexos.

BANCO DO BRASIL AG. 151-1 - CONTA CORRENTE 14434-7
SIGNATÁRIO: SR. FERNANDO EMMANUEL FRANÇA PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE N° 1.766.070 SSP/PB E CPF N° 982.099.904-97, BRASILEIRO, CASADO, RESIDENTE E DOMICILIADO NO MUNICÍPIO DE PATOS/PB

gov.br Documento assinado digitalmente
FERNANDO EMMANUEL FRANCA
Data: 04/02/2025 15:11:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

FERNANDO EMMANUEL FRANÇA
RG: 1.766.070 – SSP/PB
CPF: 982.099.904-97

COPAUTO COM. PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA.
CNPJ: 10.754.828/0001-99 IE: 16.033.443-8
FONE: (83)3421-5005 COPAUTO@COPAUTO.COM.BR
BR 230 KM 323, S/N, SETE CASAS CEP 58705-275, PATOS-PB

Proposta e Anexos - FIAT COPAUTO - COMERCIO PA... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: B740.436F.8488.C317.F907.9B30.0261.AA0F.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO PE Nº 001.2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PREGÃO ELETRÔNICO. AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: LEI Nº 14.133/2021. ANÁLISE JURÍDICA DO PROCEDIMENTO E DAS MINUTAS. RESSALVAS E/OU RECOMENDAÇÕES.

1. INTROITO

Trata-se de análise solicitada pelo Pregoeiro, para emissão de parecer jurídico concernente à minuta do instrumento convocatório e anexos, para fins de abertura de processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2025, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024.

A justificativa para a realização do pregão consta no Documento de Oficialização da Demanda com Justificativa, que inicia a fase preparatória do procedimento, Consta, ainda, no bojo do procedimento a Pesquisa de Preços obtida através de Banco de Preço devidamente justificada, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Autorização do ordenador de despesa, informação de disponibilidade orçamentária e a minuta do Edital de Licitação.

Ressalta-se que o Termo de Referência (Anexo I do Edital), juntado aos autos, apresenta o conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterização do objeto, com especificação clara e precisa, justificativa da contratação, fundamentação normativa,

Análise jurídica da contratação. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 972D.075C.18D4.C15D.771D.0937.2DA0.B2E3.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

modalidade da licitação, tipo de licitação, condições de fornecimento do objeto, prazo e local de entrega, garantia, obrigações das partes envolvidas, controle de fiscalização da execução, do reajuste de preços, pagamento, sanções administrativas e demais aspectos pertinentes para garantir que o objeto atenda as demandas deste do município.

São também anexos do Edital os seguintes documentos: Modelo de Proposta; Modelo de Declarações; Minuta do Contrato;

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, § 1º, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021:

> Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.
>
> § 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:
>
> I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;
>
> II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

É o relatório. Passo a emitir o parecer.

2. ANÁLISE JURÍDICA

Ressalvados os aspectos técnicos e econômicos que consubstanciam a eventual contratação pretendida, passamos a análise jurídica sobre a fase preparatória do referido procedimento licitatório.

> Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

Análise jurídica da contratação. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 972D.075C.18D4.C15D.771D.0937.2DA0.B2E3.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

I - Preparatória;
II - De divulgação do edital de licitação;
III - De apresentação de propostas e lances, quando for o caso;
IV - De julgamento;
V - De habilitação;
VI - Recursal;
VII - De homologação.

Em linhas gerais, o artigo 18, incisos I a XI, da Lei n.º 14.133/2021, estabelecem as regras a serem seguidas pela administração para realização do procedimento licitatório, cuja redação é a seguinte:

> Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:
>
> I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
>
> II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
>
> III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
>
> IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
>
> V - a elaboração do edital de licitação;
>
> VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
>
> VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Análise jurídica da contratação. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 972D.075C.18D4.C15D.771D.0937.2DA0.B2E3.

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Nessa quadra, preleciona o art. 82, da Lei n.º 14.133/2021, que é conteúdo obrigatório nos editais licitatórios:

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:
I - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;
II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;

III - a possibilidade de prever preços diferentes:
a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;
b) em razão da forma e do local de acondicionamento;
c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;
d) por outros motivos justificados no processo;

Análise jurídica da contratação. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 972D.075C.18D4.C15D.771D.0937.2DA0.B2E3.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;
V - o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;
VI - as condições para alteração de preços registrados;
VII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;
VIII - a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;
IX - as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas
consequências.

Quanto a modalidade adotada, a mesma mostra-se escorreita, porquanto consoante o art. 29, da Lei n.º 14.133/2021, deve-se adotar o pregão para aquisição de objetos que possuam padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Do mesmo modo, o critério de julgamento, qual seja, o menor valor por item, atende o que determina o art. 6°, inciso XLI, da Lei n.º 14.133/2021, cuja redação é a seguinte:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
[...]
XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

Por fim, destaco que a licitação será processada por meio de Pregão Eletrônico, mostrando-se útil a administração do Município de

Análise jurídica da contratação. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 972D.075C.18D4.C15D.771D.0937.2DA0.B2E3.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

CACIMBA DE AREIA/PB, pois, além de procurar atingir preços mais vantajosos, permite a aquisição conforme a necessidade do Município.

Ressalta-se acerca da obediência ao que regulamenta a Lei Complementar n.º 123/2006, face que o procedimento observou as regras para microempresas, empresas de pequeno porte e empresas do gênero.

3. CONCLUSÃO

Cumpre salientar que esta Procuradoria Jurídica emite parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, não detém conhecimento especializado nem competência legal para avaliar as questões técnicas levantadas no processo em análise. Tais atribuições cabem ao setor técnico, ao qual compete a apuração das alegações e dos fatos ora levantados.

Diante do exposto e do exame dos documentos referenciados no procedimento, pela aprovação da minuta do edital e seus respectivos anexos, bem como da minuta do contrato.

É possível concluir que restaram atendidas as exigências estabelecidas nas normas para realização do Pregão Eletrônico, razão pela qual esta Procuradoria Jurídica manifesta-se pela legalidade e aprovação da minuta do edital e seus respectivos anexos, bem como da minuta do contrato, notadamente com a Lei nº 14.133/2021, podendo proceder com a divulgação do instrumento convocatório, mediante publicações do aviso do edital, para sessão de abertura, nos termos da Lei supra citada.

Remeta-se ao Pregoeiro para os procedimentos que requer.

É o Parecer.

CACIMBA DE AREIA - PB, 21 de janeiro de 2025.

Suyan N. de Oliveira

SUYAN NÓBREGA DE OLIVEIRA
OAB/PB N.º 24.187
Assessora Jurídica

Análise jurídica da contratação. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 972D.075C.18D4.C15D.771D.0937.2DA0.B2E3.

151

ATA DE PROPOSTAS

Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia
Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia
Pregão Eletrônico - 01/2025

Declarações obrigatórias

Título	Descricao
Declaração de conhecimento do Edital	Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
Declaração de reserva de cargos	Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
Declaração de proposta econômica	Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
Declaração de Não-Emprego de menores	Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.
Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante	Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.
Declaração de Acessibilidade	Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
Declaração de Inexistência de Fato Superveniente	Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

* As declarações supracitadas foram aceitas por todos os participantes.

Propostas Enviadas

0001 - VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, FURGÃO TODO EM CHAPA DE AÇO ORIGINAL DE FÁBRICA,0 (ZERO) KM, VENDIDO POR UMA CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PELO FABRICANTE OU PELO PRÓPRIO FABRICANTE; ANO/MODELO MÍNIMOS: 2024/2024; MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.4 (LITROS); POTENCIA MÍNIMA: 84 CV OU SUPERIOR (GÁS.) 86 CV OU SUPERIOR (ALC); COMBUSTÍVEL: FLEX; QUANTIDADE MÍNIMA DE 03 (PORTAS), SENDO 02 (DUAS) PORTAS DIANTEIRAS E UMA TRASEIRA TIPO FOLHA; PNEUS 175/70 R14; SOM; AR CONDICIONADO (DIANTEIRO E TRASEIRO); DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR; VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS, TRAVAS ELÉTRICAS; CÂMBIO COM 05 MARCHAS A FRENTE A UMA RÉ; DIVISÓRIA ENTRE A CABINE DO MOTORISTA E O COMPARTIMENTO DO PACIENTE; PINTURA SÓLIDA; COR: BRANCA; CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS INCLUINDO O MOTORISTA; CAPACIDADE MÍNIMA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL 55 LITROS; CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE: 650,0 KG; GARANTIA DE 12(DOZE) MESES, OFERTADO PELO FABRICANTE; COM TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DA TRANSFORMAÇÃO: AMBULÂNCIA TIPO A SIMPLES REMOÇÃO TIPO FURGONETA (ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA VEÍCULO TIPO FURGONETA C/ CARROCERIA EM AÇO OU MONOBLOCO E ORIGINAL DE FÁBRICA, 0 KM, AIRBAG P/ OS OCUPANTES DA CABINE, FREIO C/ (A.B.S.) NAS 4 RODAS, MODELO DO ANO DA CONTRATAÇÃO OU DO ANO POSTERIOR, ADAPTADO P/ AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO. MOTOR DIANTEIRO: 4 CILINDROS; COMBUSTÍVEL = FLEX; POTÊNCIA MÍNIMA DE 84 CV;TANQUE DE COMBUSTÍVEL: CAPAC. MÍNIMA = 55 L. FREIOS E SUSPENSÃO. EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA: PORTAS EM CHAPA, C/ REVESTIMENTO INTERNO EM POLIESTIRENO, C/ FECHOS INTERNO E EXTERNO, RESISTENTES E DE ABERTURAS DE FÁCIL ACIONAMENTO. ALTURA INTERNA DO VEÍCULO DEVE SER ORIGINAL DE FÁBRICA. O PNEU ESTEPE NÃO DEVE SER ACONDICIONADO NO SALÃO DE ATENDIMENTO. SIST. ELÉTRICO:ORIGINAL DO VEÍCULO, C/ MONTAGEM DE BATERIA DE NO MÍN 60 AH DO TIPO SEM MANUTENÇÃO, 12 VOLTS. O SIST. ELÉTRICO DIMENSIONADO P/ O EMPREGO SIMULTÂNEO DE TODOS OS

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
ALMEIDA COMERCIO E SERVICOS LTDA	53.712.447/0001-50	29/01/2025 - 15:22:56	Fiorino 1.4	Fiat	1	R$200.000,00	R$ 200.000,00	Sim

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/03/2025 às 09:38:35.
Código verificador: BC00B5

Atas das sessões. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 88AA.B1DC.4EE5.5D8E.8E84.1049.BFE4.341A.

BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.	20.901.717/0001-11	29/01/2025 - 16:51:42	FIORINO	FIAT	1	R$250.000,00	R$ 250.000,00	Sim
PGLE VEICULOS,PECAS E SERVICOS LTDA	22.424.379/0001-08	03/02/2025 - 08:35:49	PEUGEOT PARTNER - AMBULÂNCIA	PEUGEOT	1	R$138.125,00	R$ 138.125,00	Não
WA VEICULOS E CONSTRUCOES LTDA	30.936.530/0001-07	03/02/2025 - 11:14:08	fiorino amb 2024.2025	FIAT	1	R$180.000,00	R$ 180.000,00	Sim
CAPITAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	01.602.072/0001-71	03/02/2025 - 13:44:11	FIORINO 1.4	FIAT	1	R$138.000,00	R$ 138.000,00	Não
COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA	10.754.828/0001-99	03/02/2025 - 14:23:22	FIORINO ENDURANCE (ÂMBULANCIA)	FIAT	1	R$138.125,00	R$ 138.125,00	Não
EURO COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA	53.561.083/0001-54	03/02/2025 - 23:18:46	PARTNER AMBULANCIA	PEUGEOT	1	R$150.000,00	R$ 150.000,00	Sim
COMERCIO DE VEICULOS SANTANA LTDA	34.037.756/0001-27	04/02/2025 - 08:08:05	Kangoo Advanced 1.6 2024/2025	RENAULT	1	R$138.120,00	R$ 138.120,00	Não

Critérios de desempate do processo

ALMEIDA COMERCIO E SERVICOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Não
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Não
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Não
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

CAPITAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Não
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/03/2025 às 09:38:35.
Código verificador: BC00B5

Atas das sessões. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 88AA.B1DC.4EE5.5D8E.8E84.1049.BFE4.341A.

Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

COMERCIO DE VEICULOS SANTANA LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Sim
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Sim
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

EURO COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Não
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

PGLE VEICULOS,PECAS E SERVICOS LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Não
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Não
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres.	Sim

WA VEICULOS E CONSTRUCOES LTDA

Declarações	Resposta Selecionada
Empresa capaz de comprovar a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Não
Empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.	Não
Empresa brasileira.	Sim
Empresa estabelecida no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.	Não
Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.	Sim

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/03/2025 às 09:38:35.
Código verificador: BC00B5

Atas das sessões. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 88AA.B1DC.4EE5.5D8E.8E84.1049.BFE4.341A.

Declaro para os devidos fins legais, realizar ações de equidade entre homens e mulheres. Sim

Validade das Propostas

Fornecedor	CPF/CNPJ	Validade (conforme edital)
CAPITAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	01.602.072/0001-71	60 dias
COMERCIO DE VEICULOS SANTANA LTDA	34.037.756/0001-27	60 dias
COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA	10.754.828/0001-99	60 dias
BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.	20.901.717/0001-11	60 dias
EURO COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA	53.561.083/0001-54	60 dias
ALMEIDA COMERCIO E SERVICOS LTDA	53.712.447/0001-50	60 dias
WA VEICULOS E CONSTRUCOES LTDA	30.936.530/0001-07	60 dias
PGLE VEICULOS,PECAS E SERVICOS LTDA	22.424.379/0001-08	60 dias

Fornecedores divulgados.

JOSÉ FABIO FERREIRA DA NOBREGA

Pregoeiro

DAGMAR LIMA DE SOUZA

Apoio

WILLAME DE FRANÇA ALMEIDA

Apoio

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/03/2025 às 09:38:35.
Código verificador: BC00B5

Atas das sessões. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 88AA.B1DC.4EE5.5D8E.8E84.1049.BFE4.341A.

RANKING DO PROCESSO

Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia
Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia
Pregão Eletrônico - 01/2025

0001 - VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, FURGÃO TODO EM CHAPA DE AÇO ORIGINAL DE FÁBRICA,0 (ZERO) KM, VENDIDO POR UMA CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PELO FABRICANTE OU PELO PRÓPRIO FABRICANTE; ANO/MODELO MÍNIMOS: 2024/2024; MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.4 (LITROS); POTENCIA MÍNIMA: 84 CV OU SUPERIOR (GÁS.) 86 CV OU SUPERIOR (ALC); COMBUSTÍVEL: FLEX; QUANTIDADE MÍNIMA DE 03 (PORTAS), SENDO 02 (DUAS) PORTAS DIANTEIRAS E UMA TRASEIRA TIPO FOLHA; PNEUS 175/70 R14; SOM; AR CONDICIONADO (DIANTEIRO E TRASEIRO); DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR; VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS, TRAVAS ELÉTRICAS; CÂMBIO COM 05 MARCHAS A FRENTE A UMA RÉ; DIVISÓRIA ENTRE A CABINE DO MOTORISTA E O COMPARTIMENTO DO PACIENTE; PINTURA SÓLIDA; COR: BRANCA; CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS INCLUINDO O MOTORISTA; CAPACIDADE MÍNIMA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL 55 LITROS; CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE: 650,0 KG; GARANTIA DE 12(DOZE) MESES, OFERTADO PELO FABRICANTE; COM TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DA TRANSFORMAÇÃO: AMBULÂNCIA TIPO A SIMPLES REMOÇÃO TIPO FURGONETA (ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA VEÍCULO TIPO FURGONETA C/ CARROCERIA EM AÇO OU MONOBLOCO E ORIGINAL DE FÁBRICA, 0 KM, AIRBAG P/ OS OCUPANTES DA CABINE, FREIO C/ (A.B.S.) NAS 4 RODAS, MODELO DO ANO DA CONTRATAÇÃO OU DO ANO POSTERIOR, ADAPTADO P/ AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO. MOTOR DIANTEIRO: 4 CILINDROS; COMBUSTÍVEL = FLEX; POTÊNCIA MÍNIMA DE 84 CV;TANQUE DE COMBUSTÍVEL: CAPAC. MÍNIMA = 55 L. FREIOS E SUSPENSÃO. EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA: PORTAS EM CHAPA, C/ REVESTIMENTO INTERNO EM POLIESTIRENO, C/ FECHOS INTERNO E EXTERNO, RESISTENTES E DE ABERTURAS DE FÁCIL ACIONAMENTO. ALTURA INTERNA DO VEÍCULO DEVE SER ORIGINAL DE FÁBRICA. O PNEU ESTEPE NÃO DEVE SER ACONDICIONADO NO SALÃO DE ATENDIMENTO. SIST. ELÉTRICO:ORIGINAL DO VEÍCULO, C/ MONTAGEM DE BATERIA DE NO MÍN 60 AH DO TIPO SEM MANUTENÇÃO, 12 VOLTS. O SIST. ELÉTRICO DIMENSIONADO P/ O EMPREGO SIMULTÂNEO DE TODOS OS | Valor de Referência: 138.125,00

Fornecedor	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marca/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006
CAPITAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA (Desc/Inab/Rejeitado)	01.602.072/0001-71	R$ 132.000,00	1	FIORINO 1.4	FIAT	DEMAIS	Não
COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA	10.754.828/0001-99	R$ 132.100,00	1	FIORINO ENDURANCE (AMBULANCIA)	FIAT	Ltda/Eireli	Não
COMERCIO DE VEICULOS SANTANA LTDA	34.037.756/0001-27	R$ 134.300,00	1	Kangoo Advanced 1.6 2024/2025	RENAULT	Ltda/Eireli	Não
PGLE VEICULOS.PECAS E SERVICOS LTDA	22.424.379/0001-08	R$ 138.000,00	1	PEUGEOT PARTNER - AMBULÂNCIA	PEUGEOT	DEMAIS	Não
EURO COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA	53.561.083/0001-54	R$ 150.000,00	1	PARTNER AMBULANCIA	PEUGEOT	EPP/SS	Sim
ALMEIDA COMERCIO E SERVICOS LTDA	53.712.447/0001-50	R$ 160.000,00	1	Fiorino 1.4	Fiat	ME	Sim
WA VEICULOS E CONSTRUCOES LTDA	30.936.530/0001-07	R$ 180.000,00	1	fiorino amb 2024.2025	FIAT	ME	Sim
BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.	20.901.717/0001-11	R$ 250.000,00	1	FIORINO	FIAT	EPP/SS	Sim

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/03/2025 às 09:40:50.
Código verificador: BC00C4

Atas das sessões. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 88AA.B1DC.4EE5.5D8E.8E84.1049.BFE4.341A.

VENCEDORES DO PROCESSO

Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia
Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia
Pregão Eletrônico - 01/2025

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA | Tipo: Ltda/Eireli - LC123: Não - Documento 10.754.828/0001-99 - Endereço: LOC BR 230 KM 323 - CEP: 58701630 - UF: PB - Município: Patos - Telefone: (83) 98854-2778

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, FURGÃO TODO EM CHAPA DE AÇO ORIGINAL DE FÁBRICA,0 (ZERO) KM, VENDIDO POR UMA CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PELO FABRICANTE OU PELO PRÓPRIO FABRICANTE; ANO/MODELO MÍNIMOS: 2024/2024; MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.4 (LITROS); POTENCIA MÍNIMA: 84 CV OU SUPERIOR (GÁS.) 86 CV OU SUPERIOR (ALC); COMBUSTÍVEL: FLEX; QUANTIDADE MÍNIMA DE 03 (PORTAS). SENDO 02 (DUAS) PORTAS DIANTEIRAS E UMA TRASEIRA TIPO FOLHA; PNEUS 175/70 R14; SOM; AR CONDICIONADO (DIANTEIRO E TRASEIRO); DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR; VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS, TRAVAS ELÉTRICAS; CÂMBIO COM 05 MARCHAS A FRENTE A UMA RÉ; DIVISÓRIA ENTRE A CABINE DO MOTORISTA E O COMPARTIMENTO DO PACIENTE; PINTURA SÓLIDA; COR: BRANCA; CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS INCLUINDO O MOTORISTA; CAPACIDADE MÍNIMA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL 55 LITROS; CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE: 650,0 KG; GARANTIA DE 12(DOZE) MESES, OFERTADO PELO FABRICANTE; COM TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DA TRANSFORMAÇÃO: AMBULÂNCIA TIPO A SIMPLES REMOÇÃO TIPO FURGONETA (ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA VEÍCULO TIPO FURGONETA C/ CARROCERIA EM AÇO OU MONOBLOCO E ORIGINAL DE FÁBRICA, 0 KM, AIRBAG P/ OS OCUPANTES DA CABINE, FREIO C/ (A.B.S.) NAS 4 RODAS, MODELO DO ANO DA CONTRATAÇÃO OU DO ANO POSTERIOR, ADAPTADO P/ AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO. MOTOR DIANTEIRO: 4 CILINDROS; COMBUSTÍVEL = FLEX; POTÊNCIA MÍNIMA DE 84 CV;TANQUE DE COMBUSTÍVEL: CAPAC. MÍNIMA = 55 L. FREIOS E SUSPENSÃO. EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA: PORTAS EM CHAPA, C/ REVESTIMENTO INTERNO EM POLIESTIRENO, C/ FECHOS INTERNO E EXTERNO, RESISTENTES E DE ABERTURAS DE FÁCIL ACIONAMENTO. ALTURA INTERNA DO VEÍCULO DEVE SER ORIGINAL DE FÁBRICA. O PNEU ESTEPE NÃO DEVE SER ACONDICIONADO NO SALÃO DE ATENDIMENTO. SIST. ELÉTRICO:ORIGINAL DO VEÍCULO, C/ MONTAGEM DE BATERIA DE NO MÍN 60 AH DO TIPO SEM MANUTENÇÃO, 12 VOLTS. O SIST. ELÉTRICO DIMENSIONADO P/ O EMPREGO SIMULTÂNEO DE TODOS OS	(AMBULANCIA)	FIAT	1 UN	R$ 132.100,00	R$ 132.100,00

TOTAL DO VENCEDOR R$ 132.100,00

Valor Total: R$ 132.100,00

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/03/2025 às 09:48:56.
Código verificador: BC00EA

Atas das sessões. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 88AA.B1DC.4EE5.5D8E.8E84.1049.BFE4.341A.

ATA FINAL

Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia
Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia
Pregão Eletrônico - 01/2025

Datas Relevantes

Publicado	Início de Propostas	Limite de Impugnação	Final de Propostas	Início da Sessão
22/01/2025 19:41	23/01/2025 08:30	30/01/2025 23:59	04/02/2025 08:30	04/02/2025 08:31

Itens Licitados

Código	Produto	V. Referência	Qtde	Unidade	Situação
0001	VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, FURGÃO TODO EM CHAPA DE AÇO ORIGINAL DE FÁBRICA.0 (ZERO) KM, VENDIDO POR UMA CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PELO FABRICANTE OU PELO PRÓPRIO FABRICANTE; ANO/MODELO MÍNIMOS: 2024/2024; MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.4 (LITROS); POTENCIA MÍNIMA: 84 CV OU SUPERIOR (GÁS.) 86 CV OU SUPERIOR (ALC); COMBUSTÍVEL: FLEX; QUANTIDADE MÍNIMA DE 03 (PORTAS), SENDO 02 (DUAS) PORTAS DIANTEIRAS E UMA TRASEIRA TIPO FOLHA; PNEUS 175/70 R14; SOM; AR CONDICIONADO (DIANTEIRO E TRASEIRO); DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR; VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS, TRAVAS ELÉTRICAS; CÂMBIO COM 05 MARCHAS A FRENTE A UMA RÉ; DIVISÓRIA ENTRE A CABINE DO MOTORISTA E O COMPARTIMENTO DO PACIENTE; PINTURA SÓLIDA; COR: BRANCA; CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS INCLUINDO O MOTORISTA; CAPACIDADE MÍNIMA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL 55 LITROS; CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE: 650,0 KG; GARANTIA DE 12(DOZE) MESES, OFERTADO PELO FABRICANTE; COM TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DA TRANSFORMAÇÃO: AMBULÂNCIA TIPO A SIMPLES REMOÇÃO TIPO FURGONETA (ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA VEICULO TIPO FURGONETA C/ CARROCERIA EM AÇO OU MONOBLOCO E ORIGINAL DE FABRICA, 0 KM, AIRBAG P/ OS OCUPANTES DA CABINE, FREIO C/ (A.B.S.) NAS 4 RODAS. MODELO DO ANO DA CONTRATAÇÃO OU DO ANO POSTERIOR, ADAPTADO P/ AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO. MOTOR DIANTEIRO: 4 CILINDROS; COMBUSTÍVEL - FLEX; POTÊNCIA MINIMA DE 84 CV;TANQUE DE COMBUSTÍVEL: CAPAC. MÍNIMA = 55 L. FREIOS E SUSPENSÃO. EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA: PORTAS EM CHAPA. C/ REVESTIMENTO INTERNO EM POLIESTIRENO, C/ FECHOS INTERNO E EXTERNO, RESISTENTES E DE ABERTURAS DE FÁCIL ACIONAMENTO. ALTURA INTERNA DO VEÍCULO DEVE SER ORIGINAL DE FÁBRICA. O PNEU ESTEPE NÃO DEVE SER ACONDICIONADO NO SALÃO DE ATENDIMENTO. SIST. ELÉTRICO:ORIGINAL DO VEÍCULO. C/ MONTAGEM DE BATERIA DE NO MIN 60 AH DO TIPO SEM MANUTENÇÃO, 12 VOLTS. O SIST. ELÉTRICO DIMENSIONADO P/ O EMPREGO SIMULTÂNEO DE TODOS OS	138.125,00	1	UN	Homologado

Documentos Anexados ao Processo

Data	Documento
22/01/2025 - 19:40	EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 01.2025 AMBULANCIA.pdf

Mensagens Enviadas pelo Pregoeiro

Data	Assunto	Frase

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 21/02/2025 às 10:32:11.
Código verificador: BA9B96

Atas das sessões. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 88AA.B1DC.4EE5.5D8E.8E84.1049.BFE4.341A.

04/02/2025 - 08:56:37	Negociação aberta para o processo 01/2025	Você recebeu um novo pedido de negociação no item 1 do processo 01/2025. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
04/02/2025 - 11:18:00	Documentos solicitados para o processo	Foram solicitadas diligências no item 1 do processo . Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
04/02/2025 - 15:05:10	Documentos solicitados para o processo	Foram solicitadas diligências no item 1 do processo . Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
04/02/2025 - 15:22:36		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0001 do processo 01/2025. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.

Vencedores

Código	Produto	Fornecedor	Modelo	Marca/ Fabricante	Valor de Referência	Quantidade	Valor Total

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 21/02/2025 às 10:32:11.
Código verificador: BA9B96

Atas das sessões. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 88AA.B1DC.4EE5.5D8E.8E84.1049.BFE4.341A.

0001	VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, FURGÃO TODO EM CHAPA DE AÇO ORIGINAL DE FÁBRICA,0 (ZERO) KM, VENDIDO POR UMA CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PELO FABRICANTE OU PELO PRÓPRIO FABRICANTE; ANO/MODELO MÍNIMOS: 2024/2024; MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1,4 (LITROS); POTENCIA MÍNIMA: 84 CV OU SUPERIOR (GÁS.) 86 CV OU SUPERIOR (ALC); COMBUSTÍVEL: FLEX; QUANTIDADE MÍNIMA DE 03 (PORTAS), SENDO 02 (DUAS) PORTAS DIANTEIRAS E UMA TRASEIRA TIPO FOLHA; PNEUS 175/70 R14; SOM; AR CONDICIONADO (DIANTEIRO E TRASEIRO); DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR; VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS, TRAVAS ELÉTRICAS; CÂMBIO COM 05 MARCHAS A FRENTE A UMA RÉ; DIVISÓRIA ENTRE A CABINE DO MOTORISTA E O COMPARTIMENTO DO PACIENTE; PINTURA SÓLIDA; COR: BRANCA; CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS INCLUINDO O MOTORISTA; CAPACIDADE MÍNIMA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL 55 LITROS; CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE: 650,0 KG; GARANTIA DE 12(DOZE) MESES, OFERTADO PELO FABRICANTE, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DA TRANSFORMAÇÃO: AMBULÂNCIA TIPO A SIMPLES REMOÇÃO TIPO FURGONETA (ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA VEÍCULO TIPO FURGONETA C/ CARROCERIA EM AÇO OU MONOBLOCO E ORIGINAL DE FÁBRICA, 0 KM, AIRBAG P/ OS OCUPANTES DA CABINE, FREIO C/ (A.B.S.) NAS 4 RODAS, MODELO DO ANO DA CONTRATAÇÃO OU DO ANO POSTERIOR, ADAPTADO P/ AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO. MOTOR DIANTEIRO: 4 CILINDROS; COMBUSTÍVEL = FLEX; POTÊNCIA MÍNIMA DE 84 CV;TANQUE DE COMBUSTÍVEL: CAPAC. MÍNIMA = 55 L. FREIOS E SUSPENSÃO. EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA: PORTAS EM CHAPA. C/ REVESTIMENTO INTERNO EM POLIESTIRENO, C/ FECHOS INTERNO E EXTERNO, RESISTENTES E DE ABERTURAS DE FÁCIL ACIONAMENTO. ALTURA INTERNA DO VEÍCULO DEVE SER ORIGINAL DE FABRICA. O PNEU ESTEPE DEVE SER ACONDICIONADO NO SALÃO DE ATENDIMENTO. SIST.	COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA	FIORINO ENDURANCE (AMBULANCIA)	FIAT	132.100,00	1	132.100,00

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 21/02/2025 às 10:32:11.
Código verificador: BA9B96

Atas das sessões. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 88AA.B1DC.4EE5.5D8E.8E84.1049.BFE4.341A.

Declarações Obrigatórias

Título	Declaração
Declaração de conhecimento do Edital	Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
Declaração de reserva de cargos	Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
Declaração de proposta econômica	Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
Declaração de Não-Emprego de menores	Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.
Declaração de Nao-Emprego de trabalho degradante	Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.
Declaração de Acessibilidade	Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
Declaração de Inexistência de Fato Superveniente	Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

* As declarações supracitadas foram aceitas por todos os participantes.

Propostas Enviadas

0001 - VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, FURGÃO TODO EM CHAPA DE AÇO ORIGINAL DE FÁBRICA,0 (ZERO) KM, VENDIDO POR UMA CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PELO FABRICANTE OU PELO PRÓPRIO FABRICANTE; ANO/MODELO MÍNIMOS: 2024/2024; MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.4 (LITROS); POTENCIA MÍNIMA: 84 CV OU SUPERIOR (GÁS.) 86 CV OU SUPERIOR (ALC); COMBUSTÍVEL: FLEX; QUANTIDADE MÍNIMA DE 03 (PORTAS), SENDO 02 (DUAS) PORTAS DIANTEIRAS E UMA TRASEIRA TIPO FOLHA; PNEUS 175/70 R14; SOM; AR CONDICIONADO (DIANTEIRO E TRASEIRO); DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR; VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS, TRAVAS ELÉTRICAS; CÂMBIO COM 05 MARCHAS A FRENTE A UMA RÉ; DIVISÓRIA ENTRE A CABINE DO MOTORISTA E O COMPARTIMENTO DO PACIENTE; PINTURA SÓLIDA; COR: BRANCA; CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS INCLUINDO O MOTORISTA; CAPACIDADE MÍNIMA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL 55 LITROS; CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE: 650,0 KG; GARANTIA DE 12(DOZE) MESES, OFERTADO PELO FABRICANTE; COM TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DA TRANSFORMAÇÃO: AMBULÂNCIA TIPO A SIMPLES REMOÇÃO TIPO FURGONETA (ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA VEÍCULO TIPO FURGONETA C/ CARROCERIA EM AÇO OU MONOBLOCO E ORIGINAL DE FÁBRICA, 0 KM, AIRBAG P/ OS OCUPANTES DA CABINE, FREIO C/ (A.B.S.) NAS 4 RODAS, MODELO DO ANO DA CONTRATAÇÃO OU DO ANO POSTERIOR, ADAPTADO P/ AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO. MOTOR DIANTEIRO: 4 CILINDROS; COMBUSTÍVEL = FLEX; POTÊNCIA MÍNIMA DE 84 CV;TANQUE DE COMBUSTÍVEL: CAPAC. MÍNIMA = 55 L. FREIOS E SUSPENSÃO. EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA: PORTAS EM CHAPA, C/ REVESTIMENTO INTERNO EM POLIESTIRENO, C/ FECHOS INTERNO E EXTERNO, RESISTENTES E DE ABERTURAS DE FÁCIL ACIONAMENTO. ALTURA INTERNA DO VEÍCULO DEVE SER ORIGINAL DE FÁBRICA. O PNEU ESTEPE NÃO DEVE SER ACONDICIONADO NO SALÃO DE ATENDIMENTO. SIST. ELÉTRICO:ORIGINAL DO VEÍCULO, C/ MONTAGEM DE BATERIA DE NO MÍN 60 AH DO TIPO SEM MANUTENÇÃO, 12 VOLTS. O SIST. ELÉTRICO DIMENSIONADO P/ O EMPREGO SIMULTÂNEO DE TODOS OS

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
ALMEIDA COMERCIO E SERVICOS LTDA	53.712.447/0001-50	29/01/2025 - 15:22:56	Fiorino 1.4	Fiat	1	R$200.000,00	R$ 200.000,00	Sim
BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.	20.901.717/0001-11	29/01/2025 - 16:51:42	FIORINO	FIAT	1	R$250.000,00	R$ 250.000,00	Sim
PGLE VEICULOS,PECAS E SERVICOS LTDA	22.424.379/0001-08	03/02/2025 - 08:35:49	PEUGEOT PARTNER - AMBULÂNCIA	PEUGEOT	1	R$138.125,00	R$ 138.125,00	Não
WA VEICULOS E CONSTRUCOES LTDA	30.936.530/0001-07	03/02/2025 - 11:14:08	fiorino amb 2024.2025	FIAT	1	R$180.000,00	R$ 180.000,00	Sim
CAPITAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	01.602.072/0001-71	03/02/2025 - 13:44:11	FIORINO 1.4	FIAT	1	R$138.000,00	R$ 138.000,00	Não

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 21/02/2025 às 10:32:11.
Código verificador: BA9B96

Atas das sessões. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 88AA.B1DC.4EE5.5D8E.8E84.1049.BFE4.341A.

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA	10.754.828/0001-99	03/02/2025 - 14:23:22	FIORINO ENDURANCE (AMBULANCIA)	FIAT	1	R$138.125,00	R$ 138.125,00	Não
EURO COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA	53.561.083/0001-54	03/02/2025 - 23:18:46	PARTNER AMBULANCIA	PEUGEOT	1	R$150.000,00	R$ 150.000,00	Sim
COMERCIO DE VEICULOS SANTANA LTDA	34.037.756/0001-27	04/02/2025 - 08:08:05	Kangoo Advanced 1.6 2024/2025	RENAULT	1	R$138.120,00	R$ 138.120,00	Não

Validade das Propostas

Fornecedor	CPF/CNPJ	Validade (conforme edital)
CAPITAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	01.602.072/0001-71	60 dias
COMERCIO DE VEICULOS SANTANA LTDA	34.037.756/0001-27	60 dias
COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA	10.754.828/0001-99	60 dias
BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.	20.901.717/0001-11	60 dias
EURO COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA	53.561.083/0001-54	60 dias
ALMEIDA COMERCIO E SERVICOS LTDA	53.712.447/0001-50	60 dias
WA VEICULOS E CONSTRUCOES LTDA	30.936.530/0001-07	60 dias
PGLE VEICULOS,PECAS E SERVICOS LTDA	22.424.379/0001-08	60 dias

Lances Enviados

0001 - VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, FURGÃO TODO EM CHAPA DE AÇO ORIGINAL DE FÁBRICA,0 (ZERO) KM, VENDIDO POR UMA CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PELO FABRICANTE OU PELO PRÓPRIO FABRICANTE; ANO/MODELO MÍNIMOS: 2024/2024; MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.4 (LITROS); POTENCIA MÍNIMA: 84 CV OU SUPERIOR (GÁS.) 86 CV OU SUPERIOR (ALC); COMBUSTÍVEL: FLEX; QUANTIDADE MÍNIMA DE 03 (PORTAS), SENDO 02 (DUAS) PORTAS DIANTEIRAS E UMA TRASEIRA TIPO FOLHA; PNEUS 175/70 R14; SOM; AR CONDICIONADO (DIANTEIRO E TRASEIRO); DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR; VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS, TRAVAS ELÉTRICAS; CÂMBIO COM 05 MARCHAS A FRENTE A UMA RÉ; DIVISÓRIA ENTRE A CABINE DO MOTORISTA E O COMPARTIMENTO DO PACIENTE; PINTURA SÓLIDA; COR: BRANCA; CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS INCLUINDO O MOTORISTA; CAPACIDADE MÍNIMA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL 55 LITROS; CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE: 650,0 KG; GARANTIA DE 12(DOZE) MESES, OFERTADO PELO FABRICANTE; COM TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DA TRANSFORMAÇÃO: AMBULÂNCIA TIPO A SIMPLES REMOÇÃO TIPO FURGONETA (ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA VEÍCULO TIPO FURGONETA C/ CARROCERIA EM AÇO OU MONOBLOCO E ORIGINAL DE FÁBRICA, 0 KM, AIRBAG P/ OS OCUPANTES DA CABINE, FREIO C/ (A.B.S.) NAS 4 RODAS, MODELO DO ANO DA CONTRATAÇÃO OU DO ANO POSTERIOR, ADAPTADO P/ AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO. MOTOR DIANTEIRO: 4 CILINDROS; COMBUSTÍVEL = FLEX; POTÊNCIA MÍNIMA DE 84 CV;TANQUE DE COMBUSTÍVEL: CAPAC. MÍNIMA = 55 L. FREIOS E SUSPENSÃO. EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA: PORTAS EM CHAPA, C/ REVESTIMENTO INTERNO EM POLIESTIRENO, C/ FECHOS INTERNO E EXTERNO, RESISTENTES E DE ABERTURAS DE FÁCIL ACIONAMENTO. ALTURA INTERNA DO VEÍCULO DEVE SER ORIGINAL DE FÁBRICA. O PNEU ESTEPE NÃO DEVE SER ACONDICIONADO NO SALÃO DE ATENDIMENTO. SIST. ELÉTRICO:ORIGINAL DO VEÍCULO, C/ MONTAGEM DE BATERIA DE NO MÍN 60 AH DO TIPO SEM MANUTENÇÃO, 12 VOLTS. O SIST. ELÉTRICO DIMENSIONADO P/ O EMPREGO SIMULTÂNEO DE TODOS OS

Data	Valor	CNPJ	Situação
29/01/2025 - 15:22:56	200.000,00 (proposta)	53.712.447/0001-50 - ALMEIDA COMERCIO E SERVICOS LTDA	Valido
29/01/2025 - 16:51:42	250.000,00 (proposta)	20.901.717/0001-11 - BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.	Válido
03/02/2025 - 08:35:49	138.125,00 (proposta)	22.424.379/0001-08 - PGLE VEICULOS,PECAS E SERVICOS LTDA	Válido
03/02/2025 - 11:14:08	180.000,00 (proposta)	30.936.530/0001-07 - WA VEICULOS E CONSTRUCOES LTDA	Válido
03/02/2025 - 13:44:11	138.000,00 (proposta)	01.602.072/0001-71 - CAPITAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	Cancelado - o licitante não enviou os documentos de habilitação 04/02/2025 15:04:20
03/02/2025 - 14:23:22	138.125,00 (proposta)	10.754.828/0001-99 - COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA	Válido

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 21/02/2025 às 10:32:11.
Código verificador: BA9B96

Atas das sessões. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 88AA.B1DC.4EE5.5D8E.8E84.1049.BFE4.341A.

03/02/2025 - 23:18:46	150.000,00 (proposta)	53.561.083/0001-54 - EURO COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA	Válido
04/02/2025 - 08:08:05	138.120,00 (proposta)	34.037.756/0001-27 - COMERCIO DE VEICULOS SANTANA LTDA	Válido
04/02/2025 - 08:39:16	160.000,00	53.712.447/0001-50 - ALMEIDA COMERCIO E SERVICOS LTDA	Válido
04/02/2025 - 08:39:36	137.900,00	10.754.828/0001-99 - COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA	Válido
04/02/2025 - 08:41:22	138.000,00	22.424.379/0001-08 - PGLE VEICULOS,PECAS E SERVICOS LTDA	Válido
04/02/2025 - 08:43:52	137.800,00	34.037.756/0001-27 - COMERCIO DE VEICULOS SANTANA LTDA	Válido
04/02/2025 - 08:44:17	137.700,00	10.754.828/0001-99 - COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA	Válido
04/02/2025 - 08:44:55	136.500,00	01.602.072/0001-71 - CAPITAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	Cancelado - o licitante não enviou os documentos de habilitação 04/02/2025 15:04:20
04/02/2025 - 08:45:12	136.400,00	10.754.828/0001-99 - COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA	Válido
04/02/2025 - 08:46:05	136.300,00	01.602.072/0001-71 - CAPITAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	Cancelado - o licitante não enviou os documentos de habilitação 04/02/2025 15:04:20
04/02/2025 - 08:46:17	136.600,00	34.037.756/0001-27 - COMERCIO DE VEICULOS SANTANA LTDA	Válido
04/02/2025 - 08:46:31	136.200,00	10.754.828/0001-99 - COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA	Válido
04/02/2025 - 08:46:49	136.000,00	34.037.756/0001-27 - COMERCIO DE VEICULOS SANTANA LTDA	Válido
04/02/2025 - 08:47:02	134.500,00	01.602.072/0001-71 - CAPITAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	Cancelado - o licitante não enviou os documentos de habilitação 04/02/2025 15:04:20
04/02/2025 - 08:47:32	134.400,00	34.037.756/0001-27 - COMERCIO DE VEICULOS SANTANA LTDA	Válido
04/02/2025 - 08:47:58	134.300,00	10.754.828/0001-99 - COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA	Válido
04/02/2025 - 08:48:47	133.000,00	01.602.072/0001-71 - CAPITAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	Cancelado - o licitante não enviou os documentos de habilitação 04/02/2025 15:04:20
04/02/2025 - 08:49:01	132.900,00	10.754.828/0001-99 - COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA	Válido
04/02/2025 - 08:49:44	132.500,00	01.602.072/0001-71 - CAPITAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	Cancelado - o licitante não enviou os documentos de habilitação 04/02/2025 15:04:20
04/02/2025 - 08:50:11	132.400,00	10.754.828/0001-99 - COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA	Válido
04/02/2025 - 08:50:55	132.200,00	01.602.072/0001-71 - CAPITAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	Cancelado - o licitante não enviou os documentos de habilitação 04/02/2025 15:04:20
04/02/2025 - 08:51:30	132.100,00	10.754.828/0001-99 - COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA	Válido
04/02/2025 - 08:51:43	132.000,00	01.602.072/0001-71 - CAPITAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	Cancelado - o licitante não enviou os documentos de habilitação 04/02/2025 15:04:20
04/02/2025 - 08:52:15	134.300,00	34.037.756/0001-27 - COMERCIO DE VEICULOS SANTANA LTDA	Válido

Arquivos Enviados pelos Fornecedores

Item	Data/Hora	Enviado por	Arquivo
0001	04/02/2025 - 15:22:36	10.754.828/0001-99 - COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA	DOC GERAL+PROPOSTA.pdf

Inabilitados / Desclassificados

Data	Fornecedor	CNPJ	Detalhe

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 21/02/2025 às 10:32:11.
Código verificador: BA9B96

Atas das sessões. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 88AA.B1DC.4EE5.5D8E.8E84.1049.BFE4.341A.

04/02/2025 - 15:04:20	CAPITAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	01.602.072/0001-71	Item 0001 - VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, FURGÃO TODO EM CHAPA DE AÇO ORIGINAL DE FÁBRICA,0 (ZERO) KM, VENDIDO POR UMA CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PELO FABRICANTE OU PELO PRÓPRIO FABRICANTE; ANO/MODELO MÍNIMOS: 2024/2024; MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.4 (LITROS); POTENCIA MÍNIMA: 84 CV OU SUPERIOR (GÁS.) 86 CV OU SUPERIOR (ALC); COMBUSTÍVEL: FLEX; QUANTIDADE MÍNIMA DE 03 (PORTAS), SENDO 02 (DUAS) PORTAS DIANTEIRAS E UMA TRASEIRA TIPO FOLHA; PNEUS 175/70 R14; SOM, AR CONDICIONADO (DIANTEIRO E TRASEIRO); DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR; VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS, TRAVAS ELÉTRICAS; CÂMBIO COM 05 MARCHAS A FRENTE A UMA RÉ; DIVISÓRIA ENTRE A CABINE DO MOTORISTA E O COMPARTIMENTO DO PACIENTE; PINTURA SÓLIDA; COR: BRANCA; CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS INCLUINDO O MOTORISTA; CAPACIDADE MÍNIMA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL 55 LITROS; CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE: 650,0 KG; GARANTIA DE 12(DOZE) MESES, OFERTADO PELO FABRICANTE; COM TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DA TRANSFORMAÇÃO: AMBULÂNCIA TIPO A SIMPLES REMOÇÃO TIPO FURGONETA (ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA VEÍCULO TIPO FURGONETA C/ CARROCERIA EM AÇO OU MONOBLOCO E ORIGINAL DE FÁBRICA, 0 KM, AIRBAG P/ OS OCUPANTES DA CABINE, FREIO C/ (A.B.S.) NAS 4 RODAS, MODELO DO ANO DA CONTRATAÇÃO OU DO ANO POSTERIOR, ADAPTADO P/ AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO. MOTOR DIANTEIRO: 4 CILINDROS; COMBUSTÍVEL = FLEX; POTÊNCIA MÍNIMA DE 84 CV;TANQUE DE COMBUSTÍVEL: CAPAC. MÍNIMA = 55 L. FREIOS E SUSPENSÃO. EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA: PORTAS EM CHAPA, C/ REVESTIMENTO INTERNO EM POLIESTIRENO, C/ FECHOS INTERNO E EXTERNO, RESISTENTES E DE ABERTURAS DE FÁCIL ACIONAMENTO. ALTURA INTERNA DO VEÍCULO DEVE SER ORIGINAL DE FÁBRICA. O PNEU ESTEPE NÃO DEVE SER ACONDICIONADO NO SALÃO DE ATENDIMENTO. SIST. ELÉTRICO:ORIGINAL DO VEÍCULO, C/ MONTAGEM DE BATERIA DE NO MÍN 60 AH DO TIPO SEM MANUTENÇÃO, 12 VOLTS. O SIST. ELÉTRICO DIMENSIONADO P/ O EMPREGO SIMULTÂNEO DE TODOS OS

Desclassificação: o licitante não enviou os documentos de habilitação

Intenções de Recurso, Recursos e Contrarrazões Prazos

Intenção de Recurso	Recurso	Contrarrazão
04/02/2025 - 17:24	--	--

Chat

Data	Apelido	Frase
04/02/2025 - 08:36:15	Sistema	O processo está em fase de análise das propostas
04/02/2025 - 08:36:23	Sistema	As propostas foram analisadas e o processo foi aberto
04/02/2025 - 08:36:23	Sistema	No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
04/02/2025 - 08:36:23	Sistema	O processo utiliza o intervalo de lances de R$ 100,00. Se o lance for inferior ao limite mínimo, o intervalo será desconsiderado.
04/02/2025 - 08:36:37	Pregoeiro	bom dia a todos vamos inicio aos trabalhos
04/02/2025 - 08:36:49	Sistema	O item 0001 foi aberto pelo pregoeiro.
04/02/2025 - 08:36:49	Sistema	O item 0001 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
04/02/2025 - 08:54:06	Sistema	Foi solicitado o cancelamento do lance de R$ 132.100,00 para o item 0001 pelo fornecedor responsável pelo seu registro.
04/02/2025 - 08:54:16	Sistema	O item 0001 foi encerrado.
04/02/2025 - 08:56:37	Sistema	O item 0001 teve como arrematante CAPITAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA - DEMAIS com lance de R$ 132.000,00.
04/02/2025 - 08:56:37	Sistema	Iniciada a fase de negociação.
04/02/2025 - 08:57:13	Sistema	A data limite para negociação foi definida pelo pregoeiro para 04/02/2025 às 10:58.
04/02/2025 - 08:57:49	F. CAPITAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTD	Negociação Item 0001: Bom dia sr pregoeiro, chegamos no nosso valor mínimo.
04/02/2025 - 11:03:52	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0001 foi definida pelo pregoeiro para 04/02/2025 às 11:15.
04/02/2025 - 11:18:00	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0001. O prazo de envio é até às 13:19 do dia 04/02/2025.
04/02/2025 - 11:18:00	Sistema	Motivo: solicito o envio dos documentos previstos no Edital.
04/02/2025 - 15:04:20	Sistema	O fornecedor CAPITAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA foi desclassificado para o item 0001 pelo pregoeiro.
04/02/2025 - 15:04:20	Sistema	Motivo: o licitante não enviou os documentos de habilitação
04/02/2025 - 15:04:20	Sistema	O item 0001 tem como novo arrematante COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA com lance de R$ 132.100,00.
04/02/2025 - 15:05:10	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0001. O prazo de envio é até às 17:06 do dia 04/02/2025.
04/02/2025 - 15:05:10	Sistema	Motivo: solicito o envio dos documentos previstos no Edital.

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 21/02/2025 às 10:32:11.
Código verificador: BA9B96

Atas das sessões. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 88AA.B1DC.4EE5.5D8E.8E84.1049.BFE4.341A.

04/02/2025 - 15:22:34	F. COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTO	Documentação Item 0001: BOA TARDE ESTIMADA COMISSÃO, ESSE É O NOSSO MELHOR PREÇO, TEMOS O CARRO PRONTA ENTREGA E APROVEITANDO A OPORTUNIDADE ESTOU ANEXANDO TAMBÉM A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
04/02/2025 - 15:22:36	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
04/02/2025 - 17:13:12	Sistema	Para o item 0001 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA.
04/02/2025 - 17:13:37	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0001 foi definida pelo pregoeiro para 04/02/2025 às 17:24.
04/02/2025 - 17:30:01	Sistema	A sessão foi finalizada e o processo foi encaminhado para adjudicação.
07/02/2025 - 08:56:14	Sistema	O Item 0001 foi adjudicado por HEITOR CARNEIRO CAMPOS.
07/02/2025 - 08:56:30	Sistema	O Item 0001 foi homologado por HEITOR CARNEIRO CAMPOS.

Mudanças de Autoridade Competente

Nome	Alterado Em
PAULO ROGÉRIO DE LIRA CAMPOS	07/02/2025 - 08:49:19

Mudanças de Equipe de Apoio

Nome	Alterado Em
DAGMAR LIMA DE SOUZA	07/02/2025 - 08:49:19
WILLAME DE FRANÇA ALMEIDA	07/02/2025 - 08:49:19

JOSÉ FABIO FERREIRA DA NOBREGA

Pregoeiro

HEITOR CARNEIRO CAMPOS

Autoridade Competente

DAGMAR LIMA DE SOUZA

Apoio

WILLAME DE FRANÇA ALMEIDA

Apoio

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 21/02/2025 às 10:32:11.
Código verificador: BA9B96

Atas das sessões. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 88AA.B1DC.4EE5.5D8E.8E84.1049.BFE4.341A.

157

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
PATOS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
TRIBUTÁRIA

REDESIMPB

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Número: 243062

Razão Social: COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA

Nome Fantasia:

CNPJ: 10.754.828/0001-99

Inscrição Municipal:

Atividade Principal: 4511-1/01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos (Exerce no endereço)

Atividade(s) Secundárias: 4520-0/01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores (Exerce no endereço), 7490-1/04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários (Exerce no endereço), 4530-7/03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores (Exerce no endereço), 4520-0/02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores (Exerce no endereço), 4511-1/02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados (Exerce no endereço), 4520-0/07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores (Exerce no endereço), 5229-0/02 - Serviços de reboque de veículos (Exerce no endereço)

Município: Patos **Endereço:** RODOVIA BR-230, KM 323, S/N, , SETE CASAS

CEP: 58705275

Local e data: Município de Patos, quinta, 12 de maio de 2022

Vencimento:

CAIQUE CIRANO DI PAULA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Observação

Código de Autenticidade: **22L5CRAKJN**

EMITIDO PELO FUNCIONÁRIO LEONARDO GUEDES DOS SANTOS

Esse documento deverá permanecer exposto em local visível no estabelecimento empresarial

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

158

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA
DIRETORIADE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CERTIDÃO

CONTRIBUINTE: **COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA**
CPF/CNPJ: **10.754.828/0001-99**
INSCRIÇÃO MUNICIPAL: **102265**

CERTIFICO, para os devidos fins, que o alvará, que é o instrumento da licença para localização e funcionamento, tem prazo de validade indeterminado, vigorando até que seja cassado, em procedimento próprio, segundo os imperativos constitucionais de contraditório e ampla defesa.

Logo, à luz da Lei Municipal 3.541/2006 – Código Tributário Municipal, não há no Município de Patos qualquer previsão de prazo de validade ou de expiração do alvará de licença para localização e funcionamento de atividades, não necessitando de qualquer procedimento de renovação do mencionado "alvará de funcionamento", salvo se o órgão municipal competente tiver que executar ato tendente a verificar a adequação da atividade às normas administrativas constantes de Lei municipal específica, sendo, portanto, bastante a apresentação do alvará acompanhada da correspondente certidão negativa para que se possa inferir a regularidade do estabelecimento.

Ressalta-se, por oportuno, que é de inteira responsabilidade do sujeito passivo o dever de comunicar a este órgão público quaisquer supervenientes alterações das características do licenciamento anteriormente concedido, sob pena de abertura de processo administrativo específico, o qual poderá desencadear eventuais e subsequentes penalidades.

Patos (PB), 11 de maio de 2022.

CAIQUE CIRANO DI PAULA

SERPRO

CAIQUE CIRANO DI PAULA
Diretor de Administração Tributária – Matrícula 316705

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

159

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR N.º 009/2019 **De 27 de junho de 2019.**

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 004, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017, ALTERA A LEI N.º 3.746, DE 15 DE SETEMBRO DE 2008, INSTITUI BENEFÍCIOS FISCAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FRANCISCO DE SALES MENDES JÚNIOR, prefeito do município de Patos, Estado da Paraíba, usando das atribuições legais que são conferidas por Lei.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

"Art. 1º Fica revogada, em todos os seus termos, a Lei Complementar n.º 004/2017, de 29 de setembro de 2017 (Código Tributário Municipal).

Parágrafo Único: Retorna à vigência a Lei Municipal n.º 3.541/2006, com a redação que detinha antes de ser revogada pela Lei Complementar n.º 004/2017." (Emenda Modificativa n.º 01/2019).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Interino do município de Patos, Estado da Paraíba, em 27 de junho de 2019.

Francisco de Sales Mendes Júnior
PREFEITO INTERINO

Publicado no D. O. P. E.
Em: 02 / 07 / 19
Funcionário

Autor: Poder Executivo Municipal

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

ATESTADO DE CAPACIDADE

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa **COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA** - ROD BR–230, KM 323, S/N - SETE CASAS - PATOS - PB, CNPJ nº 10.754.828/0001-99 FORNECEU à **Fundo Municipal de Saúde de Cuité de Mamanguape** - Av Severino Jorge de Sena, 1111 - Centro - Cuité de Mamanguape - PB, CNPJ nº 13.099.820/0001-24, produtos de tais, ***"Aquisição de um Veículo de Passeio – Transporte de Equipe (5 pessoas, 0 Km) destinado a atender a necessidade do Fundo Municipal de Saúde"***, conforme CONTRATO Nº: 00210/2022-CPL.

CÓD.	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	Veículo de Passeio – Transporte de Equipe (5 pessoas, 0 Km): COMBUSTÍVEL|DIREÇÃO|PORTAS|CÂMBIO |DISTÂNCIA ENTRE EIXOS|MOTORIZAÇÃO|TRIO ELÉTRICO|AR CONDICIONADO: BICOMBUSTIVEL|HIDRÁULICA OU ELÉTRICA|04 PORTAS|MANUAL|MÍN.DE 2.370 MM|1.0 A 1.3|POSSUI|POSSUI E TODOS OS ACESSORIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN.	ARGO FLEX 1.0 2022-2022 FIAT	UND	1	71.470,00	71.470,00

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Itapororoca, em 28 de Setembro de 2022.

MARIO ANTÔNIO DA SILVA FILHO
Secretário e Gestor
053.747.914-78

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

101

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
GABINETE DA SECRETÁRIA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaramos para devidos fins que a Empresa **COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA**, inscrita no CNPJ:10.754.828/0001-99, estabelecida na ROD.BR,230-KM 323 s/n, Sete Casas- Patos/PB, executou o Fornecimento de um Furgão Fiat Ducato Transformado em Ambulância , no ano de 2023 , Conforme Pregão Eletrônico nº 0013/2023 Contrato nº 283/2023 para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA, inscrita no CNPJ nº 08.940.694/0001-59, com sede na Praça João Pessoa, 32, centro, Itaporanga Paraíba.**

Atestamos, ainda, que os compromissos assumidos pela empresa acima identificada foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que a desabone comercial ou tecnicamente.

Itaporanga, 02 de Janeiro de 2024.

Denise Lemos Veriato
Secretária Municipal de Saúde

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

RECEBEMOS DE COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO	NF-e Nº 000.054.339 SÉRIE 1
DATA DE RECEBIMENTO / IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	162

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA

ENDEREÇO: BR 230 KM 323, , Nº SN , Comp. FIAT

BAIRRO/DISTRITO: SETE CASAS

MUNICÍPIO: PATOS PB

CEP: 58.705-275 **FONE:** (83) 3421-5005

SITE: www.copauto.com.br

Cód.Conc.:91405-1

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - ENTRADA

1 - SAÍDA [1]

000.054.339

Série: 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e P/ CONSULTA DE AUTENTICIDADE NO SITE WWW.NFE.FAZENDA.GOV.BR

2523 1210 7548 2800 0199 5500 1000 0543 3910 1903 7707

Consulta de autencidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da SEFAZ Autorizadora.

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO
VDA VEIC NOVO (ICMS ST) - CFO 5 403	325230040626004 19/12/2023 16:06

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ	DADOS DANF-e
160334438		10.754.828/0001-99	

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPORANGA - Cod. 0008440	11.174.552/0001-32	19/12/2023

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA ENTRADA/SAÍDA
RUA IRINEU RODRIGUES DA SILVA, 131	CENTRO	58.780-000	19/12/2023

MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA ENTRADA/SAÍDA
ITAPORANGA	(83) 99667-7069	PB		16:06:18

FATURA

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DESCONTO	VALOR DIFAL ORIGEM	VALOR DO PIS	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
,00	,00	,00	,00	,00	,00		271.497,98

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI/IPI DEVOLVIDO	VALOR FCP	VALOR DIFAL DESTINO	VALOR DO COFINS	VALOR TOTAL DA NOTA
,00	,00	,00	,00	,00	,00		**271.497,98**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
	9 - SEM FRETE [9]		-		

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
				,000	,000

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇOS	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QTD.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL	DESCONTO	BC ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
0032818	NOVO DUCATO MAXICARGO 2.2 DIESEL 4P;Chassi:ZFA250000R2X83919 - :Motor: 10DZ94*4203943*:PLACA:DUCAT01/PB. IAP0100087042110; MODELO: 4P NOVO DUCATO MAXICARGO 2.2 DI 03 PASSAGEIROS 004 CILINDROS - 0 KM FAB 2023 MOD-2024 COR-BRANCO ICE REV-TECIDO CINZA ESCURO COD. RENAVAM: 200562 COR INTERNA: TECIDO CINZA ESCURO COMBUSTIVEL: DIESEL CILINDRADA: 0 Trib aprox RS: 21312.59 Fed, 73304.45 Est - Fonte: IBPT/PB 2A4940	87042110	060	5403	UNI	1.0000	271.497,9800	271.497,98	,00	,00	,00	,00	,00	,00

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
	,00	,00	,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
VENDEDOR:METUZO LICITACAO - N.S:0049216 - NE Entrada: 003340, Nota Entrada: 000080402, Serie Nota Entrada: U , Data de Emissao NF Entrada: 31/10/2023 - MODELO:NOVO DUCATO MAXICARGO 2.2 DIESEL 4P - RENAVAM:200562 - Pagamento referente a aquisicao de veiculo tipo. Ambulancia por emenda parlamentar conforme portaria 998 de 20 dejulhodc2023.; ; - CONTA INVESTIMENTODADOS BANCARIOS PARA PAGAMENTO: COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES, BANCO DO BRASIL, AG. 151-1, CC. 14.434-7, TEL.(83)3421-5005. - Email cliente: smsaudeitaporanga@gmail.com - Trib aprox R$: 21312.59 Fed, 73304.45 Est - Fonte: IBPT/PB 2A4940	

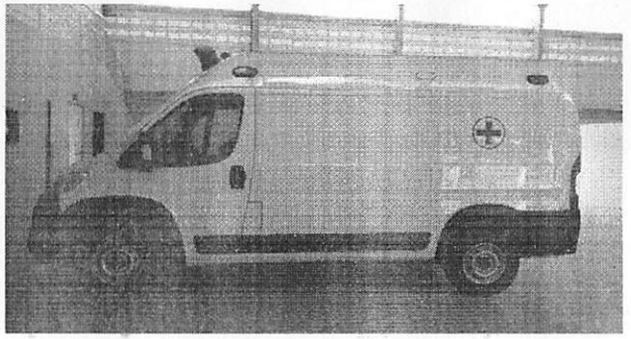
Reimpressão - FLAVIA

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

DUCATO CARGO 11,5M³
TRANSFORMADO EM AMBULÂNCIA TIPO A
PARA SIMPLES REMOÇÃO

Dados Técnicos

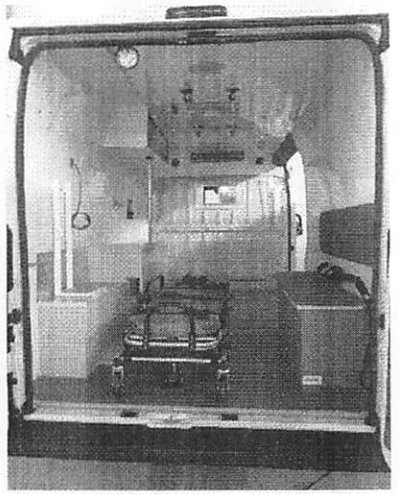
Cilindrada total (cc) : 2179
Potência máxima (cv) : 140
Torque máximo (Nm) : 340
Peso Bruto Total (KG) : 3500
Altura do veículo (mm) : 2522
Capacidade volumétrica de carga (m³) : 11,5
Comprimento do veículo (mm) : 5413
Entre-Eixos (mm) : 3450
Largura do veículo (mm) : 2270
Tanque de combustível (litros) : 90
Reservatório Arla (lts) : 19,5





Itens de Série

*Fiat Connect//Me - Serviços Conectados
.AdBlue Uréia, catalizador redutor seletivo (SCR) e filtro particulado (DPF)
.Airbag duplo (motorista e passageiro)
.Alavanca de Câmbio no painel
.Alerta de uso do cinto de segurança passageiro
.Alertas de uso de cinto de segurança do motorista
.Alternador (180 A)
.Antena no teto
.Apoio de Braço do motorista com regulagem de altura
.Apoios de cabeça nos bancos dianteiros
.Ar condicionado
.Aviso sonoro de ré para pedestres
.Banco do motorista com regulagem de altura
.Banco do passageiro biposto
.Banco Motorista c/ ajuste lombar
.Bancos revestidos em tecido
.Barra de proteção nas portas dianteiras
.Brake light
.Câmbio Manual de 6 marchas
.Chave tipo canivete com telecomando
.Cintos de segurança dianteiros retráteis de 3 pontos
.Computador de Bordo (distância, consumo médio, consumo instantâneo, autonomia)
.Console central com porta-objetos e porta-copos
.Conta-giros
.Desembaçador com ar quente
.Direção hidráulica
.Entrada USB carregamento de dispositivos no painel
.ESP (Electronic Stability Program)
.Espelho retrovisor com comando elétrico
.Estepe de dimensões normais
.Faróis com regulagem elétrica de altura
.Freios a disco nas 4 rodas
.Freios com ABS, ESC (Controle de Estabilidade), EBD (Corretor de frenagem), ASR (Controle anti-derrapagem) e Hill Holder (sistema ativo freio com controle eletrônico que auxilia nas arrancadas do veículo em subidas)
.Frisos laterais
.Ganchos para amarração de carga
.GSI - Indicador Troca Marchas no Painel
.Hodômetro digital
.LAC (Controle adaptativo de Carga)
.Luz diurna de segurança - Day running lights (DRL)
.Luz interna na cabine com temporizador
.Mesa Multifuncional (porta copo e apoio notebook)
.Moldura de proteção nas caixas de roda
.Para-choques na cor preta
.Parede divisória sem janela
.Piloto Automático com limitador de velocidade
.Porta lateral corrediça
.Portas traseiras com abertura de 270°
.Predisposição para som (alto falantes, Tweeters e antena)
.Protetor de carter
.Regulagem altura e pré-tensionador motorista e passageiro lateral
.Relógio digital
.Repetidores de Seta no retrovisor
.Rodas em aço estampado com Pneus 225/75 R16
.Sensor de estacionamento traseiro
.Sistema Start & Stop
.Suspensões traseiras de folha dupla
.Travas elétricas + Trava automática das portas a 20 km/h
.Válvula antirefluxo de combustível
.Vidros climatizados verdes
.Vidros elétricos dianteiros
.Volante com regulagem de profundidade



//COPAUTO

licitacao@copauto.com.br
(83) 9 8854-2778

CPL

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

104

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Praça Estanislau Medeiros, s/n, bairro Antônio Bento de Morais, Santa Luzia-PB, (83) 3461-2299 – CEP: 58.600-000

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00022/2021
CONTRATO Nº 00113/2021

ATESTAMOS, para os devidos fins de direito, que a empresa COPAUTO COMÉRCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA, situada na Loc. BR 230 KM 323, s/nº, Rodovia - Patos/PB - CEP nº 58.701-630, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.754.828/0001-99, forneceu satisfatoriamente à Prefeitura Municipal de Santa Luzia/PB, CNPJ nº 09.090.689/0001-67, 01 (um) veículo automotor, zero quilômetro, ano/modelo 2021, tipo Ambulância Tipo A - Simples tipo Furgoneta para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Santa Luzia/PB, não havendo fatos supervenientes que desabonem sua conduta técnica e comercial dentro dos padrões de qualidade e desempenho e que cumpriu com sua obrigação, não havendo reclamação ou objeção quanto à qualidade do fornecimento até a presente data.

Santa Luzia/PB, 14 de outubro de 2021.

CARTÓRIO INÁCIO MACHADO

Henry Maldiney de Lira Nóbrega
Secretário de Gestão Pública
Pref. Mun. de Santa Luzia - PB

HENRY MALDINEY DE LIRA NÓBREGA
Secretário de Gestão

CARTÓRIO INÁCIO MACHADO - 1º OFÍCIO - SANTA LUZIA - PB
Registro Geral de Imóveis, Escrituras, Procurações, Reconhecimento de Firmas, Autenticações e Protestos de Títulos
Tabeliã e Registradora: MARIA DALVA MACHADO ARRUDA

Reconheço POR SEMELHANÇA a firma de HENRY MALDINEY DE LIRA NOBREGA. Em test. 96 da verdade. Dou fé. Santa Luzia-PB, 29/11/2021.
Daniele Nóbrega Gomes
DANIELE NÓBREGA GOMES
Selo Digital de fiscalização Tipo Normal B-AMN18115-4P3L
Confira os dados do ato em https://selodigital.tjpb.jus.br
EMOLUB. R$: 11,15 FARPEN R$: 0,31 FERJ R$: 2,51
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL - CARTÓRIO INÁCIO MACHADO - 1º OFÍCIO - Daniele Nóbrega Gomes - Escrevente -

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Venancio Luiz Gomes Fernandes, em quarta-feira, 9 de fevereiro de 2022 14:29:01 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/11704090222718942304 9
CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 11704090222718942304 9-1
Data: 09/02/2022 14:28:09
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMN15706-U9C5;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular
TJPB

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

165

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei N° 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA assumiu, nos termos do artigo 8°, §1°, do Decreto n° 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3°, inciso X, da Lei Federal n° 13.874/2019 e o artigo 2°-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2°-A, §7°, da Lei Federal n° 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **09/02/2022 15:44:21 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1°, 10° e seus §§ 1° e 2° da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é valida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

[1]**Código de Autenticação Digital:** 117040902227189423049-1
[2]**Legislações Vigentes**: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b7a9418ede3a4459bc8de108e14f22aa866ca8253c67aca945833499c2211d93c377a9786d10717a7308f55f8bd72c24f6e67691b60ed3e4a55935261314dd534

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

ICP Brasil

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

RECEBEMOS DE COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA ABAIXO		NF-e Nº 000.043.735 SÉRIE 1
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

166

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA

ENDEREÇO: BR-230 KM 323, , Nº SN , Comp. FIAT

BAIRRO/DISTRITO: SETE CASAS

MUNICÍPIO: PATOS PB

CEP: 58.705-275 **FONE:** (83) 3421-5005

SITE: www.copauto.com.br

Cód.Conc.:91405-1

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - ENTRADA

1 - SAÍDA [1]

000.043.735

Série: 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e PV CONSULTA DE AUTENTICIDADE NO SITE WWW.NFE.FAZENDA.GOV.BR

2521 0810 7548 2800 0199 5500 1000 0437 3517 7806 5536

Consulta de autencidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da SEFAZ Autorizadora.

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO
VDA VEIC NOVO (ICMS ST) - CFO 5 403	325210022566312 12/08/2021 13:59

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ	DADOS DA NF-e
160334438		10.754.828/0001-99	

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL			CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
MUNICIPIO DE SANTA LUZIA - Cod. 0002211			09.090.689/0001-67	12/08/2021
ENDEREÇO	**BAIRRO/DISTRITO**	**CEP**		**DATA DA ENTRADA / SAÍDA**
PRACA ESTANISLAU DE MEDEIROS, S/N	VILA NOVA	58.600-000		12/08/2021
MUNICÍPIO	**FONE/FAX**	**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DA ENTRADA / SAÍDA**
SANTA LUZIA	(83) 3461-2299	PB		13:59:43

FATURA

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DESCONTO	VALOR DIFAL ORIGEM	VALOR DO PIS	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
,00	,00	,00	,00	,00	,00		107.400,00
VALOR DO FRETE	**VALOR DO SEGURO**	**OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS**	**VALOR DO IPI / IPI DEVOLVIDO**	**VALOR FCP**	**VALOR DIFAL DESTINO**	**VALOR DO COFINS**	**VALOR TOTAL DA NOTA**
,00	,00	,00	,00	,00	,00		**107.400,00**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
	9 - SEM FRETE [9]		-		
ENDEREÇO	**MUNICÍPIO**			**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
				,000	,000

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇOS	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QTD.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL	DESCONTO	BC ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
0030078	FIORINO ENDURANCE 1.4 02 PAS;Chassi:9BD2651MHM9163563 - ;Motor: 327A0114600921. IAP0100087032210; MODELO: FIORINO ENDURANCE 1.4 02 PAS FIORINO ENDURANCE 1.4 02 PASSAGEIROS 004 CILINDROS - 0 KM FAB 2021 MOD 2021 COR-BRANCO BANCHISA REV-TEAR JACQUARD BILLARD COD. RENAVAM: 208413 COR INTERNA: TEAR JACQUARD BILLARD COMBUSTIVEL: BICOMBUSTIVEL CILINDRADA: 0 FCI 8A4CB32E-40AF-487A-8704-BF0C3EAE9343 Trib aprox R$: 11921.40 Fed, 28998.00 Est - Fonte: IBPT/PB 115C76	87032210	060	5403	UNI	1,0000	107.400,0000	107.400,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
	,00	,00	,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
VENDEDOR:MARIA GORETE FRAZAO MOTA VIEIRA - N.S:0038501 - NE Entrada: 0023286. Nota Entrada: 005306122, Serie Nota Entrada: U , Data de Emissao NF Entrada: 30/07/2021 - MODELO:FIORINO ENDURANCE 1.4 02 PAS - RENAVAM:208413 - VEICULO SEM ALIENACAO E SEM RESERVA DE DOMINIO -CONTRATO N 00113/2021 PREGAO PRESENCIAL N 0022/2021 - DADOS BANCARIOS: BCO. BRASIL AG: 0151-1 C/C:14434-7 - COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA - CNPJ: 10.754.828/0001-99 - Email cliente: gabinete@santaluzia.pb.gov.br - Trib aprox R$: 11921.40 Fed, 28998.00 Est - Fonte: IBPT/PB 115C76	

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

107

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0
Autenticação Digital
Cód. Autenticação: 11704080120163748014 2-1; Data: 06/01/2020 16:42:37
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal D; AJP13953-ORTI;
Valor Total do Ato: R$ 4,12
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA DE BARAÚNAS
RUA VALDECI SALES, 579 - CENTRO - AREIA DE BARAÚNAS - PB. CEP: 58730-000 - Tel: (83) 3465-1010.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA DE BARAÚNAS-PB, inscrita no CNPJ: 01.612.685/0001-90, atesta para os devidos fins de comprovação que a empresa COPAUTO COMÉRCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA, inscrita no CNPJ: 10.754.828/0001-99 – INSC. EST. 16.033.443-8 – INSC. MUN. 243/06-2, localizada na Rua BR 230 KM 323, S/N – BAIRRO: RODOVIA, PATOS-PB, CEP 58.701-630, forneceu de forma satisfatória atendendo todas as cláusulas contratuais a esta prefeitura os veículos conforme abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	QTDADE	MARCA/ MODELO
01	Veículo automotor de passeio, Fabricado no Brasil, com 05 (cinco) portas, ar-condicionado, vidro e travas elétricas, direção hidráulica, motor mínimo 1.0 Transversal, câmbio Manual de 05 (cinco) velocidades à Frente 01 (uma) à Ré, Bicombustível, Capacidade para 05 Passageiros incluindo o Motorista, Ano/Modelo 2019, conforme as NOTAS FISCAIS: 37.767; 37.768 e 37.806.	Und.	03	Marca: FIAT Modelo: MOBI LIKE 1.0 Flex, 2019/2019

Por ser verdade, firmo o presente.

ALDO XAVIER

AREIA DE BARAÚNAS-PB, em 01 de Julho de 2019.

Edson Nogueira de Andrade

Nome:
RG/CPF: 0552395544-76
Assinatura

SEC ADMINISTRAÇÃO

2º OFÍCIO DE PATOS
TABELIÃO DE NOTAS, REGISTRO DE IMÓVEIS E DOCUMENTOS - REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
Av. Pres. Epitácio Pessoa, 214 - Centro - Patos-PB - Fone: (83) 3421-3436 CEP: 58700-070
Ivanildo Xavier Costa – Tabelião
Arlene Moura Xavier Dantas – Substituta

REC. DE FIRMA Nº 2019-007568
Reconheço por semelhança a firma de:
EDSON NOGUEIRA DE ANDRADE**********
****
Dou fé, em testemunho da verdade.
Patos-PB, 14/08/2019 15:11:18
RESPONSAVEL: ARLENE M. XAVIER DANTAS - TABELIA SUBSTITUTA
EMOL:R$ 9,91 FEPJ:R$ 1,98 FARPEN R$ 0,29 ISS:R$ 0,99
SELO DIGITAL: AIZ07004-BAF7
Confira a autenticidade em: https://selodigital.tjpb.jus.br
assinatura

ALDO XAVIER · SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL · 3º OFÍCIO DE NOTAS · Fone: (83) 3421-3436 · Fax: (83) 3421-6550

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

168

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0
Autenticação Digital
Cód. Autenticação: 11704060120163748014 2-2; Data: 06/01/2020 16:42:37
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJP13952-GBWR;
Valor Total do Ato: R$ 2,42
Confira os dados do ato em: https://tsiod[illegible].tjpb.jus.br

ESTADO DA PARAÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONTRATO Nº: 00021/2019-CPL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA DE BARAÚNAS E COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA, PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Areia de Baraúnas - Valdeci Sales, 579 - Centro - Areia de Baraúnas - PB, CNPJ nº 01.612.685/0001-90, neste ato representada pela Prefeita Maria da Guia Alves, Brasileira, Solteira, residente e domiciliada na Sítio Aniz, SN - Zona Rural - Areia de Baraúnas - PB, CPF nº 789.388.484-34, Carteira de Identidade nº 2096339 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA - LOC BR 230 KM 323, S/N - RODOVIA - PATOS - PB, CNPJ nº 10.754.828/0001-99, neste ato representado por Joabe de Sá Lourenço, Brasileiro, Casado, Representante Comercial, residente e domiciliado na dos Roques, 46, Centro - Pombal - PB, CPF nº 031.650.584-66, Carteira de Identidade nº 2264294 SSDS/PB, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO:
Este contrato decorre da licitação modalidade Pregão Presencial nº 00010/2019, processada nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº. 3.555, de 08 de Agosto de 2000, e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO:
O presente contrato tem por objeto: AQUISIÇÃO DE 03 (três) VEÍCULOS OKM, TIPO PASSEIO PARA O MUNICÍPIO DE AREIA DE BARAÚNAS-PB, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO EDITAL.

O fornecimento deverá obedecer rigorosamente às condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, Pregão Presencial nº 00010/2019 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:
O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R$ 119.970,00 (CENTO E DEZENOVE MIL E NOVECENTOS E SETENTA REAIS).

CÓD.	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	Veiculo automotor de passeio, Fabricado no Brasil, com 05 (cinco) portas, ar-	FIAT - MODELO: MOBI LIKE	UND	3	39.990,00	119.970,00

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.370-0
Autenticação Digital
Cód. Autenticação: 1170405012016374801423; Data: 06/01/2020 16:42:07
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal D; AJP13851-HVB
Valor Total do ATO: R$ 4,42
Confira os dados do ato em: https://tjrj.pje.jus.br

	condicionado, vidro e travas elétricas, direção hidráulica, motor mínimo 1.0 Transversal, câmbio Manual de 05 (cinco) velocidades à Frente 01 (uma) à Ré, Bicombustível, Capacidade para 05 Passageiros incluindo o Motorista, Ano/Modelo 2019	1.0, 2019/2019			
				Total:	119.970,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO:
Os preços contratados são fixos pelo período de um ano, exceto para os casos previstos no Art. 65, §§ 5° e 6°, da Lei 8.666/93.
Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 65, Inciso II, Alínea d, da Lei 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:
As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente: Recursos Próprios do Município de Areia de Baraúnas:
02.100 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 10 301 2001 2061 Manutenção da Secretaria de Saúde - 000303 4490.52 69 1211 Equipamentos e Material Permanente-MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS -000203 3390.39 99 001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 000204 4490.52 99 001 Equipamentos e Material Permanente

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado na Tesouraria do Contratante, mediante processo regular, da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS:
O prazo máximo para a execução do objeto ora contratado, conforme suas características, e que admite prorrogação nos casos previstos pela Lei 8.666/93, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão do Pedido de Compra:
Entrega: 15 (quinze) dias
O prazo de vigência do presente contrato será determinado: até 11/06/2020, considerado da data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
a - Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;
c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais.

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0
Autenticação Digital
Cód. Autenticação: 1170408012016374801424; Data: 08/01/2020 16:42:37
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJP13950-VKTL;
Valor Total do Ato: R$ 4,42
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

d - Designar representantes com atribuições de G
termos da norma vigente, especialmente para acomp
respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:
a - Executar devidamente o fornecimento descrito na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
f - Não ceder, transferir ou sub-contratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado:

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO:
Este contrato poderá ser alterado, unilateralmente pela Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93.
O Contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES:
A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93: a - advertência; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d - simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93 e na Lei 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Patos.

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.



E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o pres
qual vai assinado pelas partes e por duas testemunh

Areia de Baraúnas - PB, 11 de Junho de 2019.

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

MARIA DA GUIA ALVES
Prefeita
789.388.484-34

PELO CONTRATADO

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA
JOABE DE SÁ LOURENÇO
031.650.584-66

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

172

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA assumiu, nos termos do artigo 8°, §1°, do Decreto n° 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3°, inciso X, da Lei Federal n° 13.874/2019 e o artigo 2°-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7°, da Lei Federal n° 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **09/02/2022 14:26:24 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é valida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

[1]**Código de Autenticação Digital:** 11704060120163748014 2-1 a 11704060120163748014 2-5
[2]**Legislações Vigentes**: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b7a9418ede3a4459bc8de108e14f22aa88f07f58f901e59922366babe9f8c3c1cdc7e6389b1b6d15c7d144992a51ca2ba6e67691b60ed3e4a55935261314dd534

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

ICP Brasil

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA DE BARAÚNAS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTA, para os devidos fins de direito, que a empresa **COPAUTO COMÉRCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA,** CNPJ sob nº 10.754.828/0001-99, com sede na ROD BR-230, KM 323, SN, Bairro Sete Casas, Patos – PB, CEP: 58.705-275, forneceu satisfatoriamente ao município **01 (UM) VEICULO AUTOMOTOR, ZERO QUILÔMETRO, ANO/MODELO 22/23, TIPO AMBULÂNCIA TIPO A – TIPO FURGÃO SCUDO CARGO PARA SIMPLES REMOÇÃO 1.5TD** , com pagamento pela execução dos serviços e não há registro de fato supervenientes que desabonem sua conduta técnica e comercial dentro dos padrões de qualidade e desempenho e que cumpriu com sua obrigação, no exercício do ano 2022, não havendo reclamação ou objeção quanto aos produtos/serviços até a presente data.

Areia de Baraúnas – PB, em 11 de agosto de 2022.

DINAMÉRICO WANDERLEY

Márcio Gomes Pereira

MÁRCIO GOMES PEREIRA
Secretário de Controle Interno

Márcio Gomes Pereira
Secretario de Controle Interno
CPF: 001.205.324-41

DINAMÉRICO WANDERLEY
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
Reconheço, por semelhança, a(s) Firma(s) de:.....
MARCIO GOMES PEREIRA
Em test.da verdade. Patos-PB 11/08/2022 12:20:17
ZUETANIA MEDEIROS DE LUCENA - Escrevente Substituta
[2022-018798]EMOL:R$ 11,28 FARPEN:R$ 0,34 FEPJ:R$ 2,2 ISS:R$ 0,56
SELO DIGITAL: ANI30257-T07V
Confira a autenticidade em https://selodigital.tjpb.jus.br
SELO NOTARIAL E REGISTRAL DINAMÉRICO WANDERLEY 2º OFÍCIO DE NOTAS Fone: (83) 3421-2725 Fax: (83) 3421-6020 Patos-PB

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

RECEBEMOS DE COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA ABAIXO.

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
Nº 000.048.573
SÉRIE 1

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA

ENDEREÇO: BR 230 KM 323, , Nº SN , Comp. FIAT

BAIRRO/DISTRITO: SETE CASAS

MUNICÍPIO: PATOS PB

CEP: 58.705-275 **FONE:** (83) 3421-5005
SITE: www.copauto.com.br
Cód.Conc.:91405-1

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]
000.048.573
Série: 1

CHAVE DE ACESSO DANF-e P/ CONSULTA DE AUTENTICIDADE NO SITE WWW.NFE.FAZENDA.GOV.BR
2522 1110 7548 2800 0199 5500 1000 0485 7311 5087 9130

Consulta de autencidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da SEFAZ Autorizadora.

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO
VDA VEIC NOVO (ICMS ST) - CFO 5 403	325220033632022 09/11/2022 15:08

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ	DADOS DANF-e
160334438		10.754.828/0001-99	

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
FUNDO MUNIC DE SAUDE DE AREIA DE BARAUNAS - Cod. 0012799	11.832.051/0001-04	09/11/2022

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA ENTRADA/SAÍDA
R RUA VALDECI SALES, SN	Centro	58.732-000	09/11/2022

MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA ENTRADA/SAÍDA
AREIA DE BARAUNAS	(83) 3465-1049	PB		15:07:39

FATURA

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DESCONTO	VALOR DIFAL ORIGEM	VALOR DO PIS	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
,00	,00	,00	,00	,00	,00		282.500,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI/IPI DEVOLVIDO	VALOR FCP	VALOR DIFAL DESTINO	VALOR DO COFINS	VALOR TOTAL DA NOTA
,00	,00	,00	,00	,00	,00		**282.500,00**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	9 - SEM FRETE [9]		-		

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
				,000	,000

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇOS	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QTD.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL	DESCONTO	BC ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
0031270	FIAT SCUDO CARGO 1.5 TD 4P;Chassi:9VCVBYHVEPA003843 - ;Motor: 10Q4EW*0052187*. IAP0100087042190; MODELO: 4P 4P 03 PASSAGEIROS 004 CILINDROS - 0 KM FAB 2022 MOD-2023 COR-BRANCO BANCHISA REV-TEXTIL DARK-GREY, CURITIBA TRI COD. RENAVAM: 200452 COR INTERNA: TEXTIL DARK-GREY, CURITIBA TRI COMBUSTIVEL: DIESEL CILINDRADA: 0 Trib aprox RS: 22176.25 Fed, 76275.00 Est - Fonte: IBPT/PB 316341	87042190	060	5403	UNI	1,0000	282.500,0000	282.500,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
	,00	,00	,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
VENDEDOR:METUZO LICITACAO - N.S:0043423 - NE Entrada: 0027652, Nota Entrada: 005849482, Serie Nota Entrada: U , Data de Emissao NF Entrada: 30/09/2022 - MODELO:FIAT SCUDO CARGO 1.5 TD 4P - RENAVAM:200452 - VEICULO TRANSFORMADO EM AMBULANCIA TIPO A PARA ATENDER AO CONVENIO DE NUMERO 0037/2022 QUE ENTRE SE CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO DA ARTICULACAO MUNICIPAL E A PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA DE BARAUNAS.; ; - DADOS BANCARIOS PARA PAGAMENTO: COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES, BANCO DO BRASIL, AG. 151-1, CC. 14.434-7. - Email cliente: controleinterno@areiadebarauunas.pb.gov.br - Trib aprox RS: 22176.25 Fed, 76275.00 Est - Fonte: IBPT/PB 316341	

Reimpressão - FLAVIA

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA-PB
ESTADO DA PARAÍBA
CNPJ.: 08.945.727/0001-53

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA. CNPJ: 10.754.828/0001-99**, situada a **BR 230 KM 323, S/N – Sete Casas, Patos/PB, CEP 58.705-275,** possui competência técnica no fornecimento de veículos, onde já forneceu satisfatoriamente os produtos/serviços mencionados abaixo, para a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA-PB, não havendo nada a constar contra, em relação ao fornecimento como também a qualidade dos produtos oferecidos. Conforme item abaixo:

Descrição do item	Quantidade
NOVO FIAT TORO FREEDOM TURBODIESEL;Chassi:9882261RNNKE80347 -;Motor: 463495089446882, LAP0100087042190; MODELO: TURBODIESEL TURBO OS PASSAGEIROS 004 CILINDROS - 0 KM FAB 2022 MOD-2022 COR-BRANCO AMBIENTE REV-TECIDO CINZA COD. RENAVAM: 200020 COR INTERNA: TECIDO CINZA COMBUSTIVEL: DIESEL CILINDRADA: 0 OPCIONAIS: PINTURA SOLIDA (FIAT).	1

PAULISTA-PB, em 07 de Julho de 2022.

Gercica de Sousa Alves
GERCICA DE SOUSA ALVES
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA-PB

FRANCISCO MARTINS LOPES – SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL – OFÍCIO ÚNICO

Reconheço POR SEMELHANÇA a firma de GERCICA DE SOUSA ALVES. Em test. ____ da verdade. Dou FÉ.
Paulista-PB, 07/07/2022.

SATURNINO DE ALMEIDA MARTINS
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal B-AND81283-Q2PA
Confira o ato em https://selodigital.tjpb.jus.br
EMOLUM.: 11,28 FARPEN: 0,34 FEPJ: 2,08 MP: 0,18
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

Serviço Notarial e Registral – Ofício Único – 83-99928-1852 – Paulista – Paraíba – Francisco Martins Lopes

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 18 de julho de 2022 16:16:38 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/11704180722471722624 6

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 11704180722471722624 6-1
Data: 18/07/2022 16:00:41
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANG27627-YMLN;

CNS: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1400
Torre, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Adauto Jose Fernandes Ribeiro
Escrevente

TJPB

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1400 Torre 58040-000, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA assumiu, nos termos do artigo 8°, §1°, do Decreto n° 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3°, inciso X, da Lei Federal n° 13.874/2019 e o artigo 2°-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7°, da Lei Federal n° 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **19/07/2022 08:04:08 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é valida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

[1]**Código de Autenticação Digital:** 117041807224717226246-1
[2]**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05be6431ba8e4fcf3e513dd2af36b20c98b464920366a814cfd7116e817ed05936b908792e74fbb21ca3a8fa3ffa54844ed6e67691b60ed3e4a55935261314dd534

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

ICP Brasil

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

Termo de Abertura

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 32

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 2504, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa null, município Patos, CNPJ nº 10.754.828/0001-99, Número de Registro (NIRE) 25200128648.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE
Declaro(amos), sob as penas da Lei, que o livro apresentado para autenticação preenche todas as formalidades legais exigíveis, bem como que estou(amos) devidamente habilitado(s) para assinatura dos termos de abertura e de encerramento do livro.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 14/03/1986
Ato constitutivo: 25200128648

Patos, 01/01/2022

ROMA SANTANA DE MEDEIROS
Administrador, Sócio
CPF 046.196.654-95

FRANCISCO REGINALDO SARMENTO BISPO
CONTADOR
CRC/PB 010681O3

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

BALANÇO PATRIMONIAL

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA
BR 230 KM 323, S/N, Sete Casas, Patos -PB, CEP: 58.705-275
I.E.: 16.033.443-8 CNPJ: 10.754.828/0001-99 NIRE: 25200128648
Período Movimento: JANEIRO/2022 a DEZEMBRO/2022 LIVRO DIÁRIO N° 32

ATIVO		SALDO ATUAL/ACUMULADO
ATIVO CIRCULANTE	**R$**	**7.184.786,23**
Disponível	**R$**	**734.470,05**
Caixa e equivalentes	R$	136.046,08
Bancos	R$	598.423,97
Realizável a Curto Prazo	**R$**	**1.721.636,65**
Financiamento de Vendas	R$	1.355.352,10
Contas Vinculadas Com a Fábrica	R$	170.806,06
Adiantamento a Terceiros	R$	195.478,49
Estoques	**R$**	**4.561.150,24**
Estoques	R$	4.561.150,24
Impostos e Contribuições	**R$**	**167.529,29**
Impostos e Contribuições a Recuperar	R$	167.529,29
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**R$**	**3.489.862,05**
Investimentos	**R$**	**1.053.497,40**
Outros Investimentos	R$	1.053.497,40
Imobilizado	**R$**	**1.900.658,85**
Bens Imobilizados	R$	2.436.364,65
(-) Depreciações acumuladas	R$	(535.705,80)
TOTAL DO ATIVO	**R$**	**10.674.648,28**

Informações Transcritas do Livro Diário n° 32

Patos - PB, 31 de dezembro de 2022

Francisco Reginaldo Sarmento Bispo
Contador
CRC-PB 010681-O/3
CPF: 064.186.454-05

Roma Santa de Medeiros
CPF: 046.196.654-95

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

BALANÇO PATRIMONIAL

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA **Pág. 1**

BR 230 KM 323, S/N, Sete Casas, Patos -PB, CEP: 58.705-275

I.E.: 16.033.443-8 **CNPJ: 10.754.828/0001-99** **NIRE: 25200128648**

Período Movimento: JANEIRO/2022 a DEZEMBRO/2022 **LIVRO DIÁRIO N° 32**

PASSIVO		SALDO ATUAL/ACUMULADO
PASSIVO CIRCULANTE	R$	**6.018.682,16**
Fornecedores	**R$**	**3.322.457,37**
Fornecedor Fábrica	R$	2.901.123,99
Outros Fornecedores	R$	425.934,97
(-) Devoluções de Compras	-R$	4.601,59
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	**R$**	**1.849.752,30**
Emprestimos	R$	1.849.752,30
Obrigações Sociais à Pagar	**R$**	**74.404,12**
Honorarios da Diretoria	R$	4.276,72
Encargos Sociais	R$	70.127,40
Obrigações Fiscais à Pagar	**R$**	**140.002,95**
Impostos Sobre Vendas	R$	140.002,95
Outras Exigibilidades	**R$**	**142.848,50**
Provisões	R$	39.700,21
Impostos Retidos à Recolher	R$	28.148,29
Indenizações a pagar	R$	75.000,00
Adiantamento de Clientes	**R$**	**489.216,92**
Crédito de Clientes	R$	489.216,92
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**R$**	**2.132.230,98**
Exigível a Longo Prazo	**R$**	**2.132.230,98**
Empréstimos de Coligadas e Controladas	R$	2.132.230,98
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**R$**	**2.523.735,14**
Capital Integralizado	R$	726.000,00
Lucros Acumulados	R$	1.797.735,14
TOTAL DO PASSIVO	**R$**	**10.674.648,28**

Informações Transcritas do Livro Diário n° 32

Patos - PB, 31 de dezembro de 2022

Francisco Reginaldo Sarmento Bispo
Contador
CRC-PB 010681-O/3
CPF: 064.186.454-05

Roma Santa de Medeiros
CPF: 046.196.654-95

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA
BR 230 KM 323, S/N, Sete Casas, Patos -PB, CEP: 58.705-275
I.E.: 16.033.443-8 CNPJ: 10.754.828/0001-99 NIRE: 25200128648
Período Movimento: JANEIRO/2021 a DEZEMBRO/2021 LIVRO DIÁRIO N° 31

DESCRIÇÃO DA CONTA		SALDO ATUAL/ACUMULADO
RECEITA BRUTA OPERACIONAL	**R$**	**27.693.948,70**
Vendas de Veículos	R$	25.689.788,18
Serviços Prestados	R$	1.164.252,99
Comissões Recebidas	R$	839.907,53
DEDUÇÕES	**R$**	**(403.869,55)**
(-) Impostos e Contribuições s/ vendas	R$	(403.869,55)
RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL	**R$**	**27.290.079,15**
Custos dos Veículos Vendidos	R$	(21.803.875,55)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	**R$**	**5.486.203,60**
DESPESAS OPERACIONAIS	**R$**	**(5.243.872,98)**
Despesas Com Vendas	R$	(209.875,15)
Despesas Com Pessoal	R$	(2.396.481,09)
Despesas Administrativas	R$	(2.637.516,74)
DESPESAS FINANCEIRAS	**R$**	**(548.628,59)**
Despesas Financeiras	R$	(548.628,59)
OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	**R$**	**(97.195,23)**
Despesas Não Dedutíveis	R$	(97.195,23)
OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	**R$**	**741.115,04**
Receitas Financeiras	R$	741.115,04
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS TRIMESTRAIS	**R$**	**337.621,84**
PROVISÕES	R$	(124.794,31)
Provisões Para IRPJ/CSLL	R$	(124.794,31)
LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	**R$**	**212.827,53**

Informações Transcritas do Livro Diário n° 32

Patos - PB, 31 de dezembro de 2022

Francisco Reginaldo Sarmento Bispo
Contador
CRC-PB 010681-O/3
CPF: 064.186.454-05

Roma Santa de Medeiros
CPF: 046.196.654-95

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

DFC - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA
BR 230 KM 323, S/N, Sete Casas, Patos -PB, CEP: 58.705-275
I.E.: 16.033.443-8 CNPJ: 10.754.828/0001-99 NIRE: 25200128648
Período Movimento: JANEIRO/2022 a DEZEMBRO/2022 LIVRO DIÁRIO N° 32

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método direto)

ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de clientes	R$	29.229.574,56
Recebimento de juros	R$	4.006,77
Pagamentos:		
> A fornecedores	R$	(29.072.700,33)
> Titulos pagos	R$	-
> De impostos	R$	(429.483,50)
> De salários e Ordenados	R$	(1.391.012,97)
> Despesas pagas antecipadamente	R$	-
> Despesas Variáveis de Vendas	R$	(171.787,08)
> Despesas Semi-Fixas	R$	(1.147.344,98)
> Despesas Fixas	R$	(649.518,83)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**R$**	**(3.628.266,36)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda de imobilizado	R$	463.775,01
Pagamento pela compra de imobilizado	R$	(2.136.412,14)
CAIXA LIQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**R$**	**(1.672.637,13)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	R$	-
Empréstimos obtidos	R$	1.392.407,67
Pagamento de Empréstimos	R$	(2.967.977,65)
Distribuição de dividendos	R$	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**R$**	**(1.575.569,98)**
SALDO INICIAL DAS DISPONIBILIDADES	**R$**	**129.754,48**
SALDO FINAL DAS DISPONIBILIDADES	**R$**	**136.046,08**
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO PERIODO	**R$**	**6.291,60**

Informações Transcritas do Livro Diário n° 32

Patos - PB, 31 de dezembro de 2022

Francisco Reginaldo Sarmento Bispo
Contador
CRC-PB 010681-O/3
CPF: 064.186.454-05

Roma Santa de Medeiros
CPF: 046.196.654-95

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

DLPA - DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA
BR 230 KM 323, S/N, Sete Casas, Patos -PB, CEP: 58.705-275
I.E.: 16.033.443-8 CNPJ: 10.754.828/0001-99 NIRE: 25200128648
Período Movimento: JANEIRO/2022 a DEZEMBRO/2022 LIVRO DIÁRIO N° 32

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido LUCROS ACUMULADOS (R$)	
Saldo Anterior de Lucros Acumulados	R$	1.669.668,44
Ajustes Credores de Períodos-base Anteriores	R$	25.718,37
Reversão de Reservas	R$	-
Outros Recursos	R$	-
Lucro Líquido do Ano	R$	212.827,53
(-)Saldo Anterior de Prejuízo Acumulados	R$	-
(-)Ajustes Devedores de Períodos-base Anteriores	R$	(110.479,20)
(-)Prejuízo Líquido do Ano		
TOTAL	R$	1.797.735,14
Transferências para Reservas	R$	-
Dividendos ou Lucros Distribuídos, Pagos ou Creditados	R$	-
Parcela dos Lucros Incorporados ao Capital	R$	-
Outras Destinações	R$	-
LUCROS ACUMULADOS	**R$**	**1.797.735,14**

Notas

Informações Transcritas do Livro Diário n° 32

Patos - PB, 31 de dezembro de 2022

Francisco Reginaldo Sarmento Bispo
Contador
CRC-PB 010681-O/3
CPF: 064.186.454-05

Roma Santa de Medeiros
CPF: 046.196.654-95

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

DMPL - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA
BR 230 KM 323, S/N, Sete Casas, Patos -PB, CEP: 58.705-275
I.E.: 16.033.443-8 CNPJ: 10.754.828/0001-99 NIRE: 25200128648
Período Movimento: JANEIRO/2022 a DEZEMBRO/2022 LIVRO DIÁRIO N° 32

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇOES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31.12.2021 EM R$ 1,00

HISTÓRICO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PL
Saldo em 31.12.2021	R$ 726.000,00	R$ -	R$ 1.669.668,44	R$ 2.395.668,44
Lucro Líquido do Período	-	-	R$ 212.827,53	R$ 212.827,53
Destinação de Lucro Res. de Capital	-	-	-	-
Destinação de Lucro Dividendos	-	-	R$ -	R$ -
Ajuste Referente Exercício 2021	-	-	R$ (84.760,83)	R$ (84.760,83)
Saldo em 31.12.2022	R$ 726.000,00	R$ -	R$ 1.797.735,14	R$ 2.523.735,14

Informações Transcritas do Livro Diário n° 32

Patos - PB, 31 de dezembro de 2022

Francisco Reginaldo Sarmento Bispo
Contador
CRC-PB 010681-O/3
CPF: 064.186.454-05

Roma Santa de Medeiros
CPF: 046.196.654-95

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

DRA - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA
BR 230 KM 323, S/N, Sete Casas, Patos -PB, CEP: 58.705-275
I.E.: 16.033.443-8 **CNPJ: 10.754.828/0001-99** **NIRE: 25200128648**
Período Movimento: JANEIRO/2022 a DEZEMBRO/2022 **LIVRO DIÁRIO N° 32**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31.12.2021 E 31.12.2022

Demonstração do Resultado Abrangente	**31.12.2021**	**31.12.2022**
Resultado Líquido do Exercício	R$ 166.093,20	R$ 212.827,53
Ajuste de Títulos e Valores Mobiliários	-	-
Ajuste Referente Exercício Anterior		R$ (84.760,83)
Resultado Abrangente do Exercício	R$ 166.093,20	R$ 128.066,70

Informações Transcritas do Livro Diário n° 32

Patos - PB, 31 de dezembro de 2022

Francisco Reginaldo Sarmento Bispo
Contador
CRC-PB 010681-O/3
CPF: 064.186.454-05

Roma Santa de Medeiros
CPF: 046.196.654-95

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

TABELA DE ÍNDICES CONTÁBEIS - TIC

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA

BR 230 KM 323, S/N, Sete Casas, Patos -PB, CEP: 58.705-275

I.E.: 16.033.443-8 CNPJ: 10.754.828/0001-99 NIRE: 25200128648

Período Movimento: JANEIRO/2022 a DEZEMBRO/2022 LIVRO DIÁRIO N° 32

TABELA DE ÍNDICES CONTÁBEIS

LC (LIQUIDEZ CORRENTE)	AC / PC	R$ 7.184.786,23 / R$ 6.018.682,16	R$ 1,19	Conclusão: para cada um R$ 1,00 de obrigação a curto prazo há R$ 1,19 para corbertura daquela dívida.
LG (LIQUIDEZ GERAL)	AC+RLP / PC+ELP	R$ 7.184.786,23 / R$ 8.150.913,14	R$ 0,88	Conclusão: para cada R$ 1,00 de dívida a curto e longo prazo, há R$ 0,88 de valores a receber.
LS (LIQUIDEZ SECA)	AC - ESTOQUE / PC	R$ 2.623.635,99 / R$ 6.018.682,16	R$ 0,44	Conclusão: para cada um R$ 1,00 de passivo circulante há R$ 0,44 em seu Ativo
ET (ENDIVIDAMENTO TOTAL)	PC + ELP / AT	R$ 8.150.913,14 / R$ 10.674.648,28	R$ 0,76	Conclusão: para cada R$ 1,00 de aplicação no ativo a empresa utilizou R$ 0,76 de recursos provenientes de terceiros.
GCT (GARAN. DE CAPITAL DE TERCEIROS)	PC + ELP / PL	R$ 8.150.913,14 / R$ 2.523.735,14	R$ 3,23	Conclusão: para cada R$ 1,00 Patrimônio líquido a empresa utilizou R$ 3,23 de recursos provenientes de terceiros.
SG (SOLVÊNCIA GERAL)	AT / PC + ELP	R$ 10.674.648,28 / R$ 8.150.913,14	R$ 1,31	Conclusão: para cada R$ 1,00 de dívida a curto e longo prazo, há R$ 1,31 de ativos para a sua quitação.
LI (LIQUIDEZ IMEDIATA)	DIPONÍVEL / PC	R$ 734.470,05 / R$ 6.018.682,16	R$ 0,12	Conclusão: para cada R$ 1,00 em dívidas a empresa possui R$ 0,12 de recursos disponíveis para seu pagamento imediato.
CE (COMP. DO ENDEVIDAMENTO EM %)	PC / PC + ELP	R$ 6.018.682,16 / R$ 8.150.913,14	74%	Conclusão: 74% do endividamento total da empresa está contabilizado no curto prazo.
PCT (PART. CAPITAIS TERC. - ENDIV.)	PC + ELP / PL	R$ 8.150.913,14 / R$ 2.523.735,14	R$ 3,23	Conclusão: para cada R$ 1,00 de capital próprio a empresa utilizou R$ 3,23 de recursos provenientes de terceiros

Informações Transcritas do Livro Diário n° 32

Patos - PB, 31 de dezembro de 2022

Francisco Reginaldo Sarmento Bispo
Contador
CRC-PB 010681-O/3
CPF: 064.186.454-05

Roma Santa de Medeiros
CPF: 046.196.654-95

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA
BR 230 KM 323, S/N, Sete Casas, Patos -PB, CEP: 58.705-275
I.E.: 16.033.443-8 CNPJ: 10.754.828/0001-99 **NIRE: 25200128648**
Período Movimento: JANEIRO/2022 a DEZEMBRO/2022 **LIVRO DIÁRIO Nº 32**

DESCRIÇÃO DA CONTA	SALDO 2021	SALDO 2022
RECEITAS (VALORES BRUTOS, COM IMPOSTOS)	**R$ 17.004.330,33**	**R$ 27.693.948,70**
Vendas de Mercadorias	R$ 15.236.334,50	R$ 25.689.788,18
Serviços Prestados	R$ 614.290,12	R$ 1.164.252,99
Comissões Recebidas	R$ 1.153.705,71	R$ 839.907,53
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**R$ (13.496.755,01)**	**R$ (22.010.028,08)**
Custo da Mercadoria e dos Serviços Vendidos	R$ (13.339.423,75)	R$ (21.803.875,55)
Materiais, Energia, Serviço de Terceiros e Outros	R$ (157.331,26)	R$ (206.152,53)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**R$ 3.507.575,32**	**R$ 5.683.920,62**
VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO	**R$ 3.507.575,32**	**R$ 5.683.920,62**
VALOR RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**R$ 401.842,47**	**R$ 741.115,04**
Receitas Financeiras	R$ 231.270,49	R$ 741.115,04
Receitas Venda de Imobilizado	R$ 163.244,50	R$ -
Receitas Não Operacionais	R$ 7.327,48	R$ -
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**R$ 3.909.417,79**	**R$ 6.425.035,66**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**R$ 3.920.784,09**	**R$ 5.245.942,91**
Despesas com Pessoal	**R$ 2.104.150,28**	**R$ 2.266.416,85**
Remuneração Direta	R$ 1.706.450,78	R$ 1.705.381,06
Encargos Sociais	R$ 397.699,50	R$ 561.035,79
Impostos, Taxas e Contribuições	**R$ 619.826,53**	**R$ 594.647,47**
Federais	R$ 317.085,05	R$ 444.634,76
Estaduais	R$ 217.632,50	R$ 53.242,00
Municipais	R$ 85.108,98	R$ 96.770,71
Remuneração de Capitais de Terceiros	**R$ 76.162,78**	**R$ 513.527,67**
Juros e Multas de Mora	R$ 52.047,40	R$ 393.075,16
Despesas Bancárias	R$ 14.401,44	R$ 44.694,98
Taxa de Administração de Cartão	R$ 9.713,94	R$ 75.757,53
Despesas Ordinárias	**R$ 954.551,30**	**R$ 1.632.805,02**
Despesas C/ Combustíveis	R$ 53.612,91	R$ 89.224,67
Despesas Diversas	R$ 676.862,85	R$ 1.137.673,93
Água e Esgoto	R$ 870,12	R$ 2.474,60
Telefone	R$ 26.768,94	R$ 23.230,45
Manutenção de Software	R$ 78.103,60	R$ 98.350,34
Seguros	R$ 19.247,44	R$ 18.067,54
Despesas de Escritório	R$ 4.116,75	R$ 9.671,05
Manutenção de Veículos	R$ 76.928,80	R$ 216.024,37
Compra de Material de Uso e Consumo	R$ 18.039,89	R$ 38.088,07
Remuneração de Capitais Próprios	**R$ 166.093,20**	**R$ 238.545,90**
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos		
Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	R$ 166.093,20	R$ 238.545,90

Informações transcritas do Livro Diário Nº 32

Patos- PB, 31 de dezembro de 2022

Francisco Reginaldo Sarmento Bispo
Contador
CRC-PB 010681-O/3
CPF: 064.186.454-05

Roma Santa de Medeiros
CPF: 046.196.654-95

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA

BR 230 KM 323, S/N, Bairro Sete Casas, Patos -PB, CEP: 58.705-275
I.E.: 16.033.443-8 CNPJ: 10.754.828/0001-99 NIRE: 25200128648
Período Movimento: JANEIRO/2022 A DEZEMBRO/2022

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2022

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Copauto Comercio Patoense de Automotores Ltda é uma sociedade empresária limitada, com sede e foro na cidade de Patos/PB, tendo como atividade principal o Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos, com início de atividades em 14 de março de 1986.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Aplicações Financeiras:
Estão registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos proporcionais até a data do balanço;
3.2) Direitos e obrigações:
Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência;
3.3) Imobilizado:
Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear.
3.4) Ajuste de avaliação patrimonial:
A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.
3.5) Investimentos em empresas coligadas e controladas:
A empresa não participa do capital social de outras sociedades.
3.6) Impostos Federais:
A empresa está no regime do lucro real e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

4) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A empresa conta com um passivo, relacionado à empréstimos e financiamentos, no valor de R$1.168.442,17 junto às instituições financeiras nacionais.

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

5) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente.

6) CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R$ 726.000,00, dividido em 726.000,00 quotas de R$ 1,00 cada uma, totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:

Roma Santana de Medeiros	R$ 338.700,00
Eduarda Santana de Medeiros	R$ 338.700,00
Ilzani Trigueiro Tertuliano Medeiros	R$ 24.300,00
Francisco Tertuliano Martins Neto	R$ 8.100,00
Dalmar Trigueiro Santana de Medeiros	R$ 8.100,00
Maria Eduarda Trigueiro Santana de Medeiros	R$ 8.100,00

7) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Patos – PB, 31 de dezembro de 2022

Francisco Reginaldo Sarmento Bispo
Contador: CRC-PB 010681-O/3
CPF: 064.186.454-05

Roma Santana de Medeiros
Sócia Administradora
CPF: 046.196.654-95

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

Termo de Encerramento

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 32

O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 2504, e serviu para escrituração no período de 01/01/2022 a 31/12/2022, da empresa null.

Patos, 31/12/2022

ROMA SANTANA DE MEDEIROS
Administrador, Sócio
CPF 046.196.654-95

FRANCISCO REGINALDO SARMENTO BISPO
CONTADOR
CRC/PB 010681O3

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa null consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
04619665495	ROMA SANTANA DE MEDEIROS
06418645405	FRANCISCO REGINALDO SARMENTO BISPO

JUCEP DIGITAL

CONFORME ART. 10 DA IN DREI 82/2021,
CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO AUTOMÁTICA EM 26/05/2023 10:00 SOB Nº 20249738236.
PROTOCOLO: 249738236 DE 24/05/2023. NIRE: 25200128648.
COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
JOÃO PESSOA, 26/05/2023
redesim.pb.gov.br

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

JUCEP DIGITAL

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro autenticados automaticamente os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, em conformidade com o Art. 10 da IN DREI 82/2021 e com base nas informações prestadas pelo solicitante, sob a autenticidade nº 12307942370 em 26/05/2023, protocolo 249738236. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.redesim.pb.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA
Número de Registro:	25200128648
CNPJ:	10754828000199
Munícipio:	Patos

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	32
Período de Escrituração:	01/01/2022 - 31/12/2022

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
04619665495	ROMA SANTANA DE MEDEIROS	
06418645405	FRANCISCO REGINALDO SARMENTO BISPO	PB010681O3

JUCEP DIGITAL

CONFORME ART. 10 DA IN DREI 82/2021,
CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO AUTOMÁTICA EM 26/05/2023 10:00 SOB Nº
20249738236.
PROTOCOLO: 249738236 DE 24/05/2023. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12307942370. NIRE: 25200128648.
COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
JOÃO PESSOA, 26/05/2023
redesim.pb.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DA PARAÍBA

Categoria
CONTADOR

Nº Registro
PB-010681/O-3

Nome
FRANCISCO REGINALDO SARMENTO BISPO

Nascimento
07/04/1987

Nacionalidade
BRASILEIRA

Naturalidade
SOUSA-PB



Assinatura do Profissional

Filiação
FRANCISCO DE ASSIS BISPO
MARIA LUCIA SARMENTO BISPO

CPF
064.186.454-05

Documento de Identificação
3191733 SSP-PB

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei n.º 9.295/46, c/c art. 1º da Lei n.º 6.206/75.

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Data de Registro
03/06/2011

Validado eletronicamente pelo Conselho Federal de Contabilidade
Código de Validação: **2D73C7**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DA PARAÍBA

Aproxime um leitor de QR Code para validar ou acesse o endereço:
https://sistemas.cfc.org.br/validacao/profissional/cpf/06418645405/codigo/2D73C7

Arquivo emitido pelo aplicativo CRCDigital em **terça-feira, 26 de abril de 2022, às 14:50**.

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

Termo de Abertura

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 33

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 2022, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA, município Patos, CNPJ nº 10.754.828/0001-99, Número de Registro (NIRE) 25200128648.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro(amos), sob as penas da Lei, que o livro apresentado para autenticação preenche todas as formalidades legais exigíveis, bem como que estou(amos) devidamente habilitado(s) para assinatura dos termos de abertura e de encerramento do livro.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 14/03/1986
Ato constitutivo: 25200128648

Patos, 01/01/2023

ROMA SANTANA DE MEDEIROS
Administrador, Sócio
CPF 046.196.654-95

FRANCISCO REGINALDO SARMENTO BISPO
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/PB 010681O3

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOVEIS - CNPJ: 10.754.628/0001-99

Folha: 1
25/04/24
11:44

Balancete Patrimonial

Período: 01/23 a 12/23 — Valores em R$ — CNT3020A

Matriz : 001 - COPAUTO

Conta	Reduzida	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1	1	A T I V O	10.674.648,28 D	225.536.790,76	223.188.942,16	13.324.496,85 D
1.1	2	ATIVO CIRCULANTE	7.184.786,23 D	216.473.340,14	213.172.373,16	9.485.752,81 D
1.1.1	3	DISPONIBILIDADES	134.440,06 D	98.789.303,50	98.480.392,25	1.973.421,37 D
1.1.1.001	4	CAIXA	136.046,00 D	10.934.537,87	10.917.216,75	153.366,80 D
1.1.1.001.000301	5	CAIXA 3C1.01 - GERAL TESOURARIA	136.046,00 D	4.042.246,00	4.024.525,36	153.466,80 D
1.1.1.001.000302	6	CAIXA 3C1.02 - LOJA	0,00	2.480.116,89	2.480.116,89	0,00
1.1.1.001.000303	7	CAIXA 3C1.03 - VEICULOS	0,00	4.512.274,98	4.512.574,50	0,00
1.1.1.002	9	BANCOS CONTA MOVIMENTO	250.883,77 D	59.170.467,23	69.149.194,84	272.356,16 D
1.1.1.002.000301	10	BANCO 302.01 - BRADESCO 2553-0	0,00 D	25.167.770,34	25.167.770,34	0,00 D
1.1.1.002.000302	11	BANCO 302.02 - BRASIL 14454-7	0,00	32.490.163,61	32.490.163,61	0,00
1.1.1.002.000303	12	BANCO 302.03 - CEF 444-7	0,00	3.191.884,75	3.092.584,84	82.299,91 D
1.1.1.002.000304	13	BANCO REAL SANTANDER 3006300	7.183,85 D	111.432,13	118.596,98	0,00
1.1.1.002.000305	14	BANCO 302.05 - BNB 2757-0	0,00	595.748,51	595.748,51	0,00
1.1.1.002.000315	739	BANCO SICOOB AG. 4480 C/C 14.220-4	243.718,92 D	7.278.455,84	7.467.855,24	54.219,52 D
1.1.1.002.000316	760	BANCO INTER AG 0001 C C 258563529	0,00	421.032,01	286.400,32	134.592,69 D
1.1.1.003	15	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	347.540,20 D	19.624.328,90	19.283.980,69	687.888,41 D
1.1.1.003.000301	16	APLIC FINANC BCO 333.01 - BRADESCO	152.421,28 D	8.624.549,97	8.634.497,10	142.523,95 D
1.1.1.003.000302	17	APLIC FINANC BCO 333.02 - BRASIL	12.370,75 D	9.522.852,19	9.278.067,44	459.156,50 D
1.1.1.003.000303	18	APLIC FINANC BCO 333.03 - CEF	121.125,42 D	895.248,15	1.019.693,69	579,91 D
1.1.1.003.000305	20	APLIC FINANC BCO 333.05 - BNB	10.543,43 D	233.656,54	255.717,07	8.712,90 D
1.1.1.003.000314	740	APLIC. FINANC. BANCO SICOOB AG:4480 - C/C 14.220	1.049,29 D	771,23	5,39	1.815,13 D
1.1.2	21	VALOR A RECEBER A CURTO PRAZO	1.989.165,94 D	81.348.155,50	80.705.638,13	2.631.727,71 D
1.1.2.001	22	FINANCIAMENTO DAS VENDAS	1.355.452,10 D	41.922.981,73	41.378.903,05	1.899.530,78 D
1.1.2.001.000301	23	DUPLICATAS VEICULOS NOVOS	534.924,00 D	30.457.366,76	30.661.164,43	331.126,33 D
1.1.2.001.000302	24	DUPLICATAS SEMINOVOS	0,00	1.[illegible]	1.[illegible]	274.[illegible]
1.1.2.001.000303	25	DUPLICATAS PEÇAS, SERVIÇOS E ADM	566.806,09 D	5.366.454,54	5.534.756,26	168.504,17 D
1.1.2.001.000304	26	NOTAS DE VENDAS A RECEBER	1.732,20 D	1.794.[illegible]	1.759.441,90	36.[illegible]
1.1.2.001.000101	27	CART O CREDICARD	13.577,85 D	833.269,48	667.340,34	131.[illegible]
1.1.2.001.000102	28	CART O VISA	47.407,33 D	879.624,68	796.524,64	126.[illegible]
1.1.2.001.000103	29	CART O AMERICAN EXPRESS	0,00	2.[illegible]	801,[illegible]	1.[illegible]
1.1.2.001.000104	30	CART O VISA ELECTRON	3.[illegible]	167.[illegible]	134.[illegible]	36.[illegible]
1.1.2.001.000107	33	CART O HIPERCARD	3.987,69 D	21.956,86	16.[illegible]	[illegible]
1.1.2.001.000105	31	CARTÕES DE CRÉDITO	0,00	64.950,91	64.950,91	0,00
1.1.2.001.000201	35	CHEQUES A DEPOSITAR	320.268,87 D	2.139.948,55	2.255.117,42	205.040,00 D
1.1.2.001.000202	36	CHEQUES DEVOLVIDOS	37.133,98 D	37.611,13	98.167,97	14.587,14 D
1.1.2.001.000301	41	(-) DEVOLUCOES DE VENDAS	0,00	293.626,43	293.626,43	0,00
1.1.2.002	45	(-) CRED C OS DE SERVICOS A CLASSIFICAR	0,00	39.[illegible]	39.[illegible]	0,00
1.1.2.002.000301	46	(-) CRED A CLASS P PCO BRADESCO	0,00	9.707.472,07	9.707.472,07	0,00
1.1.2.002.000302	47	( ) CRED A CLASSIF PCO DO BRASIL	0,00	16.362.467,06	16.[illegible]	0,00
1.1.2.002.000303	48	( ) CRED A CLASSIF PCO CEF	0,00	1.185.859,47	1.185.859,74	0,00
1.1.2.002.000305	50	( ) CRED A CLASSIF PCO E BNB	0,00	94.500,00	94.500,00	0,00

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOVEIS - CNPJ: 10.754.828/0001-99

Folha: 2
25/04/24
11:44
CNT3020A

COPAUTO

Balancete Patrimonial

Período: 01/23 a 12/23 — Valores em R$

Matriz : 001 - COPAUTO

Conta	Reduzida	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.1.2.302.000306	742	(-) CRED A CLASSIF BCO SICOOB	0,00	5.330.307,86	5.330.307,86	0,00
1.1.2.302.000307	741	(-) CRED A CLASSIF BANCO INTER	0,00	270.661,62	270.661,62	0,00
1.1.2.302.000360	51	(-) CRED A CLASSIF C/C FABRICANTE MG	0,00	1.215.176,11	1.215.176,11	0,00
1.1.2.302.000361	741	(-) CRED A CLASSIF C/C FABRICANTE PE	0,00	459.559,69	459.559,69	0,00
1.1.2.310	56	CONTAS VINCULADAS COM A FABRICA	170.800,06 D	3.693.257,25	3.949.157,93	114.951,08 D
1.1.2.310.000301	57	CTA 206.50 - C/C MOVIMENTO FABRICA	13.056,73 D	2.514.294,44	2.516.923,68	15.457,45 D
1.1.2.310.000302	58	NOTAS DE GARANTIA FABRICA	57.344,78 D	471.994,73	482.305,01	47.033,50 D
1.1.2.310.000306	693	BONUS CARD O ITAUCARD FIAT	0,00	33.770,00	37.770,00	2.000,00 D
1.1.2.310.000307	721	HOLD BACK "A"	37.414,19 D	62.678,08	98.092,14	0,03
1.1.2.310.000308	722	HOLD BACK "S"	2.417,47 D	183.467,58	177.758,13	8.126,92 D
1.1.2.310.000311	736	C MOVIMENTO PCA PE	52.589,53 D	511.920,33	522.462,20	22.047,66 D
1.1.2.310.000311	731	HOLD BACK "PECAS"	24.674,45 D	39.671,04	42.257,99	22.287,50 D
1.1.2.310.000312	732	HOLD BACK "A" PE	0,00	2.421,57	2.421,57	0,00
1.1.2.310.000315	737	HOLD BACK "S" - PE	0,00	69.864,48	69.864,48	0,00
1.1.2.320	62	ADIANTAMENTOS	195.640,49 D	2.734.632,53	2.598.336,90	332.361,22 D
1.1.2.320.000300	66	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	195.640,49 D	2.734.632,53	2.598.336,90	332.361,22 D
1.1.2.325	66	IMPOSTOS A RECUPERAR	167.529,29 D	490.603,79	473.727,95	184.404,63 D
1.1.2.325.000301	69	ICMS A RECUPERAR	0,00	5.496,79	5.496,79	0,00
1.1.2.325.000302	73	IRRF A RECUPERAR	82.993,79 D	47.236,40	47.236,40	82.993,79 D
1.1.2.325.000305	75	PIS A RECUPERAR	0,00	12.738,73	12.738,73	0,00
1.1.2.325.000306	74	COFINS A RECUPERAR	0,00	58.677,33	58.677,33	0,00
1.1.2.325.000307	75	PIS RETIDO EM NF SAIDA	854,68 D	26,48	0,00	961,76 D
1.1.2.325.000308	76	COFINS RETIDO EM NF SAIDA	2.020,54 D	122,24	0,00	2.142,78 D
1.1.2.325.000309	77	CSLL RETIDO EM NF SAIDA	1.639,76 D	48,75	0,00	1.688,51 D
1.1.2.325.000310	724	PARCELAMENTO LEI 11.941 2009	19.103,47 D	0,00	0,00	19.103,47 D
1.1.2.325.000311	72	ICMS PAGO A MAIOR	320,13 D	0,00	0,00	320,13 D
1.1.2.325.000312	78	PIS A COMPENSAR	5.904,78 D	28.900,97	28.900,97	5.904,78 D
1.1.2.325.000313	736	COFINS A COMPENSAR	31.469,54 D	142.425,06	156.725,74	37.292,61 D
1.1.2.325.000314	743	IRPJ A COMPENSAR	10.709,32 D	3.621,46	13.561,61	11.261,17 D
1.1.2.325.000315	744	CSLL A COMPENSAR	7.323,36 D	1.235,36	5.305,26	3.253,46 D
1.1.2.325.000316	773	CONTRIBUIÇ O PREVIDENCIARIA A COMPENSAR	0,00	165.004,76	148.372,08	16.122,61 D
1.1.3	83	ESTOQUES	1.551.150,24 D	35.335.766,54	31.016.343,15	5.880.573,73 D
1.1.3.100	84	ESTOQUES VN CARROS NOVOS	2.542.418,91 D	31.542.448,04	30.957.578,41	3.787.288,54 D
1.1.3.100.000301	85	ESTOQUE VN PASSAGEIROS	1.402.562,39 D	19.396.900,41	17.592.942,27	2.976.525,40 D
1.1.3.100.000302	86	ESTOQUE VN COMERCIAIS LEVES	1.488.929,52 D	8.932.061,17	10.155.083,21	266.907,48 D
1.1.3.100.000303	85	ESTOQUE VN COMERC A S PESADOS	151.927,20 D	3.541.441,46	3.149.553,30	541.955,36 D
1.1.3.200	91	VEICULOS SEMINOVOS	0,00	689.939,22	665.905,22	24.033,00 C
1.1.3.200.000301	91	ESTOQUE SEMINOVOS	0,00	689.939,22	665.905,22	24.033,00 C
1.1.3.300	92	ESTOQUES PEÇAS, ACESSÓRIOS E MAQ DIVERSOS	1.718.731,33 D	2.902.416,38	2.454.655,32	2.066.285,39 D
1.1.3.300.000301	93	ESTOQUE PECAS	1.326.656,24 D	2.255.303,78	1.857.738,21	1.696.221,81 D

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOVEIS - CNPJ: 10.754.829/0001-99

Folha: 3
25/04/24
11:44
CNT3020A

Balancete Patrimonial

Período: 01/23 a 12/23 — Valores em R$

Matriz : 001 - COPAUTO

Conta	Reduzida	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.1.3.300.300302	94	ESTOQUE ACESSÓRIOS	96.848,61 D	155.720,02	149.560,34	102.708,29 D
1.1.3.300.300303	95	ESTOQUE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	535.822,10 D	321.930,28	415.778,14	391.984,24 D
1.1.3.300.300304	96	ESTOQUE PNEUS E C MARAS	0,00	900,00	900,00	0,00
1.1.3.300.300305	97	ESTOQUE OUTRAS MERCADORIAS	0,00	882,63	882,63	0,00
1.2	119	ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.489.862,03 D	2.769.772,68	2.420.590,66	3.839.744,07 D
1.2.2	135	INVESTIMENTOS	1.053.457,40 D	1.596.313,13	1.525.117,39	1.527.653,14 D
1.2.2.303	140	OUTROS INVESTIMENTOS	1.053.457,40 D	1.596.313,13	1.525.117,39	1.527.653,14 D
1.2.2.303.300302	142	CTA 306.71 CONTRIB FUND C NOVOS	1.053.457,40 D	512.653,24	1.525.117,39	41.233,85 D
1.2.2.303.300304	144	FIDIC	0,00	1.483.456,29	0,00	1.486.419,29 D
1.2.3	154	IMOBILIZADO	2.436.404,63 D	773.456,55	855.773,27	2.311.053,91 D
1.2.3.301	155	IMOBILIZAÇÕES TÉCNICAS TANGÍVEIS	2.972.079,45 D	613.250,17	602.245,31	2.983.105,31 D
1.2.3.301.300303	158	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	646.958,16 D	53.954,26	41.763,80	679.248,15 D
1.2.3.301.300305	160	MOVEIS E UTENSILIOS	277.341,77 D	15.652,57	0,00	293.154,34 D
1.2.3.301.300306	161	VEICULOS DE USO DA CONCESSIONARIA	700.002,44 D	454.644,03	554.542,51	600.104,96 D
1.2.3.301.300307	162	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	28.026,12 D	13.702,67	0,00	41.728,79 D
1.2.3.301.300309	164	BENFEITORIA BENS TERCEIROS	1.299.601,96 D	55.052,70	0,00	1.562.700,67 D
1.2.3.302	165	(-) DEPREC ACUM DE [illegible] TANGIVEIS	535.765,80 C	157.178,38	293.527,96	672.154,38 C
1.2.3.302.300303	167	(-) MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	367.810,11 C	7.884,75	45.755,91	545.817,89 C
1.2.3.302.300305	169	(-) MOVEIS E UTENSILIOS	40.844,61 C	0,00	28.372,22	78.216,83 C
1.2.3.302.300306	170	(-) VEICULOS DE USO DA CONCESSIONARIA	126.362,14 C	149.642,25	159.604,00	142.420,85 C
1.2.3.302.300307	171	(-) EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	16.173,24 C	0,00	6.653,00	22.826,24 C
1.2.3.302.300309	173	(-) BENFEITORIA BENS TERCEIROS	24.569,69 C	0,00	53.702,83	82.272,52 C
1.9	180	CONTAS TRANSITORIAS AUXILIARES	0,00	7.595.677,94	7.595.677,94	0,00
1.9.1	181	TRANSITORIAS AUXILIARES ATIVAS	0,00	7.595.677,94	7.595.677,94	0,00
1.9.1.001	182	TRANSITORIAS ATIVAS	0,00	7.595.677,94	7.595.677,94	0,00
1.9.1.001.300303	191	TRANSIT ENCONTRO DE CONTAS	0,00	4.033.774,84	4.033.774,84	0,00
1.9.1.001.300304	185	TRANSIT CHEQUES A RECEBER	0,00	1.952.648,55	1.952.648,55	0,00
1.9.1.001.300306	188	TRANSIT VENDAS A VISTA	0,00	1.609.254,55	1.609.254,55	0,00
2	193	P A S S I V O	10.674.648,28 C	59.710.596,95	62.386.145,55	13.321.196,88 C
2.1	194	PASSIVO CIRCULANTE	6.018.682,16 C	59.637.406,54	61.069.348,49	7.450.624,11 C
2.1.1	195	OBRIGACOES A PAGAR	5.861.426,59 C	57.595.874,98	59.062.420,03	7.327.971,74 C
2.1.1.001	196	FORNECEDOR P BRICA	2.901.123,99 C	31.701.626,01	33.394.633,82	4.593.231,80 C
2.1.1.001.300301	197	FORNECEDOR P BRICA - AUTOMOVEIS	2.826.870,24 C	30.477.926,52	32.055.871,93	4.471.521,65 C
2.1.1.001.300302	198	FORNECEDOR P BRICA - PEÇAS E OUTROS	74.247,75 C	1.234.299,43	1.338.751,92	179.710,24 C
2.1.1.002	201	FORNECEDORES DIVERSOS	425.934,97 C	4.971.570,90	4.620.154,25	574.431,72 C
2.1.1.002.300301	202	CONCESSION RIAS REDE	16.864,01 C	43.777,45	69.143,56	8.172,12 C
2.1.1.002.300302	203	OUTROS FORNECEDORES	409.118,96 C	4.927.893,45	4.950.323,69	566.259,60 C
2.1.1.305	212	CREDITOS DE CLIENTES	189.216,92 C	16.366.537,49	16.006.283,31	169.962,74 C
2.1.1.305.300301	213	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	189.216,92 C	16.366.537,49	16.006.283,31	169.962,74 C

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOVEIS - CNPJ: 10.754.629/0001-99

Folha: 4
25/04/24
11:44
CNT3020A

COPAUTO

Balancete Patrimonial

Período: 01/23 a 12/23 — Valores em R$

Matriz : 001 - COPAUTO

Conta	Reduzida	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.1.1.307	215	EMPRESTIMOS A CURTO PRAZO	1.489.752,30 C	2.312.174,31	2.155.767,51	1.333.345,50 C
2.1.1.307.000002	217	C.A LINHA ECO BRASIL 366.92 - EMPRESTIMO	493.112,02 C	777.346,83	670.212,69	382.978,68 C
2.1.1.307.001002	745	EMPRESTIMOS DE TERCEIROS - ROSA SANTANA DE MEDEIROS	434.927,77 C	334.677,54	776.654,82	876.908,95 C
2.1.1.307.001003	753	EMPRESTIMO C. FIDC 3	476.399,53 C	213.491,48	0,00	339.347,87 C
2.1.1.307.001004	754	EMPRESTIMO C. SICOOB	203.000,00 C	203.000,00	0,00	0,00
2.1.1.307.001005	758	EMPRESTIMOS DE TERCEIROS - EDUARDA SANTANA DE MEDEIR	246.388,56 C	261.668,36	708.690,00	693.610,00 C
2.1.1.101	222	(-) DEVOLUÇÕES DE COMPRAS	4.601,59 D	3.981.864,55	3.986.466,14	0,00
2.1.1.101.000001	223	(-) DEVOLUÇÕES DE COMPRAS	4.601,59 D	3.981.864,55	3.986.466,14	0,00
2.1.2	224	OBRIGACOES SOCIAIS A PAGAR	74.404,12 C	617.644,94	651.464,94	88.224,12 C
2.1.2.001	225	ORDENADOS E OUTRAS REMUNERACOES	4.276,72 C	61.619,52	63.972,00	4.629,20 C
2.1.2.001.000001	226	HONORARIOS DA DIRETORIA	4.276,72 C	61.619,52	63.972,00	4.629,20 C
2.1.2.002	237	ENCARGOS SOCIAIS	70.127,40 C	857.793,42	868.395,94	81.327,92 C
2.1.2.002.000001	238	INSS A RECOLHER	55.019,83 C	703.679,27	712.725,25	63.965,81 C
2.1.2.002.000002	239	FGTS A RECOLHER	15.107,57 C	153.516,15	155.670,69	17.962,11 C
2.1.3	241	OBRIGACOES FISCAIS A PAGAR	140.062,94 C	663.721,78	674.642,98	151.013,86 C
2.1.3.001	242	IMPOSTOS S/VENDAS	140.062,94 C	663.721,78	674.642,98	151.013,86 C
2.1.3.001.000001	243	ICMS A RECOLHER	3.247,58 C	68.606,18	68.606,18	3.247,58 C
2.1.3.001.000002	244	PIS A RECOLHER	21.866,54 C	73.529,51	74.950,85	23.215,56 C
2.1.3.001.000003	245	COFINS A RECOLHER	100.560,83 C	342.464,54	348.592,62	106.688,11 C
2.1.3.001.000004	246	ISS A RECOLHER	14.388,19 C	179.031,72	182.484,33	18.738,80 C
2.1.4	251	OUTRAS EXIGIBILIDADES	142.448,30 C	412.476,24	354.339,93	84.312,13 C
2.1.4.001	252	PROVISOES	59.770,21 C	196.070,71	232.219,17	45.918,67 C
2.1.4.001.000001	253	PROVISÃO DE FÉRIAS + INSS + FGTS	26.744,79 C	141.254,53	144.567,93	29.657,29 C
2.1.4.001.000002	254	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CSLL - 6070	13.025,42 C	54.815,78	58.067,24	16.277,36 C
2.1.4.002	261	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	75.000,00 C	113.273,20	55.273,20	0,00
2.1.4.002.000004	759	HUBLINIZAÇÕES A PAGAR	75.000,00 C	113.273,20	55.273,20	0,00
2.1.4.003	265	IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	27.678,09 C	104.132,83	116.944,25	39.963,51 C
2.1.4.003.000002	267	IRRF RETIDO	14.832,06 C	104.131,17	110.353,01	21.053,90 C
2.1.4.003.000003	268	PIS / COFINS / CSLL RETIDO	13.346,23 C	2.001,16	6.496,55	17.939,62 C
2.1.5	747	CONTAS VINCULADAS COM A FABRICA	0,00	105.478,61	105.478,61	0,00
2.1.5.001	748	DFA 506.6 - C/C MOVIMENTO FABRICA	0,00	105.478,61	105.478,61	0,00
2.2	269	PASSIVO NAO CIRCULANTE	2.132.250,98 C	0,00	829.787,31	2.962.038,29 C
2.2.1	270	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	2.132.250,98 C	0,00	829.787,31	2.962.038,29 C
2.2.1.001	271	INSTITUICOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	829.787,31	829.787,31 C
2.2.1.001.000001	777	EMPRESTIMO BB	0,00	0,00	829.787,31	829.787,31 C
2.2.1.002	272	EMPRESTIMOS DE COLIGADAS E CONTROLADAS	2.132.250,98 C	0,00	0,00	2.132.250,98 C

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOVEIS - CNPJ: 10.754.828/0001-99

Folha: 5
25/04/24
11:44
CNT3020A

Balancete Patrimonial

Período: 01/23 a 12/23 Valores em R$

Matriz : 001 - COPAUTO

Conta	Reduzida	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.2.1.002.000006	726	ANTECIPACAO IRJR	2.132.230,98 C	0,00	0,00	2.132.230,98 C
2.4	266	PATRIMONIO LIQUIDO	2.623.758,14 C	42.[illegible]86	450.54[illegible]20	3.031.[illegible]48 C
2.4.1	267	CAPITAL SOCIAL	726.000,00 C	0,00	0,00	726.000,00 C
2.4.1.001	268	CAPITAL SOCIAL REGISTRADO	726.000,00 C	0,00	0,00	726.000,00 C
2.4.1.001.000001	269	CAPITAL SOCIAL - MRG SILVA C	726.000,00 C	0,00	0,00	726.000,00 C
2.4.5	332	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS (APENAS LTDA)	0,00	26.663,93	26.663,93	0,00
2.4.5.003	767	( ) AJUSTES DEVEDORES DE PERÍODOS BASES ANTERIORI	0,00	15.663,93	15.663,93	0,00
2.4.5.003.000001	768	(-) AJUSTES DEVEDORES DE PERÍODOS- BASES ANTERI	0,00	15.663,93	15.663,93	0,00
2.4.5.001	770	AJUSTES CREDORES DE PERÍODOS BASES ANTERIORES	0,00	11.000,00	11.000,00	0,00
2.4.5.004.000001	771	AJUSTES CREDORES DE PERÍODOS - BASES ANTERIORES	0,00	11.000,00	11.000,00	0,00
2.4.6	337	RESULTADO DO EXERCICIO	1.797.735,14 C	15.663,93	403.983,27	2.185.[illegible]48 C
2.4.6.001	338	LUCROS OU PREJUIZOS DO EXERCICIO	1.797.735,14 C	15.663,93	403.983,27	2.185.[illegible]48 C
2.4.6.001.000001	339	RESULTADO DO EXERC CIO	1.797.735,14 C	15.663,93	403.983,27	2.185.[illegible]48 C
2.9	316	CONTAS TRANSITORIAS AUX L ARES	0,00	36.462,55	36.462,55	0,00
2.9.1	317	TRANSITORIAS AUXILIARES PASSIVAS	0,00	36.462,55	36.462,55	0,00
2.9.1.001	318	TRANSITORIAS PASSIVAS	0,00	36.462,55	36.462,55	0,00
2.9.1.001.000005	325	TRANSIT TITULOS LIQUIDADOS POR OPERACAO	0,00	36.462,55	36.462,55	0,00
3	325	CONTAS DE RESULTADOS	0,00	90.570.372,44	90.570.372,44	0,00
3.1	326	RECEITA OPERACIONAL BRUTA	0,00	39.191.465,89	39.191.465,89	0,00
3.1.1	327	VENDAS DE MERCADORIAS E SERVICOS	0,00	39.191.465,89	39.191.465,89	0,00
3.1.1.001	328	VEICULOS NOVOS	0,00	31.180.312,67	31.180.312,67	0,00
3.1.1.001.000001	329	VENDA VN PASSAGEIROS	0,00	18.028.106,42	18.028.106,42	0,00
3.1.1.001.000002	330	VENDA VN COMERCIAIS LEVES	0,00	10.623.729,25	10.623.729,25	0,00
3.1.1.001.000003	332	VENDA VN COMERCIAIS PESADOS	0,00	2.266.317,00	2.266.317,00	0,00
3.1.1.001.001301	334	(-) DEV VENDA VN PASSAGEIROS	0,00	263. 50,00	263. 50,00	0,00
3.1.1.002	335	VEICULOS SEMINOVOS	0,00	701.909,22	701.909,22	0,00
3.1.1.002.000001	340	VENDA SEMINOVOS	0,00	701.909,22	701.909,22	0,00
3.1.1.003	342	VENDAS PEÇAS ACESSORIOS/PRODUTOS DIVERSOS	0,00	7.642.416,56	7.642.416,56	0,00
3.1.1.003.000001	343	VENDAS PEÇAS ATACADO	0,00	29.124,05	29.124,05	0,00
3.1.1.003.000002	344	VENDAS PEÇAS VAREJO	0,00	210.104,52	210.104,52	0,00
3.1.1.003.000003	345	VENDAS PEÇAS MECANICA	0,00	809.726,68	809.726,68	0,00
3.1.1.003.000004	346	VENDAS PEÇAS FUNILARIA E PINTURA	0,00	1.513.434,67	1.513.434,67	0,00
3.1.1.003.000005	347	VENDAS PEÇAS GARANTIA	0,00	146.319,34	146.319,34	0,00
3.1.1.003.000006	348	VENDAS PEÇAS INTERNA	0,00	45.401,64	45.401,64	0,00
3.1.1.003.000007	349	VENDAS ACESSÓRIOS	0,00	202.318,40	202.318,40	0,00
3.1.1.003.000008	350	VENDAS COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	0,00	552.680,97	552.680,97	0,00
3.1.1.003.000009	351	VENDAS PNEUS E CAMARAS	0,00	1.200,00	1.200,00	0,00
3.1.1.003.000010	352	VENDAS PRODUTOS DIVERSOS	0,00	1.[illegible]3,86	1.443,86	0,00

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOVEIS - CNPJ: 10.754.829/0001-99

Folha: 6
25/04/24
11:44
CNT3020A

Balancete Patrimonial

Período: 01/23 a 12/23

Valores em R$

Matriz : 001 - COPAUTO

Conta	Reduzida	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.1.1.003.001302	354	(-) DEV VENDA - PEÇAS VAREJ	0,00	20.774,36	20.774,36	0,00
3.1.1.003.001307	356	(-) DEV VENDA - ACESSÓRIOS	0,00	1.233,00	1.233,00	0,00
3.1.1.003.001309	357	(-) DEV VENDA - COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	0,00	6.659,07	6.659,07	0,00
3.1.1.004	360	VENDA SERVICOS	0,00	1.703.546,02	1.703.546,02	0,00
3.1.1.004.000301	361	VENDA M O DE OBRA MECANICA	0,00	762.591,69	762.591,69	0,00
3.1.1.004.000302	362	VENDA M O DE OBRA FUNILARIA E PINTURA	0,00	782.455,80	782.455,80	0,00
3.1.1.004.000303	363	VENDA M O DE OBRA GARANTIA	0,00	158.464,53	158.464,53	0,00
3.1.1.005	370	COMISSÕES RECEBIDAS	0,00	1.563.281,42	1.563.281,42	0,00
3.1.1.005.000301	371	COMISS O VENDA DIRETA	0,00	1.477.326,10	1.477.326,10	0,00
3.1.1.005.000305	373	COMISS O SOBRE FINANCIAMENTO	0,00	417.354,74	417.354,74	0,00
3.1.1.005.000307	734	COMISS O SOBRE REVIS O VENDA DIRETA	0,00	168.595,58	168.595,58	0,00
3.2	377	IMPOSTOS S VENDAS	0,00	672.641,98	672.641,98	0,00
3.2.3	405	IMPOSTOS S/ PEÇAS E ACESSÓRIOS	0,00	459.157,65	459.157,65	0,00
3.2.3.001	406	ICMS PEÇAS/ACESSÓRIOS/PRO DIVS	0,00	68.666,18	68.666,18	0,00
3.2.3.001.000303	409	ICMS PRODUTOS DIVERSOS	0,00	68.666,18	68.666,18	0,00
3.2.3.002	412	PIS PEÇAS/ACESSÓRIOS/PROD DIVS	0,00	74.959,85	74.959,85	0,00
3.2.3.002.000301	413	PIS	0,00	74.959,85	74.959,85	0,00
3.2.3.003	418	COFINS PEÇAS ACESSÓRIOS/PRO DIVS	0,00	345.591,62	345.591,62	0,00
3.2.3.003.000301	419	COFINS	0,00	345.591,62	345.591,62	0,00
3.2.4	424	IMPOSTOS S/ SERVIÇOS	0,00	163.484,33	163.484,33	0,00
3.2.4.001	425	ISS SERVICOS	0,00	163.484,33	163.484,33	0,00
3.2.4.001.000301	426	ISS SERVICOS	0,00	163.484,33	163.484,33	0,00
3.3	436	CUSTOS OPERACIONAIS	0,00	30.696.347,79	30.696.347,79	0,00
3.3.1	437	CUSTOS DAS MERCADORIAS E SERVICOS	0,00	30.696.347,79	30.696.347,79	0,00
3.3.1.001	440	CUSTOS VEICULOS NOVOS	0,00	27.582.303,50	27.582.303,50	0,00
3.3.1.001.000301	441	CUSTO VN PASSAGEIROS	0,00	15.132.318,38	15.132.318,38	0,00
3.3.1.001.000302	442	CUSTO VN COMERCIAIS LEVES	0,00	9.283.482,32	9.283.482,32	0,00
3.3.1.001.000304	444	CUSTO VN COMERCIAIS PESADOS	0,00	2.166.502,80	2.166.502,80	0,00
3.3.1.002	445	CUSTOS VEICULOS SEMINOVOS	0,00	663.909,22	663.909,22	0,00
3.3.1.002.000301	446	CUSTO SEMINOVOS	0,00	663.909,22	663.909,22	0,00
3.3.1.003	450	CUSTOS PECAS ACESSORIOS/PRODUTOS DIVERSOS	0,00	2.450.135,47	2.450.135,47	0,00
3.3.1.003.000301	451	CTV PECAS ATACADO	0,00	35.960,99	35.960,99	0,00
3.3.1.003.000302	452	CTV PECAS VAREJO	0,00	157.761,18	157.761,18	0,00
3.3.1.003.000303	453	CTV PECAS MECANICA	0,00	467.749,53	467.749,53	0,00
3.3.1.003.000304	454	CTV PECAS FUNILARIA E PINTURA	0,00	1.041.167,11	1.041.167,11	0,00
3.3.1.003.000305	455	CTV PECAS GARANTIA	0,00	122.033,11	122.033,11	0,00
3.3.1.003.000306	456	CTV PECAS INTERNA	0,00	43.546,80	43.546,80	0,00

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOVEIS - CNPJ: 10.754.828/0001-99

Folha: 7
25/04/24
11:44
CNT3020A

COPAUTO

Balancete Patrimonial

Período: 01/23 a 12/23 Valores em R$

Matriz : 001 - COPAUTO

Conta	Reduzida	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.1.303.000307	457	CIV ACESSORIOS	0,00	125.615,86	125.615,86	0,00
3.3.1.303.000305	458	CIV COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	0,00	417.177,26	417.177,26	0,00
3.3.1.303.000309	459	CIV PNEUS E CAMARAS	0,00	900,00	900,00	0,00
3.3.1.303.000311	460	CIV PRODUTOS DIVERSOS	0,00	887,53	887,53	0,00
3.4	466	DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	7.553.405,37	7.553.405,37	0,00
3.4.1	467	DESPESAS COM VENDAS	0,00	658.612,23	658.612,23	0,00
3.4.1.301	502	CONSUMO INTERNO (NTI)	0,00	45.401,64	45.401,64	0,00
3.4.1.301.000301	503	NTI - MANUTENCAO E CONSERVACAO	0,00	6.106,49	6.106,49	0,00
3.4.1.301.000302	504	NTI - GARANTIA - CORTESIA	0,00	39.295,15	39.295,15	0,00
3.4.1.401	505	PUBLICIDADE E MARKETING	0,00	613.210,59	613.210,59	0,00
3.4.1.401.000301	507	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	0,00	613.210,59	613.210,59	0,00
3.4.2	510	DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS	0,00	2.557.234,78	2.557.234,78	0,00
3.4.2.102	511	SALARIOS E ORDENADOS	0,00	2.130.386,61	2.130.386,61	0,00
3.4.2.102.000301	512	ORDENADOS E SALARIOS	0,00	1.566.381,95	1.566.381,95	0,00
3.4.2.102.000302	515	FERIAS	0,00	99.421,04	99.421,04	0,00
3.4.2.102.000303	517	13º SALARIO	0,00	105.854,90	105.854,90	0,00
3.4.2.102.000307	518	RESCISORIAS PARA AVISAS	0,00	360.689,42	360.689,42	0,00
3.4.2.203	525	ENCARGOS COM PESSOAL	0,00	497.930,90	497.930,90	0,00
3.4.2.203.000301	526	INSS	0,00	341.630,21	341.630,21	0,00
3.4.2.203.000302	527	FGTS	0,00	156.270,69	156.270,69	0,00
3.4.2.302	531	BENEFICIOS	0,00	96.176,27	96.176,27	0,00
3.4.2.302.000302	533	TREINAMENTO DE PESSOAL	0,00	89.962,27	89.962,27	0,00
3.4.2.302.000305	536	CONTRIBUICAO SINDICAL	0,00	5.213,00	5.213,00	0,00
3.4.2.302.000311	542	CESTA BASICA	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
3.4.2.402	544	PRO LABORE	0,00	63.072,00	63.072,00	0,00
3.4.2.402.000301	545	PRO LABORE	0,00	63.072,00	63.072,00	0,00
3.4.3	546	DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS	0,00	5.997.558,36	5.997.558,36	0,00
3.4.3.221	547	SEGUROS DIVERSOS	0,00	24.585,25	24.585,25	0,00
3.4.3.221.000303	550	SEGUROS DIVERSOS	0,00	24.585,25	24.585,25	0,00
3.4.3.222	552	DEPRECIACAO E AMORTIZACAO	0,00	282.527,96	282.527,96	0,00
3.4.3.222.000301	553	DEPRECIACAO E AMORTIZACAO	0,00	282.527,96	282.527,96	0,00
3.4.3.224	559	DESPESAS COM COMUNICACAO	0,00	20.311,54	20.311,54	0,00
3.4.3.224.000301	560	TELECOMUNICACOES	0,00	20.311,54	20.311,54	0,00
3.4.3.235	562	DESPESAS COM MANUTENCAO	0,00	532.562,10	532.562,10	0,00
3.4.3.235.000301	563	MANUT E CONSERVACAO	0,00	306.634,53	306.634,53	0,00
3.4.3.235.000303	565	MANUT DE EQUIP DE INFORMATICA / SOFTWARE	0,00	119.757,60	119.757,60	0,00

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOVEIS - CNPJ: 10.754.628/0001-99

Folha: 8
25/04/24
11:44

COPAUTO

Balancete Patrimonial

Período: 01/23 a 12/23 Valores em R$ CNT3020A

Matriz : 001 - COPAUTO

Conta	Reduzida	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.4.3.235.000005	778	OUTRAS DESPESAS DE MANUTENCAO DE VEIC	0,00	176.199,89	176.199,89	0,00
3.4.3.240	567	DESPESAS COM SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	198.432,66	198.432,66	0,00
3.4.3.240.000001	568	SERVIÇOS PRESTADOS PESSOA JURIDICA	0,00	104.532,66	104.532,66	0,00
3.4.3.240.000005	572	SEGURANÇA E VIGILANCIA	0,00	93.900,00	93.900,00	0,00
3.4.3.245	574	DESPESAS COM MATERIAIS DE CONSUMO	0,00	1.624.576,01	1.624.576,01	0,00
3.4.3.245.000001	577	MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	0,00	406.400,01	406.400,01	0,00
3.4.3.245.000004	579	DESPESAS DIVERSAS	0,00	618.176,00	618.176,00	0,00
3.4.3.246	581	BENS DE NATUREZA PERMANENTE	0,00	56.397,91	56.397,91	0,00
3.4.3.246.000001	582	FERRAMENTAS DE USO NA OFICINA	0,00	56.397,91	56.397,91	0,00
3.4.3.250	584	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	1.011.043,86	1.011.043,86	0,00
3.4.3.250.000001	585	IPTU	0,00	6.025,89	6.025,89	0,00
3.4.3.250.000003	587	SUA P RECEITA	0,00	10.352,07	10.352,07	0,00
3.4.3.250.000004	588	IMPOSTOS E TAXAS	0,00	192.896,83	192.896,83	0,00
3.4.3.250.000005	589	ENERGIA ELETRICA	0,00	89.397,53	89.397,53	0,00
3.4.3.250.000006	590	ALUGUEL PREDIAL	0,00	12.000,00	12.000,00	0,00
3.4.3.250.000010	594	GARANTIA RECUSADA	0,00	1.616,02	1.616,02	0,00
3.4.3.250.000012	596	ICMS DIVERSOS	0,00	524.921,80	524.921,80	0,00
3.4.3.250.000014	598	DESPACHANTE/EMPLACAMENTOS VEIC DA FROTA	0,00	161.629,72	161.629,72	0,00
3.4.3.251	599	OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	757.121,07	757.121,07	0,00
3.4.3.251.000003	602	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	0,00	486.739,97	486.739,97	0,00
3.4.3.251.000007	606	FRETES E CARRETOS	0,00	18.084,00	18.084,00	0,00
3.4.3.251.000009	607	LEGAIS, JUDICIAIS E CARTORIAIS	0,00	71.719,80	71.719,80	0,00
3.4.3.251.000012	779	DESPESAS COM CONSTRUÇ O	0,00	179.677,30	179.677,30	0,00
3.5	610	OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	0,00	1.221.833,46	1.221.833,46	0,00
3.5.1	611	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	336.398,03	336.398,03	0,00
3.5.1.001	612	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	336.398,03	336.398,03	0,00
3.5.1.001.001007	776	OUTRAS RECEITAS	0,00	336.398,03	336.398,03	0,00
3.5.2	630	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	53.936,38	53.936,38	0,00
3.5.2.001	631	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	53.936,38	53.936,38	0,00
3.5.2.001.000007	638	DESPESAS NAO DEDUTIVEIS	0,00	53.936,38	53.936,38	0,00
3.5.3	641	GANHOS E PERDAS DE CAPITAL	0,00	831.499,05	831.499,05	0,00
3.5.3.002	647	GANHOS E PERDAS DO IMOBILIZADO	0,00	831.499,05	831.499,05	0,00
3.5.3.002.000001	648	GANHOS NA ALIENAÇ O DE BENS	0,00	801.445,25	801.445,25	0,00
3.5.3.002.000002	649	(-) PERDAS NA ALIENAÇ O DE BENS	0,00	31.053,80	31.053,80	0,00
3.6	650	RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO	0,00	1.110.810,75	1.110.810,75	0,00
3.6.1	651	RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	391.643,99	391.643,99	0,00
3.6.1.001	652	RECEITAS DE APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	14.483,01	14.483,01	0,00

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOVEIS - CNPJ: 10.754.828/0001-99

Folha: 9
25/04/24
11:44

COPAUTO

Balancete Patrimonial

Período: 01/23 a 12/23 Valores em R$ CNI3020A

Matriz : 001 - COPAUTO

Conta	Reduzida	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.6.1.001.000002	654	RENDIMENTOS DE APLICACAO FINANCEIRA	0,00	14.483,01	14.483,01	0,00
3.6.1.002	655	RECEITAS FINANCEIRAS DIVERSAS	0,00	377.360,98	377.360,98	0,00
3.6.1.002.000001	656	JUROS RECEBIDOS	0,00	35.631,32	35.631,32	0,00
3.6.1.002.000002	657	DESCONTOS OBTIDOS	0,00	1.956,45	1.956,49	0,00
3.6.1.002.000003	658	OUTRAS RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	339.773,17	339.773,17	0,00
3.6.2	662	DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	718.[illegible],76	718.[illegible],76	0,00
3.6.2.001	663	ENCARGOS S/ APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	157.641,89	157.641,89	0,00
3.6.2.001.000001	664	IOF	0,00	31.580,31	31.580,31	0,00
3.6.2.001.000002	665	IOC	0,00	121.041,58	121.041,58	0,00
3.6.2.001.000003	666	IRRF S/ APLICACAO FINANCEIRA	0,00	5.020,00	5.020,00	0,00
3.6.2.002	669	DESPESAS FINANCEIRAS DIVERSAS	0,00	561.324,87	561.324,87	0,00
3.6.2.002.000003	672	DESCONTOS CONCEDIDOS	0,00	1.004,40	1.004,40	0,00
3.6.2.002.000005	674	TAXA ADM CARTOES DE CREDITO	0,00	40.394,77	40.394,77	0,00
3.6.2.002.000006	675	TARIFAS BANCARIAS	0,00	9.993,24	9.993,2	0,00
3.6.2.002.000007	676	JUROS PAGOS	0,00	303.259,98	303.259,98	0,00
3.6.2.002.000008	677	MULTAS PAGAS	0,00	8.659,31	8.659,31	0,00
3.6.2.002.000015	755	JUROS S/EMPRESTIMOS	0,00	197.536,08	197.536,08	0,00
3.7	663	PROVISOES	0,00	193.667,70	193.667,70	0,00
3.7.1	664	PROVISOES	0,00	193.667,70	193.667,70	0,00
3.7.1.001	665	PROVISAO P/ IRPJ E CONTRIBUICAO SOCIAL	0,00	193.667,70	193.667,70	0,00
3.7.1.001.000001	656	PROVISAO P IRPJ	0,00	136.196,84	136.196,84	0,00
3.7.1.001.000002	657	PROVISAO P CSLL	0,00	57.670,86	57.670,86	0,00
4	668	APURACAO DO RESULTADO	0,00	392.983,27	392.983,27	0,00
4.1	669	APURACAO DO RESULTADO	0,00	392.983,27	392.983,27	0,00
4.1.1	670	APURACAO DO RESULTADO	0,00	392.983,27	392.983,27	0,00
4.1.1.001	671	APURACAO DO RESULTADO	0,00	392.983,27	392.983,27	0,00
4.1.1.001.000001	672	APURACAO DO RESULTADO	0,00	392.983,27	392.983,27	0,00

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOVEIS - CNPJ: 10.754.828/0001-99

Folha: 10
25/04/24
11:44
CNT3020A

Balancete Patrimonial

Período: 01/23 a 12/23 Valores em R$

Matriz : 001 - COPAUTO

Conta	Reduzida	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
		Total		366.518.743,42	366.518.743,42	

Dados da Empresa:
Razão Social: COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOVEIS
CNPJ: 10.754.828/0001-99

Dados do Contador:
Nome: FRANCISCO REGINALDO SARMENTO BISPO
Nº do CRC: 010681O3

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

BALANÇO PATRIMONIAL

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA
BR 230 KM 323, S/N, Sete Casas, Patos -PB, CEP: 58.705-275
I.E.: 16.033.443-8 CNPJ: 10.754.828/0001-99 NIRE: 25200128648
Período Movimento: JANEIRO/2023 a DEZEMBRO/2023

ATIVO	31/12/2022	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE	**R$ 7.184.786,23**	**R$ 9.485.752,81**
Disponível	**R$ 734.470,05**	**R$ 1.073.451,37**
Caixa e equivalentes	R$ 136.046,08	R$ 153.466,80
Bancos	R$ 598.423,97	R$ 919.984,57
Realizável a Curto Prazo	**R$ 1.721.636,65**	**R$ 2.346.823,08**
Financiamentos de Vendas	R$ 1.355.352,10	R$ 1.899.830,78
Contas vinculadas com a fábrica	R$ 170.806,06	R$ 114.931,08
Adiantamento a Terceiros	R$ 195.478,49	R$ 332.061,22
Impostos e Contribuições	**R$ 167.529,29**	**R$ 184.904,63**
Impostos e Contribuições a Recuperar	R$ 167.529,29	R$ 184.904,63
Estoques	**R$ 4.561.150,24**	**R$ 5.880.573,73**
Estoques	R$ 4.561.150,24	R$ 5.880.573,73
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**R$ 3.489.862,05**	**R$ 3.838.744,07**
Investimentos	**R$ 1.053.497,40**	**R$ 1.527.693,14**
Outros investimentos	R$ 1.053.497,40	R$ 1.527.693,14
Imobilizado	**R$ 2.436.364,65**	**R$ 2.311.050,93**
Bens Imobilizados	R$ 2.972.070,45	R$ 2.983.105,31
(-) Depreciações acumuladas	-R$ 535.705,80	R$ (672.054,38)
TOTAL DO ATIVO	**R$ 10.674.648,28**	**R$ 13.324.496,88**

Informações transcritas do Livro Diário n° 33

Patos - PB, 31 de dezembro de 2023

Francisco Reginaldo Sarmento Bispo
Contador: CRC-PB 010681/O-3
CPF: 064.186.454-05

Roma Santana de Medeiros
CPF: 046.196.654-95

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

BALANÇO PATRIMONIAL

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA
BR 230 KM 323, S/N, Sete Casas, Patos -PB, CEP: 58.705-275
I.E.: 16.033.443-8 CNPJ: 10.754.828/0001-99 NIRE: 25200128648
Período Movimento: JANEIRO/2023 a DEZEMBRO/2023

PASSIVO	31/12/2022	31/12/2023
PASSIVO CIRCULANTE	**R$ 6.018.682,16**	**R$ 7.450.624,11**
Fornecedores	**R$ 3.322.457,37**	**R$ 4.964.663,48**
Fornecedor Fábrica	R$ 2.901.123,99	R$ 4.411.521,52
Outros Fornecedores	R$ 425.934,97	R$ 553.141,96
(-) Devoluções de Compras	-R$ 4.601,59	R$
Adiantamento de Clientes	**R$ 489.216,92**	**R$ 169.962,74**
Crédito de Clientes	R$ 489.216,92	R$ 169.962,74
Empréstimos/Financiamentos	**R$ 1.849.752,30**	**R$ 1.993.345,50**
Empréstimos	R$ 1.849.752,30	R$ 1.993.345,50
Obrigações sociais a recoher	**R$ 74.404,12**	**R$ 86.027,12**
Honorarios da Diretoria	R$ 4.276,72	R$ 4.699,20
Encargos Sociais	R$ 70.127,40	R$ 81.327,92
Obrigações Fiscais a recolher	**R$ 140.002,95**	**R$ 151.913,08**
Impostos Sobre Vendas	R$ 140.002,95	R$ 151.913,08
Outras exibilidades	**R$ 142.848,50**	**R$ 84.712,19**
Provisões	R$ 39.700,21	R$ 45.848,67
Impostos Retidos a Recolher	R$ 28.148,29	R$ 38.863,52
Indenizações a pagar	R$ 75.000,00	R$ -
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**R$ 2.132.230,98**	**R$ 2.962.018,29**
Exigível a Longo Prazo	**R$ 2.132.230,98**	**R$ 2.962.018,29**
Empréstimos	R$ 2.132.230,98	R$ 2.962.018,29
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**R$ 2.523.735,14**	**R$ 2.911.854,48**
Capital Integralizado	R$ 726.000,00	R$ 726.000,00
Lucros Acumulados	R$ 1.797.735,14	R$ 2.185.854,48
TOTAL DO PASSIVO	**R$ 10.674.648,28**	**R$ 13.324.496,88**

Informações transcritas do Livro Diário n° 33

Patos - PB, 31 de dezembro de 2023

Francisco Reginaldo Sarmento Bispo
Contador: CRC-PB 010681/O-3
CPF: 064.186.454-05

Roma Santana de Medeiros
CPF: 046.196.654-95

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA
BR 230 KM 323, S/N, Sete Casas, Patos -PB, CEP: 58.705-275
I.E.: 16.033.443-8 CNPJ: 10.754.828/0001-99 NIRE: 25200128648
Período Movimento: JANEIRO/2023 a DEZEMBRO/2023

DESCRIÇÃO DA CONTA	31/12/2022	31/12/2023
RECEITA BRUTA OPERACIONAL	**R$ 27.693.948,70**	**R$ 38.609.813,03**
Vendas de Veiculos Novos, Usados e Peças/Diversos	R$ 25.689.788,18	R$ 34.942.985,59
Serviços Prestados	R$ 1.164.252,99	R$ 1.703.546,02
Comissões Recebidas	R$ 839.907,53	R$ 1.963.281,42
DEDUÇÕES	**R$ (403.869,55)**	**R$ (607.342,59)**
(-) Impostos e Contribuições s/ vendas	R$ (403.869,55)	R$ (607.342,59)
RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL	**R$ 27.290.079,15**	**R$ 38.002.470,44**
CUSTO DOS VEICULOS VENDIDOS	**R$ (21.803.875,55)**	**R$ (30.126.128,33)**
Custo dos Veículos Vendidos	R$ (21.803.875,55)	R$ (30.126.128,33)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	**R$ 5.486.203,60**	**R$ 7.876.342,11**
DESPESAS OPERACIONAIS	**R$ (5.243.872,98)**	**R$ (7.477.858,44)**
Despesas Com Vendas	R$ (209.875,15)	R$ (658.612,23)
Despesas Com Pessoal	R$ (2.396.481,09)	R$ (2.986.863,90)
Despesas Administrativas	R$ (2.637.516,74)	R$ (3.832.382,31)
DESPESAS FINANCEIRAS	**R$ (548.628,59)**	**R$ (718.966,16)**
Despesas Financeiras	R$ (548.628,59)	R$ (718.966,16)
OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	**R$ (97.195,23)**	**R$ (53.936,38)**
Despesas Não Dedutíveis	R$ (97.195,23)	R$ (53.936,38)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	**R$ 741.115,04**	**R$ 961.269,84**
Outras Receitas	R$ -	R$ 569.425,85
Receitas Financeiras	R$ 741.115,04	R$ 391.843,99
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS TRIMESTRAIS	**R$ 337.621,84**	**R$ 586.850,97**
PROVISÕES	**R$ (124.794,31)**	**R$ (193.867,70)**
Provisões Para IRPJ/CSLL	R$ (124.794,31)	R$ (193.867,70)
LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	**R$ 212.827,53**	**R$ 392.983,27**

Informações transcritas do Livro Diário nº 33

Patos - PB, 31 de dezembro de 2023

Francisco Reginaldo Sarmento Bispo
Contador: CRC-PB 010681/O-3
CPF: 064.186.454-05

Roma Santana de Medeiros
CPF: 046.196.654-95

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

DFC - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA
BR 230 KM 323, S/N, Sete Casas, Patos -PB, CEP: 58.705-275
I.E.: 16.033.443-8 CNPJ: 10.754.828/0001-99 NIRE: 25200128648
Período Movimento: JANEIRO/2023 a DEZEMBRO/2023

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método direto)	31/12/2022	31/12/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de clientes	R$ 29.229.574,56	R$ 38.609.813,03
Recebimento de juros	R$ 4.006,77	R$ -
Pagamentos:		
> A fornecedores	R$ (29.072.700,33)	R$ (32.339.222,27)
> Titulos pagos	R$ -	R$ -
> De impostos	R$ (429.483,50)	R$ (823.130,31)
> De salários e Ordenados	R$ (1.391.012,97)	R$ (1.399.184,70)
> Despesas pagas antecipadamente	R$ -	R$ -
> Despesas Variáveis de Vendas	R$ (171.787,08)	R$ (658.612,23)
> Despesas Semi-Fixas	R$ (1.147.344,98)	R$ (1.800.467,56)
> Despesas Fixas	R$ (649.518,83)	R$ (843.547,45)
CAIXA LIQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**R$ (3.628.266,36)**	**R$ 745.648,51**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda de imobilizado	R$ 463.775,01	R$ 818.623,13
Pagamento pela compra de imobilizado	-R$ 2.136.412,14	-R$ 770.459,55
CAIXA LIQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-R$ 1.672.637,13**	**R$ 48.163,58**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	R$ -	R$ -
Empréstimos Obtidos	R$ 1.392.407,67	R$ 2.155.767,51
Pagamento de Empréstimos	R$ (2.967.977,65)	R$ (2.012.174,31)
Distribuição de dividendos	R$ -	R$ -
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**R$ (1.575.569,98)**	**R$ 143.593,20**
SALDO INICIAL DAS DISPONIBILIDADES	**R$ 129.754,48**	**R$ 136.046,08**
SALDO FINAL DAS DISPONIBILIDADES	**R$ 136.046,08**	**R$ 1.073.451,37**
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO PERIODO	**R$ 6.291,60**	**R$ 937.405,29**

Informações transcritas do Livro Diário n° 33

Patos - PB, 31 de dezembro de 2023

Francisco Reginaldo Sarmento Bispo
Contador: CRC-PB 010681/O-3
CPF: 064.186.454-05

Roma Santana de Medeiros
CPF: 046.196.654-95

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

DLPA - DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

208

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA
BR 230 KM 323, S/N, Sete Casas, Patos -PB, CEP: 58.705-275
I.E.: 16.033.443-8 **CNPJ: 10.754.828/0001-99** **NIRE: 25200128648**
Período Movimento: JANEIRO/2023 a DEZEMBRO/2023

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	31/12/2022	31/12/2023
Histórico	**Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido**	
	LUCROS ACUMULADOS (R$)	
Saldo Anterior de Lucros Acumulados	R$ 1.669.668,44	R$ 1.797.735,14
Ajustes Credores de Períodos-base Anteriores	R$ 25.718,37	R$ 11.000,00
Reversão de Reservas	R$ -	R$ -
Outros Recursos	R$ -	R$ -
Lucro Líquido do Ano	R$ 212.827,53	R$ 392.983,27
(-)Saldo Anterior de Prejuízo Acumulados	R$ -	R$ -
(-)Ajustes Devedores de Períodos-base Anteriores	R$ (110.479,20)	R$ (15.863,93)
(-)Prejuízo Líquido do Ano	R$ -	
TOTAL	R$ 1.797.735,14	R$ 2.185.854,48
Transferências para Reservas	R$ -	R$ -
Dividendos ou Lucros Distribuídos, Pagos ou Creditados		R$ -
Parcela dos Lucros Incorporados ao Capital	R$ -	R$ -
Outras Destinações	R$ -	R$ -
LUCROS ACUMULADOS	**R$ 1.797.735,14**	**R$ 2.185.854,48**

Informações transcritas do Livro Diário n° 33

Patos - PB, 31 de dezembro de 2023

Francisco Reginaldo Sarmento Bispo
Contador: CRC-PB 010681/O-3
CPF: 064.186.454-05

Roma Santana de Medeiros
CPF: 046.196.654-95

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

DMPL - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA
BR 230 KM 323, S/N, Sete Casas, Patos -PB, CEP: 58.705-275
I.E.: 16.033.443-8 CNPJ: 10.754.828/0001-99 NIRE: 25200128648
Período Movimento: JANEIRO/2023 a DEZEMBRO/2023

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇOES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31.12.2023 EM R$ 1,00

HISTÓRICO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL PL
Saldo em 31.12.2022	R$ 726.000,00	R$ -	R$ 1.797.735,14	R$ 2.523.735,14
Lucro Líquido do Período		-	R$ 392.983,27	R$ 392.983,27
Destinação de Lucro Res. de Capital	-	-	-	-
Destinação de Lucro Dividendos	-	-		R$ -
Ajuste Referente Exercício 2023	-	-	R$ (4.863,93)	R$ (4.863,93)
Saldo em 31.12.2023	R$ 726.000,00	R$ -	R$ 2.185.854,48	R$ 2.911.854,48

Informações transcritas do Livro Diário n° 33

Patos - PB, 31 de dezembro de 2023

Francisco Reginaldo Sarmento Bispo
Contador: CRC-PB 010681/O-3
CPF: 064.186.454-05

Roma Santana de Medeiros
CPF: 046.196.654-95

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

DRA - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA

BR 230 KM 323, S/N, Sete Casas, Patos -PB, CEP: 58.705-275

I.E.: 16.033.443-8 CNPJ: 10.754.828/0001-99 NIRE: 25200128648

Período Movimento: JANEIRO/2023 a DEZEMBRO/2023

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31.12.2022 E 31.12.2023

Demonstração do Resultado Abrangente		31.12.2022		31.12.2023
Resultado Líquido do Exercício	R$	212.827,53	R$	392.983,27
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	R$	-	R$	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	R$	-	R$	-
"Hedges" de fluxo de caixa	R$	-	R$	-
Ajustes Referente Exercício Anterior	R$	(84.760,83)	R$	(4.863,93)
Resultado Abrangente do Exercício	R$	128.066,70	R$	388.119,34

Informações transcritas do Livro Diário n° 33

Patos - PB, 31 de dezembro de 2023

Francisco Reginaldo Sarmento Bispo
Contador: CRC-PB 010681/O-3
CPF: 064.186.454-05

Roma Santana de Medeiros
CPF: 046.196.654-95

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA
BR 230 KM 323, S/N, Sete Casas, Patos -PB, CEP: 58.705-275
I.E.: 16.033.443-8 CNPJ: 10.754.828/0001-99 NIRE: 25200128648
Período Movimento: JANEIRO/2023 a DEZEMBRO/2023

DESCRIÇÃO DA CONTA	SALDO 2022	SALDO 2023
RECEITAS (VALORES BRUTOS, COM IMPOSTOS)	**R$ 27.693.948,70**	**R$ 38.609.813,03**
Vendas de Mercadorias	R$ 25.689.788,18	R$ 34.942.985,59
Serviços Prestados	R$ 1.164.252,99	R$ 1.703.546,02
Comissões Recebidas	R$ 839.907,53	R$ 1.963.281,42
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**R$ (22.010.028,08)**	**R$ (30.726.452,53)**
Custo da Mercadoria e dos Serviços Vendidos	R$ (21.803.875,55)	R$ (30.126.128,33)
Materiais, Energia, Serviço de Terceiros e Outros	R$ (206.152,53)	R$ (600.324,20)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**R$ 5.683.920,62**	**R$ 7.883.360,50**
VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO	**R$ 5.683.920,62**	**R$ 7.883.360,50**
VALOR RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**R$ 741.115,04**	**R$ 1.779.892,97**
Receitas Financeiras	R$ 741.115,04	R$ 391.843,99
Receitas Venda de Imobilizado	R$ -	R$ 818.623,13
Receitas Não Operacionais	R$ -	R$ 569.425,85
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**R$ 6.425.035,66**	**R$ 9.663.253,47**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**R$ 5.245.942,91**	**R$ 7.427.882,18**
Despesas com Pessoal	**R$ 2.266.416,85**	**R$ 2.987.234,78**
Remuneração Direta	R$ 1.705.381,06	R$ 2.289.333,88
Encargos Sociais	R$ 561.035,79	R$ 697.900,90
Impostos, Taxas e Contribuições	**R$ 594.647,47**	**R$ 611.048,49**
Federais	R$ 444.634,76	R$ 351.509,59
Estaduais	R$ 53.242,00	R$ 251.503,01
Municipais	R$ 96.770,71	R$ 8.035,89
Remuneração de Capitais de Terceiros	**R$ 513.527,67**	**R$ 561.327,57**
Juros e Multas de Mora	R$ 393.075,16	R$ 323.393,72
Despesas Bancárias	R$ 44.694,98	R$ 197.536,08
Taxa de Administração de Cartão	R$ 75.757,53	R$ 40.397,77
Despesas Ordinárias	**R$ 1.632.805,02**	**R$ 2.875.288,07**
Despesas C/ Combustíveis	R$ 89.224,67	R$ 496.709,97
Despesas Diversas	R$ 1.137.673,93	R$ 384.361,41
Agua e esgoto	R$ 2.474,60	R$ 10.352,07
Telefone	R$ 23.230,45	R$ 20.311,54
Manutenção de Software	R$ 98.350,34	R$ 426.362,21
Seguros	R$ 18.067,54	R$ 24.585,25
Despesas de Escritório	R$ 9.671,05	R$ 406.400,01
Manutenção de Veículos	R$ 216.024,37	R$ 488.029,61
Compra de Material de Uso e Consumo	R$ 38.088,07	R$ 618.176,00
Remuneração de Capitais Próprios	**R$ 238.545,90**	**R$ 392.983,27**
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos		
Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	R$ 238.545,90	R$ 392.983,27

Informações transcritas do Livro Diário n° 33

Patos - PB, 31 de dezembro de 2023

Francisco Reginaldo Sarmento Bispo
Contador: CRC-PB 010681-O/3
CPF: 064.186.454-05

Roma Santana de Medeiros
CPF: 046.196.654-95

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

TABELA DE ÍNDICES CONTÁBEIS - TIC

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA

BR 230 KM 323, S/N, Sete Casas, Patos -PB, CEP: 58.705-275

I.E.: 16.033.443-8 CNPJ: 10.754.828/0001-99 NIRE: 25200128648

Período Movimento: JANEIRO/2023 a DEZEMBRO/2023

TABELA DE ÍNDICES CONTÁBEIS

LC (LIQUIDEZ CORRENTE)	= AC / PC	= R$ 9.485.752,81 / R$ 7.450.624,11	= R$ 1,27	Conclusão: para cada um R$ 1,00 de obrigação a curto prazo há R$ 1,27 para corbertura daquela dívida.
LG (LIQUIDEZ GERAL)	= AC+RLP / PC+ELP	= R$ 13.324.496,88 / R$ 10.412.642,40	= R$ 1,28	Conclusão: para cada R$ 1,00 de dívida a curto e longo prazo, há R$ 1,28 de valores a receber.
LS (LIQUIDEZ SECA)	= AC - ESTOQUE / PC	= R$ 3.605.179,08 / R$ 7.450.624,11	= R$ 0,48	Conclusão: para cada um R$ 1,00 de passivo circulante há R$ 0,48 em seu Ativo Líquido.
ET (ENDIVIDAMENTO TOTAL)	= PC + ELP / AT	= R$ 10.412.642,40 / R$ 13.324.496,88	= R$ 0,78	Conclusão: para cada R$ 1,00 de aplicação no ativo a empresa utilizou R$ 0,78 de recursos provenientes de terceiros.
GCT (GARAN. DE CAPITAL DE TERCEIROS)	= PC + ELP / PL	= R$ 10.412.642,40 / R$ 2.911.854,48	= R$ 3,58	Conclusão: para cada R$ 1,00 Patrimônio líquido a empresa utilizou R$ 3,58 de recursos provenientes de terceiros.
SG (SOLVÊNCIA GERAL)	= AT / PC + ELP	= R$ 13.324.496,88 / R$ 10.412.642,40	= R$ 1,28	Conclusão: para cada R$ 1,00 de dívida a curto e longo prazo, há R$ 1,28 de ativos para a sua quitação.
LI (LIQUIDEZ IMEDIATA)	= DISPONÍVEL / PC	= R$ 1.073.451,37 / R$ 7.450.624,11	= R$ 0,14	Conclusão: para cada R$ 1,00 em dívidas a empresa possui R$ 0,14 de recursos disponíveis para seu pagamento imediato.
CE (COMP. DO ENDEVIDAMENTO EM %)	= PC / PC + ELP	= R$ 7.450.624,11 / R$ 10.412.642,40	= 72%	Conclusão: 72% do endividamento total da empresa está contabilizado no curto prazo.
PCT (PART. CAPITAIS TERC. - ENDIV.)	= PC + ELP / PL	= R$ 10.412.642,40 / R$ 2.911.854,48	= R$ 3,58	Conclusão: para cada R$ 1,00 de capital próprio a empresa utilizou R$ 3,58 de recursos provenientes de terceiros

Informações Transcritas do Livro Diário nº 33

Patos - PB, 31 de dezembro de 2023

Francisco Reginaldo Sarmento Bispo
Contador
CRC-PB 010681-O/3
CPF: 064.186.454-05

Roma Santa de Medeiros
CPF: 046.196.654-95

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA

BR 230 KM 323, S/N, Bairro Sete Casas, Patos -PB, CEP: 58.705-275
I.E.: 16.033.443-8 CNPJ: 10.754.828/0001-99 NIRE: 25200128648
Período Movimento: JANEIRO/2023 A DEZEMBRO/2023

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2023

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Copauto Comercio Patoense de Automotores Ltda é uma sociedade empresária limitada, com sede e foro na cidade de Patos/PB, tendo como atividade principal o Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos, com início de atividades em 14 de março de 1986.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Aplicações Financeiras:
Estão registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos proporcionais até a data do balanço;
3.2) Direitos e obrigações:
Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência;
3.3) Imobilizado:
Demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear.
3.4) Ajuste de avaliação patrimonial:
A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.
3.5) Investimentos em empresas coligadas e controladas:
A empresa não participa do capital social de outras sociedades.
3.6) Impostos Federais:
A empresa está no regime do Lucro Real e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

4) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A empresa conta com um passivo, relacionado à empréstimos e financiamentos, no valor de R$ 1.451.613,86 junto às instituições financeiras nacionais.

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

214

5) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente.

6) CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R$ 726.000,00, dividido em 726.000,00 quotas de R$ 1,00 cada uma, totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:

Roma Santana de Medeiros	R$ 338.700,00
Eduarda Santana de Medeiros	R$ 338.700,00
Ilzani Trigueiro Tertuliano Medeiros	R$ 24.300,00
Francisco Tertuliano Martins Neto	R$ 8.100,00
Dalmar Trigueiro Santana de Medeiros	R$ 8.100,00
Maria Eduarda Trigueiro Santana de Medeiros	R$ 8.100,00

7) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Patos – PB, 31 de dezembro de 2023

Francisco Reginaldo Sarmento Bispo
Contador: CRC-PB 010681-O/3
CPF: 064.186.454-05

Roma Santana de Medeiros
Sócia Administradora
CPF: 046.196.654-95

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

215

Termo de Encerramento

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 33

O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 2022, e serviu para escrituração no período de 01/01/2023 a 31/12/2023, da empresa COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA.

Patos, 31/12/2023

ROMA SANTANA DE MEDEIROS
Administrador, Sócio
CPF 046.196.654-95

FRANCISCO REGINALDO SARMENTO BISPO
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/PB 010681O3

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

216

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
04619665495	ROMA SANTANA DE MEDEIROS
06418645405	FRANCISCO REGINALDO SARMENTO BISPO

JUCEP DIGITAL

CONFORME ART. 10 DA IN DREI 82/2021,
CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO AUTOMÁTICA EM 30/04/2024 16:07 SOB Nº 20240714776.
PROTOCOLO: 240714776 DE 29/04/2024. NIRE: 25200128648.
COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
JOÃO PESSOA, 30/04/2024
redesim.pb.gov.br

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

217

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DA PARAÍBA

Categoria
CONTADOR

Nº Registro
PB-010681/O-3

Nome
FRANCISCO REGINALDO SARMENTO BISPO

Nascimento
07/04/1987

Nacionalidade
BRASILEIRA

Naturalidade
SOUSA-PB



Assinatura do Profissional

Filiação
FRANCISCO DE ASSIS BISPO
MARIA LUCIA SARMENTO BISPO

CPF
064.186.454-05

Documento de Identificação
3191733 SSP-PB

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei n.º 9.295/46, c/c art. 1º da Lei n.º 6.206/75.

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Data de Registro
03/06/2011

Validado eletronicamente pelo Conselho Federal de Contabilidade
Código de Validação: **2D73C7**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DA PARAÍBA

Aproxime um leitor de QR Code para validar ou acesse o endereço:
https://sistemas.cfc.org.br/validacao/profissional/cpf/06418645405/codigo/2D73C7

Arquivo emitido pelo aplicativo CRCDigital em **terça-feira, 26 de abril de 2022, às 14:50**.

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

CRCPB
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DA PARAÍBA

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : FRANCISCO REGINALDO SARMENTO BISPO
REGISTRO..... : PB-010681/O-3
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.186.454-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PARAÍBA, 27/12/2024 as 09:09:32.
Válido até: 27/03/2025.
Código de Controle: 3585.2114.8433.7538.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPB.

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ

219

C E R T I D Ã O

CÓDIGO: **C002.D6E6.8DD1.3816**

Emitida no dia 22/01/2025 às 08:41:25

Nome Empresarial:
COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA

Endereço:		Número:	Complemento:
BR-230		**S/N**	
Bairro:	Município:		CEP:
SETE CASAS	**PATOS**		**58705-275**
Inscr. Estadual:	Situação Cadastral:	CNPJ/CPF:	
16.033.443-8	**ATIVO**	**10.754.828/0001-99**	

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o Contribuinte supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa.**

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido Contribuinte.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão,** devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página www.sefaz.pb.gov.br.

CONCEDIDA NOS TERMOS DO ARTIGO 159 DA LEI 10.094, DE 27/09/2013.

Certidão de Débito emitida via 'Intranet'.

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

220

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA
CNPJ: 10.754.828/0001-99

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:59:37 do dia 04/12/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 02/06/2025.
Código de controle da certidão: **58C2.4974.01D6.451F**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

221

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 10.754.828/0001-99
Razão Social: COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA
Endereço: ROD BR-230 323 / SALGADINHO / PATOS / PB / 58706-500

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:12/01/2025 a 10/02/2025

Certificação Número: 2025011200500147189260

Informação obtida em 23/01/2025 11:33:01

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS

222

SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA

Diretoria de Administração Tributária

End.: Av. Presidente Epitácio Pessoa, nº 91, Centro, Patos, Paraíba, CEP: 58.700-020

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

CERTIFICO, em cumprimento ao despacho exarado no PROCESSO Nº ****** e com base na legislação em vigor, que o contribuinte mencionado abaixo, está quite com os tributos do cadastro mercantil até a presente data: 10/12/2024

Contribuinte: COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA	Inscrição Mercantil: 243062 Sequencial: 102265 Referência Loteamento: A Cadastro Imobiliário: 22.013.160.0003.000.0 Inscrição Imobiliária: 69202
Localização: RUA DR. PEDRO FIRMINO, 323, , SAO SEBASTIAO	
Natureza: Tributos Mercantis	

Razão Social:
COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA

CNPJ/CPF	Inscrição Estadual	Inscrição Mercantil
10.754.828/0001-99	160334438	243062

Atividade Principal:

4511-1/01 - COMÉRCIO A VAREJO DE AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS E UTILITÁRIOS NOVOS

Atividades Secundárias

4511-1/02 - COMÉRCIO A VAREJO DE AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS E UTILITÁRIOS USADOS
4520-0/01 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
4520-0/02 - SERVIÇOS DE LANTERNAGEM OU FUNILARIA E PINTURA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

Início Atividade: 14/03/1986 Validade: 08/02/2025

Observações: Válido por 59 dias.

VIA INTERNET

Para validar a autenticidade desse documento acesse o Portal do Contribuinte.

https://gestor.tributosmunicipais.com.br/redesim/prefeitura/patos//views/publico/portaldocontribuinte/publico/autenticacao/autenticacao.xhtml

0B5BDC39F86A9B464A398A5BDB816375AC92783D

142

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 10.754.828/0001-99
Certidão nº: 70808574/2024
Expedição: 16/10/2024, às 08:16:10
Validade: 14/04/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.754.828/0001-99, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
10.754.828/0001-99 MATRIZ		14/03/1986

NOME EMPRESARIAL
COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
45.11-1-01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
45.11-1-02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados
45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
45.20-0-02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores
45.20-0-07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores
45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
52.29-0-02 - Serviços de reboque de veículos
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
ROD BR-230, KM 323	S/N	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
58.705-275	SETE CASAS	PATOS	PB

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ROMASANTANA@COPAUTO.COM.BR	(83) 9978-0129

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	24/09/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **28/01/2025** às **19:26:27** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

225

DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA SOB O NOME EMPRESARIAL **"COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA".**

Instrumento particular de alteração contratual, que entre si fazem, as partes:

JOAQUIM FELIX NETO, brasileiro, natural de Paulista/PB, casado em regime de comunhão universal de bens, empresário, nascido em 05/12/1942, portadoro da cédula de Identidade nº 130.465, expedida pela SSP/PB e CPF de o nº 020.759.704-91, residente e domiciliado na cidade de Patos/PB, à Rua Bossuet Wanderley, nº 743, Apto 801, Bairro Brasília, CEP 58.700-410

MARIA DO SOCORRO SANTANA DE MEDEIROS, brasileira, natural de Patos/PB, casada em regime de comunhão universal de bens, administradora, nascida em 24/05/1941, portadora da cédula de Identidade nº 615.940, expedida pela SSP/PB e CPF de o nº 690.587.174-53, residente e domiciliada na cidade de Patos/PB, à Rua Bossuet Wanderley, nº 743, Apto 801, Bairro Brasília, CEP 58.700-410

Espólio de **FRANCISCO DAS CHAGAS SANTANA DE MEDEIROS**, falecido em 23/04/2021 (vinte e três de abril de dois mil e vinte e um), conforme Certidão de óbito lavrada pelo cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de João Pessoa/PB – 2º Serviço Registral Vieira de Mello, matrícula 0688330155 2021 4 00060 123 0034238 26, registro lavrado em 28/04/2021, no Livro C-00060, nº 34228, folha 123, **REPRESENTADO, NESTE ATO**, por seu inventariante **FRANCISCO TERTULIANO MARTINS NETO**, brasileiro, natural de Patos/PB, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, portador da cédula de Identidade nº 3263782, expedida pela SSDS/PB, CPF nº 013.564.304-06, residente e domiciliado na cidade de Sousa/PB, à Rua Gastão de Medeiros Forte, nº 209, Bairro Jardim Bela Vista, CEP 58.808-270

Espólio de **JOSÉ EDUARDO SANTANA DE MEDEIROS**, falecido em 12/11/2000 (doze de novembro de dois mil) **REPRESENTADO, NESTE ATO,** conforme Processo 0250278-56.2000.815.0251 – 3ª Vara – Família e Sucessões da Comarca de Patos, por sua inventariante **SEMIRAMES DE PAULA SANTANA DE MEDEIROS**, brasileira, natural de Pombal/PB, viúva, empresária, portador da cédula de Identidade nº 304858, expedida pela SSP/PB CPF nº 805.507.974-91, residente e domiciliada na cidade de João Pessoa/PB, à Avenida Rui Carneiro, nº 853 - Ed. Vila Soraya - Apto 707, Bairro Jardim Luna, CEP 58.038-000

Únicos sócios da Sociedade Limitada denominada "**COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA**", com sede na BR 230, KM - 323, S/N,

Continua...

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

Continuação da DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA SOB O NOME EMPRESARIAL **"COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA".**

Patos/PB, CEP 58.706-500, registrada na Junta Comercial do Estado da Paraíba, sob o NIRE 25200128648, em 14/03/1986, com CNPJ sob nº 10.754.828/0001-99, resolvem de comum acordo promover alteração do seu contrato social e proceder às adaptações ao novo diploma civil vigente mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª – Admite-se neste ato por herança de **JOSÉ EDUARDO SANTANA DE MEDEIROS,** as sócias: **ROMA SANTANA DE MEDEIROS,** admitida neste ato, brasileira, natural de João Pessoa/PB, solteira, empresária, com a seguinte filiação, Pai José Eduardo Santana de Medeiros e Mãe Semirames de Paula Santana Medeiros, portadora da cédula de identidade nº. 3.636.559– 2º Via, expedida pela SSDS/PB e CPF de nº. **046.196.654-95**, residente e domiciliada na cidade de Patos/PB, na Avenida Barão do Rio Branco, nº 676 - Ed. Milindra III – Apto 802, Bairro Brasília, CEP 58.700-370; e a sócia **EDUARDA SANTANA DE MEDEIROS**, brasileira, divorciada, empresária, com a seguinte filiação, Pai José Eduardo Santana de Medeiros e Mãe Semirames de Paula Santana Medeiros, portadora da cédula de identidade nº. 4867116 – 1ª VIA, expedida pela SESDS/PB e CPF de nº. **046.196.674-39**, residente e domiciliada na cidade de Patos/PB, na Avenida Barão do Rio Branco, nº 676, Ed. Milindra III – Apto 802, Bairro Brasília, CEP 58.700-370.

Cláusula 2ª – Admite-se neste ato por herança de FRANCISCO DAS CHAGAS SANTANA DE MEDEIROS os sócios: **ILZANI TRIGUEIRO TERTULIANO MEDEIROS**, brasileira, natural de Pombal/PB, viúva, empresária, com a seguinte filiação, Pai Francisco Tertuliano Martins e Mãe Sancha Trigueiro Martins, portadora da cédula de identidade nº. 1304921 – 2º Via, expedida pela SSDS/PB e CPF de nº. **951.058.084-87**, residente e domiciliada na cidade de Sousa/PB, à Rua Emilio Pires, nº 80, Bairro Centro, CEP 58.800-270; o sócio **FRANCISCO TERTULIANO MARTINS NETO**, brasileiro, natural de Patos/PB, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, com a seguinte filiação, Pai Francisco das Chagas Santana de Medeiros e Mãe Ilzani Trigueiro Tertuliano Medeiros, portador da cédula de Identidade nº 3263782, expedida pela SSDS/PB, CPF nº **013.564.304-06**, CNH 04144070166 expedida pelo DETRAN/PB, residente e domiciliado na cidade de Sousa/PB, Rua Gastão de Medeiros Forte, nº 209, Bairro Jardim Bela Vista, CEP 58.808-270; o sócio **DALMAR TRIGUEIRO SANTANA DE MEDEIROS**, brasileiro, natural de Patos/PB, solteiro, empresário, com a seguinte filiação, Pai Francisco das Chagas Santana de Medeiros e Mãe Ilzani Trigueiro Tertuliano Medeiros, portador da cédula de Identidade nº 2926321, expedida pela SSP/PB, CPF nº

Continua...

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

Continuação da DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA SOB O NOME EMPRESARIAL **"COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA".**

013.564.314-70, CNH 03282063216 expedida pelo DETRAN/PB, residente e domiciliado na cidade de João Pessoa/PB, Avenida Senador Ruy Carneiro, nº 777, Bairro Brisamar, CEP 58.032-100; e a sócia **MARIA EDUARDA TRIGUEIRO SANTANA DE MEDEIROS**, brasileira, solteira, empresária, natural de Sousa/PB, nascida em 20/09/2002, com a seguinte filiação, Pai

Francisco das Chagas Santana de Medeiros e Mãe Ilzani Trigueiro Tertuliano Medeiros, portadora da cédula de identidade nº 3.773.915 – 2ª Via, expedida pela SSDS/PB, do CPF nº **068.320.444-02**, residente e domiciliada na cidade de Sousa/PB, Rua Emílio Pires, nº 80, Bairro Centro, CEP 58.800-270.

Cláusula 3ª – Retira-se da sociedade o sócio **JOAQUIM FELIX NETO**, detentor de 628.800 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, correspondendo a R$ 628.800,00 (seiscentos e vinte e oito mil e oitocentos reais).

Cláusula 4ª – O sócio **JOAQUIM FELIX NETO** cede e transfere por venda, 314.400 (trezentas e quatorze mil e quatrocentas) quotas, pelo valor de R$ 314.400,00 (trezentos e catorze mil e quatrocentos reais), para **ROMA SANTANA DE MEDEIROS**, admitida neste ato, declarando haver recebido, em moeda corrente todos os seus direitos e haveres sob as quotas, outorgando plena e irrevogável quitação, para nada mais exigir em juízo ou fora dele.

Cláusula 5ª – O sócio **JOAQUIM FELIX NETO** cede e transfere por venda, 314.400 (trezentas e quatorze mil e quatrocentas) quotas, pelo valor de R$ 314.400,00 (trezentos e catorze mil e quatrocentos reais), para **EDUARDA SANTANA DE MEDEIROS**, admitida neste ato, declarando haver recebido, em moeda corrente todos os seus direitos e haveres sob as quotas, outorgando plena e irrevogável quitação, para nada mais exigir em juízo ou fora dele.

Cláusula 6ª – Em decorrência do falecimento do SÓCIO **FRANCISCO DAS CHAGAS SANTANA DE MEDEIROS,** as suas quotas, no total de 48.600 (quarenta e oito mil e seiscentas) pelo valor de R$ 48.600,00 (quarenta e oito mil e seiscentos reais) são transferidas neste ato, por herança aos herdeiros, da seguinte forma:

I- A viúva meeira **ILZANI TRIGUEIRO TERTULIANO MEDEIROS,** já qualificada e ora admitida na sociedade, recebe por herança **50%** das quotas, perfazendo um total de 24.300 (Vinte e quatro mil e trezentas) quotas no valor de R$ 24.300,00 (Vinte e quatro mil e trezentos reais);

Continua...

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

Continuação da DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA SOB O NOME EMPRESARIAL **"COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA".**

II- O herdeiro **FRANCISCO TERTULIANO MARTINS NETO,** já qualificado no preâmbulo e ora admitido na sociedade, recebe por herança **16,67%** das quotas, perfazendo um total de 8.100 (Oito mil e cem) quotas no valor de R$ 8.100,00 (Oito mil e cem reais);

III- O herdeiro **DALMAR TRIGUEIRO SANTANA DE MEDEIROS,** ora admitido na sociedade, recebe por herança **16,67%** das quotas, perfazendo um total de 8.100 (Oito mil e cem) quotas no valor de R$ 8.100,00 (Oito mil e cem reais);

IV- A herdeira **MARIA EDUARDA TRIGUEIRO SANTANA DE MEDEIROS,** ora admitida na sociedade, recebe por herança **16,66%** das quotas, perfazendo um total de 8.100 (Oito mil e cem) quotas no valor de R$ 8.100,00 (Oito mil e cem reais).

Cláusula 7ª - O espólio de **FRANCISCO DAS CHAGAS SANTANA DE MEDEIROS** é representado pelo inventariante **FRANCISCO TERTULIANO MARTINS NETO**, devidamente comprovado por documento judicial, que assina esta alteração contratual junto com os sócios remanescentes. O inventariante e os sócios dão entre si e à sociedade plena, rasa e integral quitação dos haveres sociais do sócio falecido, para nada mais reclamar, em tempo algum, de lucros, haveres ou outros créditos sociais.

Cláusula 8ª – Em decorrência do falecimento do SÓCIO **JOSÉ EDUARDO SANTANA DE MEDEIROS,** as suas quotas, no total de 48.600 (quarenta e oito mil e seiscentas) pelo valor de R$ 48.600,00 (quarenta e oito mil e seiscentos reais) são transferidas neste ato, por herança aos herdeiros, da seguinte forma:

I- A viúva meeira **SEMIRAMES DE PAULA SANTANA DE MEDEIROS,** já qualificada no preâmbulo, recebe por herança **50%** das quotas, perfazendo um total de 24.300 (Vinte e quatro mil e trezentas) quotas no valor de R$ 24.300,00 (Vinte e quatro mil e trezentos reais), e de comum acordo entre os demais sócios, cede e transfere por venda, a integralidade das suas quotas, sendo 12.150 (Doze mil cento e cinquenta) quotas no valor de R$ 12.150,00 (Doze mil cento e cinquenta reais) para a sócia ROMA SANTANA DE MEDEIROS,

Continua...

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

Continuação da DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA SOB O NOME EMPRESARIAL "**COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA**".

e 12.150 (Doze mil cento e cinquenta) quotas no valor de R$ 12.150,00 (Doze mil cento e cinquenta reais) para a sócia **EDUARDA SANTANA DE MEDEIROS**, declarando, neste ato, haver recebido, em moeda corrente todos os seus direitos e haveres sob as quotas herdadas, outorgando plena, geral e irrevogável quitação, para nada mais exigir em juízo ou fora dele.

II- A sócia **ROMA SANTANA DE MEDEIROS**, admitida neste ato, recebe por herança 25% das quotas que representa 12.150 (Doze mil cento e cinquenta) das quotas, no valor de R$ 12.150,00 (Doze mil cento e cinquenta reais), perfazendo um total de 24.300 (vinte e quatro mil e trezentas) das quotas disponíveis de seu pai, no valor de R$ 24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos reais);

III- A sócia **EDUARDA SANTANA DE MEDEIROS**, admitida neste ato, recebe por herança 12.150 (Doze mil cento e cinquenta) das quotas, no valor de R$ 12.150,00 (Doze mil cento e cinquenta reais), perfazendo um total de 24.300 (vinte e quatro mil e trezentas) das quotas disponíveis de seu pai, no valor de R$ 24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos reais).

Cláusula 9ª - O espólio de **JOSÉ EDUARDO SANTANA DE MEDEIROS** é representado pela inventariante SEMIRAMES DE PAULA SANTANA DE MEDEIROS, comprovado por documento judicial, que assina esta alteração contratual junto com os sócios remanescentes. A inventariante e os sócios dão entre si e à sociedade plena, rasa e integral quitação dos haveres sociais do sócio falecido, para nada mais reclamar, em tempo algum, de lucros, haveres ou outros créditos sociais.

Cláusula 10ª – O Capital Social, que é de R$ 726.000,00 (Setecentos e vinte e seis mil reais), representado por 726.000 (Setecentos e vinte e seis mil) quotas, no valor unitário de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, após a cessão e transferência de quotas, e da retirada e admissão de sócio, fica assim distribuído entre os sócios:

Continua...

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

Continuação da DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA SOB O NOME EMPRESARIAL **"COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA".**

Sócios	Participação	Quotas	Valor em R$
Roma Santana de Medeiros	46,65%	338.700	338.700,00
Eduarda Santana de Medeiros	46,65%	338.700	338.700,00
Ilzani Trigueiro Tertuliano Medeiros	3,34%	24.300	24.300,00
Francisco Tertuliano Martins Neto	1,12%	8.100	8.100,00
Dalmar Trigueiro Santana de Medeiros	1,12%	8.100	8.100,00
Maria Eduarda Trigueiro Santana de Medeiros	1,12%	8.100	8.100,00
Total	100%	726.000	726.000,00

§ 1º A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do Artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro aprovado pela Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

§ 2º As quotas são livremente transferíveis entre os sócios, e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios a quem ficam assegurados em igualdade de condições e preço o direito de preferência para a sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Cláusula 11ª – Deliberam os sócios destituírem a Sra **MARIA DO SOCORRO SANTANA DE MEDEIROS**, qualificada no preâmbulo, da administração da Sociedade.

Cláusula 12ª - A administração da sociedade passa a ser exercida pela sócia **ROMA SANTANA DE MEDEIROS**, que assinará de forma isolada, com os poderes e atribuições de administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios. (artigos 997, VI; 1.013. 1.015, 1064, CC/2002).

Continua...

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

Continuação da DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA SOB O NOME EMPRESARIAL **"COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA".**

Cláusula 13ª – A Administradora declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

Cláusula 14ª – Na hipótese de falecimento ou interdição da sócia administradora acima indicada, a sócia **EDUARDA SANTANA DE MEDEIROS** passará a ser administradora, com todos os poderes e atribuições de administrador.

Cláusula 15ª – O objeto social que antes era Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos – CNAE 4511-1/01, passa a partir deste ato a ser:

- Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos – CNAE 4511-1/01;
- Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados – CNAE 4511-1/02;
- Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores – CNAE 4520-0/01;
- Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores – CNAE 4520-0/02;
- Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores – CNAE 4520-0/07;
- Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores – CNAE 4530-7/03;
- Serviços de reboque de veículos – CNAE 5229-0/02;
- Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários – CNAE 7490-1/04.

Continua...

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

Continuação da DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA SOB O NOME EMPRESARIAL **"COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA".**

Cláusula 16ª - O objeto social da filial é o mesmo da Matriz, descrito na cláusula 15ª desta alteração.

Cláusula 17ª – A sede da empresa que funcionava na Cidade de Patos/PB à BR 230, KM - 323, S/N, CEP 58.706-500, passa a funcionar a partir deste ato na Cidade de Patos/PB à Rodovia BR 230, KM - 323, S/N, Bairro Sete Casas, CEP 58.705-275.

Cláusula 18ª – Todas as demais cláusulas contratuais que não colidirem com os termos desta alteração, permanecem em vigor.

Cláusula 19ª – Em face das modificações introduzidas pela Lei nº 10.406/2002, a sociedade **CONSOLIDA** o seu contrato social, mediantes as seguintes cláusulas:

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA SOB O NOME EMPRESARIAL **"COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA".**

CAPÍTULO I
DO NOME EMPRESARIAL, SEDE E FORO

Cláusula 1ª – A sociedade limitada atua sob o nome empresarial de **"COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA"**, com a sede da empresa na Cidade de Patos/PB à Rodovia BR 230, KM - 323, S/N, Bairro Sete Casas, CEP 58.705-275, tendo por foro o mesmo município e comarca de Patos, Estado da Paraíba, para qualquer ação fundada na presente consolidação.

Cláusula 2ª – A sociedade possui ainda uma filial com a sede da empresa na cidade de Caicó/RN, à Avenida Seridó, nº 720, Bairro Centro, CEP 59.300-000.

Continua...

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

Continuação da CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA SOB O NOME EMPRESARIAL **"COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA".**

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS E DURAÇÃO

Cláusula 3ª – O objeto social da Matriz:

- Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos – CNAE 4511-1/01;
- Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados – CNAE 4511-1/02;
- Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores – CNAE 4520-0/01;
- Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores – CNAE 4520-0/02;
- Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores – CNAE 4520-0/07;
- Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores – CNAE 4530-7/03;
- Serviços de reboque de veículos – CNAE 5229-0/02;
- Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários – CNAE 7490-1/04.

Cláusula 4ª - O objeto social da filial é o mesmo da Matriz, descrito na cláusula 3ª deste contrato.

Cláusula 5ª – A empresa iniciou suas atividades em 14/03/1986 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO III
DO CAPITAL SOCIAL

Continua...

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

Continuação da CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA SOB O NOME EMPRESARIAL **"COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA".**

Cláusula 6ª - O capital social é de R$ 726.000,00 (Setecentos e vinte e seis mil reais), representado por 726.000 (Setecentos e vinte e seis mil) quotas, no valor unitário de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, assim distribuído:

Sócios	Participação	Quotas	Valor em R$
Roma Santana de Medeiros	46,65%	338.700	338.700,00
Eduarda Santana de Medeiros	46,65%	338.700	338.700,00
Ilzani Trigueiro Tertuliano Medeiros	3,34%	24.300	24.300,00
Francisco Tertuliano Martins Neto	1,12%	8.100	8.100,00
Dalmar Trigueiro Santana de Medeiros	1,12%	8.100	8.100,00
Maria Eduarda Trigueiro Santana de Medeiros	1,12%	8.100	8.100,00
Total	100%	726.000	726.000,00

§ 1º A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do Artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro aprovado pela Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

§ 2º As quotas são livremente transferíveis entre os sócios, e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios a quem ficam assegurados em igualdade de condições e preço o direito de preferência para a sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CAPÍTULO IV
DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 7ª - A administração da sociedade é exercida pela sócia **ROMA SANTANA DE MEDEIROS** que assinará de forma isolada, com os poderes e atribuições de administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios. (artigos 997, VI; 1.013. 1.015, 1064, CC/2002).

Continua...

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

Continuação da CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA SOB O NOME EMPRESARIAL **"COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA".**

Cláusula 8ª - Compete a administradora:

a) a prática de quaisquer atos de administração e de gestão financeira, no interesse social;
b) a representação da sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante repartições ou entidades de direito público ou privado;
c) assegurar o pleno funcionamento da sociedade;
d) fazer cumprir as presentes disposições contratuais.

Cláusula 9ª - A Administradora declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

Cláusula 10ª – Na hipótese de falecimento ou interdição da sócia administradora acima indicada, a sócia **EDUARDA SANTANA DE MEDEIROS** passará a ser administradora, com todos os poderes e atribuições de administrador.

CAPÍTULO V
DA ABERTURA DE FILIAIS. PRÓ-LABORE

Cláusula 11ª - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinado por todos os sócios.

Cláusula 12ª - A título de pró-labore, os sócios somente poderão retirar para suas despesas particulares, até o teto máximo permitido pela legislação do Imposto de Renda.

CAPÍTULO VI
DO EXERCICIO SOCIAL

Continua...

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

Continuação da CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA SOB O NOME EMPRESARIAL **"COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA".**

Cláusula 13ª - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas. A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos (Art. 204 - Lei 6404/76).

Parágrafo Único - Poderão os sócios durante o decorrer do exercício social, levantar balanços e/ou balancetes parciais e seus resultados (tratando-se de lucros) poderão ser distribuídos aos sócios, proporcionalmente às suas quotas ou de forma convencionada entre os mesmos.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 14ª - Em caso de falecimento de sócio, este será representado na sociedade, para todos os efeitos legais, pela Inventariante até a partilha.

Parágrafo Único - Caso os herdeiros do sócio que falecer desejarem não continuar na sociedade, os haveres do "de cujus", serão pagos em doze parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas pelo índice aplicado às cadernetas de poupança, com base em um balanço patrimonial especial levantado na data do evento, e será admitido outro(a) sócio(a) a critério dos sócios remanescente.

Cláusula 15ª - Fica eleito o foro da comarca de Patos/PB, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados e na melhor forma do direito, assinam o presente instrumento.

Continua...

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

Continuação da CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA SOB O NOME EMPRESARIAL **"COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA".**

Patos/PB, 17 de Dezembro de 2021.

JOAQUIM FELIX NETO

MARIA DO SOCORRO SANTANA DE MEDEIROS

FRANCISCO DAS CHAGAS SANTANA DE MEDEIROS
Representado pelo Inventariante FRANCISCO TERTULIANO MARTINS NETO

JOSÉ EDUARDO SANTANA DE MEDEIROS
Representado pela Inventariante SEMIRAMES DE PAULA SANTANA DE MEDEIROS

ROMA SANTANA DE MEDEIROS

EDUARDA SANTANA DE MEDEIROS

SEMIRAMES DE PAULA SANTANA DE MEDEIROS

ILZANI TRIGUEIRO TERTULIANO MEDEIROS

Continua...

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

Continuação da CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA SOB O NOME EMPRESARIAL **"COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA".**

FRANCISCO TERTULIANO MARTINS NETO

DALMAR TRIGUEIRO SANTANA DE MEDEIROS

MARIA EDUARDA TRIGUEIRO SANTANA DE MEDEIROS

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
01356430406	FRANCISCO TERTULIANO MARTINS NETO
01356431470	DALMAR TRIGUEIRO SANTANA DE MEDEIROS
02075970491	JOAQUIM FELIX NETO
04619665495	ROMA SANTANA DE MEDEIROS
04619667439	EDUARDA SANTANA DE MEDEIROS
06418645405	FRANCISCO REGINALDO SARMENTO BISPO
06832044402	MARIA EDUARDA TRIGUEIRO SANTANA DE MEDEIROS
69058717453	MARIA DO SOCORRO SANTANA DE MEDEIROS
80550797491	SEMIRAMES DE PAULA SANTANA MEDEIROS
95105808487	ILZANI TRIGUEIRO TERTULIANO MEDEIROS

JUCEP DIGITAL

CERTIFICO O REGISTRO EM 03/01/2022 10:41 SOB Nº 20211999814.
PROTOCOLO: 211999814 DE 27/12/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12200004804. CNPJ DA SEDE: 10754828000199.
NIRE: 25200128648. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 17/12/2021.
COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA

MARIA DE FATIMA VENTURA VENANCIO
SECRETÁRIA-GERAL
www.redesim.pb.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

240

COPAUTO

DECLARAÇÃO DE IDONIEDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA-PB
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001/2025

A empresa **COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.754.828/0001-99, situada na Rua LOC BR 230 KM 323, s/n - Patos-PB**, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr (a)**FERNANDO EMMANUEL FRANÇA** portador (a) do **CPF: 982.099.904-97** e **RG: 1.766.070 SSP-PB 2ª VIA**. Declara não ter recebido do município de Patos-PB ou de qualquer outra entidade da administração direta ou indireta, em âmbito federal, estadual e municipal, suspensão temporária de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a administração, assim como não ter recebido declaração de inidoneidade e para licitar e ou contratar coma administração federal, estadual e municipal.

Patos-PB, 4 de fevereiro de 2025

gov.br Documento assinado digitalmente
FERNANDO EMMANUEL FRANCA
Data: 03/02/2025 14:35:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

FERNANDO EMMANUEL FRANÇA
RG: 1.766.070 SSP/PB 2ª VIA
CPF: 982.099.904-97

COPAUTO COM. PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA.
CNPJ: 10.754.828/0001-99 IE: 16.033.443-8
FONE: (83)3421-5005 LICITACAO@COPAUTO.COM.BR
BR 230 KM 323, S/N, SETE CASAS CEP 58705-275, PATOS-PB

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

241

COPAUTO

DECLARAÇÃO DE MENOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA-PB
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001/2025

A empresa **COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.754.828/0001-99, situada na Rua LOC BR 230 KM 323, s/n - Patos-PB**, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr (a)**FERNANDO EMMANUEL FRANÇA** portador (a) do **CPF: 982.099.904-97** e **RG: 1.766.070 SSP-PB 2ª VIA**. DECLARA, para fins do disposto inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

*Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz. Em qualquer trabalho. (*) Em caso afirmativo, assinalar a ressalva.

Patos-PB, 4 de fevereiro de 2025

gov.br Documento assinado digitalmente
FERNANDO EMMANUEL FRANCA
Data: 03/02/2025 14:34:40-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

FERNANDO EMMANUEL FRANÇA
RG: 1.766.070 SSP/PB 2ª VIA
CPF: 982.099.904-97

COPAUTO COM. PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA.
CNPJ: 10.754.828/0001-99 IE: 16.033.443-8
FONE: (83)3421-5005 LICITACAO@COPAUTO.COM.BR
BR 230 KM 323, S/N, SETE CASAS CEP 58705-275, PATOS-PB

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

242

COPAUTO

DECLARAÇÃO QUE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA-PB
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001/2025

A empresa **COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.754.828/0001-99, situada na Rua LOC BR 230 KM 323, s/n - Patos-PB,** por intermédio do seu representante legal o (a) Sr (a) **FERNANDO EMMANUEL FRANÇA** portador (a) do **CPF: 982.099.904-97** e **RG: 1.766.070 SSP-PB 2ª VIA.** Declara, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no processo licitatório, **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2025.**

Patos-PB, 4 de fevereiro de 2025

gov.br Documento assinado digitalmente
FERNANDO EMMANUEL FRANCA
Data: 03/02/2025 14:33:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

FERNANDO EMMANUEL FRANÇA
RG: 1.766.070 SSP/PB 2ª VIA
CPF: 982.099.904-97

COPAUTO COM. PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA.
CNPJ: 10.754.828/0001-99 IE: 16.033.443-8
FONE: (83)3421-5005 LICITACAO@COPAUTO.COM.BR
BR 230 KM 323, S/N, SETE CASAS CEP 58705-275, PATOS-PB

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

243

COPAUTO

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA-PB
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001/2025

A empresa **COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.754.828/0001-99, situada na Rua LOC BR 230 KM 323, s/n - Patos-PB**, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr (a) **FERNANDO EMMANUEL FRANÇA** portador(a) do **CPF: 982.099.904-97** e **RG: 1.766.070 SSP-PB 2ª VIA.** DECLARA, para fins do disposto do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2025, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2025 foi elaborada de maneira independente pelo licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta o indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2025, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2025 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2025, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2025 quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2025 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2025 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participação do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2025 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, discutido ou recebido de qualquer integrante da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA-PB** antes da abertura oficial das propostas; e

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Patos-PB, 4 de fevereiro de 2025

gov.br Documento assinado digitalmente
FERNANDO EMMANUEL FRANCA
Data: 03/02/2025 14:32:40-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

FERNANDO EMMANUEL FRANÇA
RG: 1.766.070 SSP/PB 2ª VIA
CPF: 982.099.904-97

COPAUTO COM. PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA.
CNPJ: 10.754.828/0001-99 IE: 16.033.443-8
FONE: (83)3421-5005 LICITACAO@COPAUTO.COM.BR
BR 230 KM 323, S/N, SETE CASAS CEP 58705-275, PATOS-PB

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

214

COPAUTO

DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA-PB
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001/2025

A empresa **COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.754.828/0001-99, situada na Rua LOC BR 230 KM 323, s/n - Patos-PB**, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr (a) **FERNANDO EMMANUEL FRANÇA** portador(a) do **CPF: 982.099.904-97** e **RG: 1.766.070 SSP-PB 2ª VIA.** Declara expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no edital acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no edital e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem previsto.
Declara, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da lei nº 8.666, de21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Patos-PB, 4 de fevereiro de 2025

gov.br Documento assinado digitalmente
FERNANDO EMMANUEL FRANCA
Data: 03/02/2025 14:30:57-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

FERNANDO EMMANUEL FRANÇA
RG: 1.766.070 SSP/PB 2ª VIA
CPF: 982.099.904-97

COPAUTO COM. PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA.
CNPJ: 10.754.828/0001-99 IE: 16.033.443-8
FONE: (83)3421-5005 LICITACAO@COPAUTO.COM.BR
BR 230 KM 323, S/N, SETE CASAS CEP 58705-275, PATOS-PB

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

245

COPAUTO

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA CONFORME ART 63, INC. IV DA LEI 14.133/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA-PB
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001/2025

A empresa **COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.754.828/0001-99, situada na Rua LOC BR 230 KM 323, s/n - Patos-PB,** por intermédio do seu representante legal o (a) Sr (a) **FERNANDO EMMANUEL FRANÇA** portador (a) do **CPF: 982.099.904-97** e **RG: 1.766.070 SSP-PB 2ª VIA.** DECLARA que cumpre as exigências e possui reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e previstas em lei e em outras normas específicas e atende às regras de acessibilidade previstas na legislação.

Patos-PB, 4 de fevereiro de 2025

gov.br Documento assinado digitalmente
FERNANDO EMMANUEL FRANCA
Data: 03/02/2025 14:29:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

FERNANDO EMMANUEL FRANÇA
RG: 1.766.070 SSP/PB 2ª VIA
CPF: 982.099.904-97

COPAUTO COM. PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA.
CNPJ: 10.754.828/0001-99 IE: 16.033.443-8
FONE: (83)3421-5005 LICITACAO@COPAUTO.COM.BR
BR 230 KM 323, S/N, SETE CASAS CEP 58705-275, PATOS-PB

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

246

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito

247



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

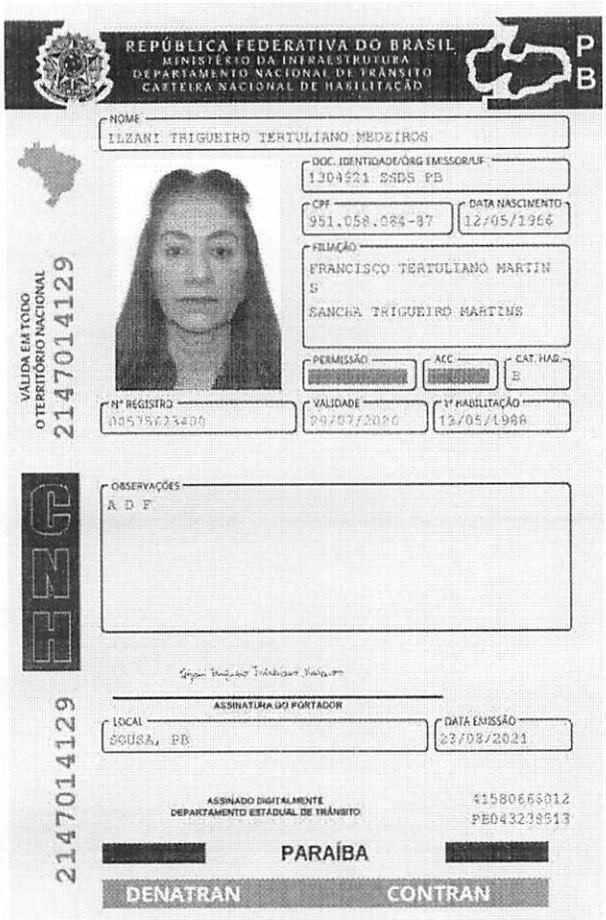
As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: < http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

248

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

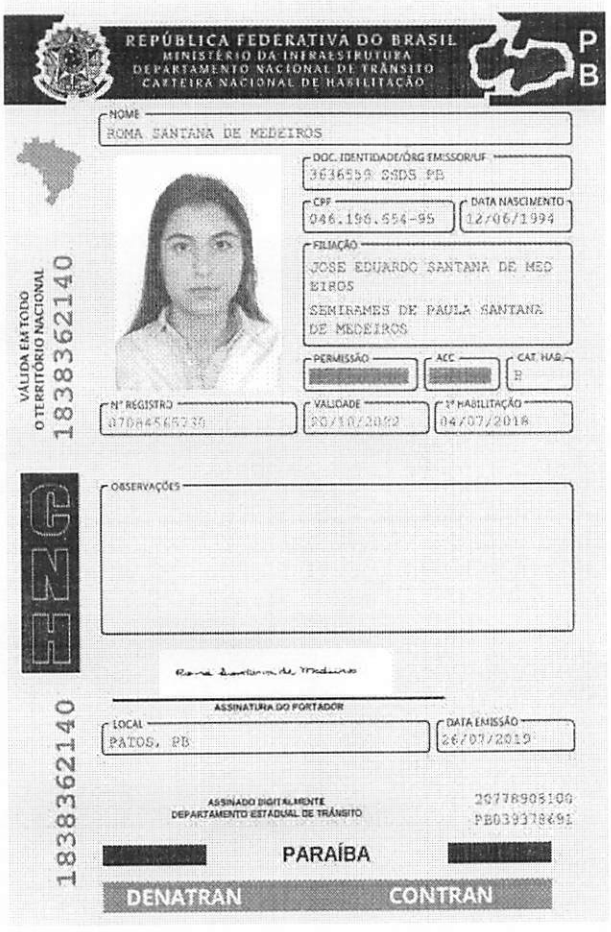
SERPRO / DENATRAN

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito

250



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

251







Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES
Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)
Telefone: (83) 3216-1440

CERTIDÃO NEGATIVA

FALÊNCIA / RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos de falência e recuperação ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 10.754.828/0001-99
Razão Social: COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA
Nome Fantasia: COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA

Certidão emitida às 19:32 de 28/01/2025.

Validade 30 dias

1. Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
2. O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
3. Esta certidão não tera validade para fins de instrução de processos judiciais, exceto ANTECEDENTES CRIMINAIS.
4. A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
5. A pesquisa foi realizada nos seguintes sistemas processuais: PJE1G.

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse **http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao** e insira o código de validação: **RANT.AvoH**. Você pode também ler o codigo QR apresentado no cabeçalho.

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

253

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER
CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS

FICHA DE INSCRIÇÃO DO CONTRIBUINTE

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	SITUAÇÃO	01/07/1986
16.033.443-8	ATIVO	

FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA

NOME FANTASIA

CNPJ/CPF	INSC. JUNTA COMERCIAL
10.754.828/0001-99	2520012864-8

LOGRADOURO	NÚMERO
ROD BR-230	S/N

COMPLEMENTO	BAIRRO
	SETE CASAS

MUNICÍPIO	CEP
PATOS	58705-275

ATIVIDADE ECONÔMICA

ICMS	DENOMINAÇÃO
4511-1/01	COMERCIO A VAREJO DE AUTOMOVEIS, CAMIONETAS E UTILITARIOS NOVOS
PRINCIPAL	**DENOMINAÇÃO**
4511-1/01	COMERCIO A VAREJO DE AUTOMOVEIS, CAMIONETAS E UTILITARIOS NOVOS
SECUNDÁRIO	**DENOMINAÇÃO**
4511-1/02	COMERCIO A VAREJO DE AUTOMOVEIS, CAMIONETAS E UTILITARIOS USADOS
4520-0/01	SERVICOS DE MANUTENCAO E REPARACAO MECANICA DE VEICULOS AUTOMOTORES
4520-0/02	SERVICOS DE LANTERNAGEM OU FUNILARIA E PINTURA DE VEICULOS AUTOMOTORES
4520-0/07	SERVICOS DE INSTALACAO, MANUTENCAO E REPARACAO DE ACESSORIOS PARA VEICULOS
4530-7/03	COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES
5229-0/02	SERVICOS DE REBOQUE DE VEICULOS
7490-1/04	ATIVIDADES DE INTERMEDIACAO E AGENCIAMENTO DE SERVICOS E NEGOCIOS EM GERAL, EXCETO

NATUREZA JURÍDICA	COD. NATUREZA JURÍDICA
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	2062

TIPO DE ESTABELECIMENTO
MATRIZ

TIPO DE UNIDADE
UNIDADE PRODUTIVA

FORMA DE ATUAÇÃO
ESTABELECIMENTO FIXO

REGIME DE APURAÇÃO	INÍCIO DE ATIVIDADE
NORMAL	01/07/1986

QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES	CARGO
DALMAR TRIGUEIRO SANTANA DE MEDEIROS	SÓCIO
EDUARDA SANTANA DE MEDEIROS	SÓCIO
FRANCISCO TERTULIANO MARTINS NETO	SÓCIO
ILZANI TRIGUEIRO TERTULIANO MEDEIROS	SÓCIO
MARIA EDUARDA TRIGUEIRO SANTANA DE MEDEIROS	SÓCIO
ROMA SANTANA DE MEDEIROS	SÓCIO-ADMINISTRADOR

REPARTIÇÃO FISCAL	VALIDADE
CENTRO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DA GR4 DA DIRETORIA	29/07/2025

CONTROLE	DATA DE EMISSÃO
202501290855227866	29/01/2025 08:55:22

AFIXAR EM LOCAL VISÍVEL

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

954

COPAUTO
Comércio Patoense de Automotores Ltda.
CNPJ: 10.754.828/0001 Insc. Est.: 16.033.443-8
Tel: (83) 3421-5005 Fax: (83) 3421-3711
Rodovia BR-230 - KM 323 CEP: 58706-500 - Patos/PB
www.copauto.com.br copauto@copauto.com.br

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de procuração, Eu, **ROMA SANTANA DE MEDEIROS** Brasileira, Empresária, Solteira, residente e domiciliada na Av. Barão do Rio Branco, 676 Aptº 802 – 8 andar portadora do **RG: 3.636.559 SSDS/PB – 2º via** e **CPF: 046.196.654-95,** pelo presente, designamos o Sr.(a) **FERNANDO EMMANUEL FRANÇA,** Brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Lamarco Cordeiro da Silva, 287 – Bairro Jardim Magnólia em Patos-PB, portador(a) do **CPF: 982.099.904-97** e **RG: 1.766.070 SSP-PB 2ª VIA**, a representar o **COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA CNPJ: 10.754.828/0001-99** Rua Loc BR 230 323, s/n, CEP: 58.701-630 - Patos-PB nos processos licitatórios em âmbito **FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL** nas modalidades **(PREGÃO PRESENCIAL, PREGÃO ELETRÔNICOS, TOMADA DE PREÇOS, CONCORRÊNCIA E CARTA CONVITE)** e em qualquer outra esfera, tendo poderes de participar de todos os atos alusivos, todas as etapas , podendo rubricar e assinar proposta de preços, declarações e documentos de habilitação, até o julgamento final das propostas e especialmente para a interposição ou desistência de recursos contra os atos praticados e ainda oferecer lances verbais, negociar preços, rubricar documentos, assinar atas e contratos, recorrer de decisões, afim de praticar todo e qualquer ato referente a licitação nas conformidades da lei e inerentes à referida licitação, por tempo indeterminado.
Para maior clareza e fins de direito, firmo o presente

Patos-PB, 12 de janeiro de 2022

Roma Santana de Medeiros

ROMA SANTANA DE MEDEIROS
SÓCIA/ADMINITRADORA

DINAMÉRICO WANDERLEY - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL - 2º OFÍCIO DE NOTAS
Fone: (83) 3421-2735
Fax: (83) 3421-6020
Patos - PB

Reconheço, por semelhança, a(s) Firma(s) de:
ROMA SANTANA DE MEDEIROS
Em test.da verdade. Patos-PB 13/01/2022 16:14:24
ZUETANIA MEDEIROS DE LUCENA - Escrevente Substituta
(2022-000890)EMOL:R$ 11,28 FAMPEN:R$ 0,34 FERP:R$ [illegible] ISS:R$ [illegible]
SELO DIGITAL: AMN55312-JCO9
Confira a autenticidade em https://selodigital.tjpb.jus.br

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/11704090222568075035 6

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 11704090222568075035 6-1
Data: 09/02/2022 14:28:11
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMN15707-Q2D8;

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
CNJ: 06.870-6
Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular
TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Venancio Luiz Gomes Fernandes, em quarta-feira, 9 de fevereiro de 2022 14:29:01 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

255

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA assumiu, nos termos do artigo 8°, §1°, do Decreto n° 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3°, inciso X, da Lei Federal n° 13.874/2019 e o artigo 2°-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7°, da Lei Federal n° 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **09/02/2022 15:47:41 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é valida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

[1]**Código de Autenticação Digital:** 117040902225680750356-1
[2]**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b7a9418ede3a4459bc8de108e14f22aa8a1e2dc6d6c2ec24741907e38b7ec6b5d183364f25ae28d8b7444a1e4a603a4296e67691b60ed3e4a55935261314dd534

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

ICP Brasil

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

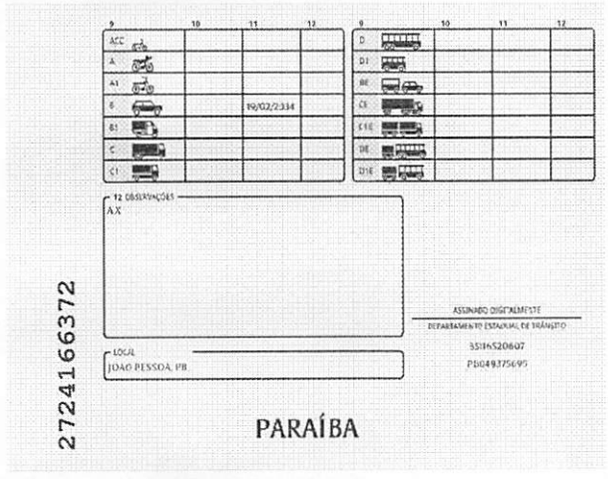
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO - SENATRAN

gov.br


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME: FERNANDO EMMANUEL FRANCA
1ª HABILITAÇÃO: 11/02/1994
3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 11/11/1975, PATOS, PB
4a DATA EMISSÃO: 19/02/2024
4b VALIDADE: 19/02/2034
ACC:
D
4d DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF: 1766070 SSP PB
4d CPF: 982.099.904-97
5 Nº REGISTRO: 00828883052
9 CAT. HAB.: B
NACIONALIDADE: BRASILEIRO
FILIAÇÃO: MARIA DO DESTERRO FRANCA
7 ASSINATURA DO PORTADOR
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2724166372


9 | 10 | 11 | 12
ACC
A
A1
B — 19/02/2334
B1
C
C1
D
D1
BE
CE
DE
DE
12 OBSERVAÇÕES: AX
ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
LOCAL: JOAO PESSOA, PB
2724166372
PARAÍBA


I<BRA0082888830<520<<<<<<<<<<<<
7511116M3402199BRA<<<<<<<<<<<8
FERNANDO<<EMMANUEL<FRANCA<<<<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

257

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA**

CPF/CNPJ: **10.754.828/0001-99**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 19:41:03 do dia 28/01/2025 , com validade até o dia 27/02/2025.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: Smk2MAZUQcVUm6lsP4Be

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

177

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

258

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 28/01/2025 19:37:43

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA**
CNPJ: **10.754.828/0001-99**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (28/01/2025 às 19:38) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 10.754.828/0001-99.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6799.5C68.C1E3.C912 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

260

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **ROMA SANTANA DE MEDEIROS**

CPF/CNPJ: **046.196.654-95**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 19:40:32 do dia 28/01/2025 , com validade até o dia 27/02/2025.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: yLhXnTXGQuNOrEzcKSpz

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (28/01/2025 às 19:39) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 046.196.654-95.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6799.5CB8.3293.F992 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

Documentos exigidos para habilitação do(s) lic... Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: DB9E.ADCB.DA50.86AD.BD48.81C4.8E8E.5087.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

As contratações devem ser precedidas de Estudos Técnicos Preliminares (ETP's), atendendo ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

1- INFORMAÇÕES BÁSICAS

Área Requisitante: Secretaria Municipal de Saúde

Secretário: **ANTÔNIO LEITE DE ARAÚJO NETO.**

2- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

A contratação acima descrita está sendo solicitada, nos termos das especificações técnicas e informações complementares que a acompanham, motivada pela necessidade da devida efetivação do fornecimento do produto para suprir demanda específica, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

3- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos mínimos necessários e suficientes à escolha para a contratação, deve atender as exigências constantes no Termo de Referência do Processo, além disso, as descrições dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (Inciso III do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Estudo Técnico Preliminar. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: D970.BE54.AAA1.40A5.495F.366A.3427.640B.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

4- LEVANTAMENTO DO MERCADO

O levantamento de Mercado da devida contratação foi feito junto ao banco de preços no site do Porta de Compras Públicas (https://www.portaldecompraspublicas.com.br/) e/ou sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo e/ou fornecedor do ramo pertinente, com os valores referentes a aquisição dos produtos constante na planilha de especificações, bem como, em conformidade com o Art. 23, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

5- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A Solução passível de atender a demanda, foi adotar a solicitação da abertura de um processo licitatório via pregão eletrônico, por se tratar o produto a ser adquirido de um bem de natureza comum, garantindo com o procedimento uma irrestrita e ampla participação, com o objetivo de se obter um preço mais vantajoso para administração.

Considerando as características e especificações dos produtos, e os valores estimados, conclui-se que a opção mais vantajosa e adequada é a abertura de um processo licitatório para aquisição de **VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA**, devido a sua grande necessidade, pois entende-se que a aquisição, objeto deste pedido, torna-se imprescindível para manutenção das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Salienta-se que esta solução tem sido utilizada no último pleito e tem se mostrado eficiente e eficaz no atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia-PB, até o momento, mas cabível de analise, mesmo não se observando outra solução mais vantajosa no mercado.

6- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A relação dos itens licitados e seus respectivos quantitativos foi devidamente definido mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente

Estudo Técnico Preliminar. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: D970.BE54.AAA1.40A5.495F.366A.3427.640B.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

7- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Na fase preliminar, foram coletadas junto ao Banco de Preços do Portal de Compras Públicas (https://www.portaldecompraspublicas.com.br/) e/ou sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo e/ou fornecedor do ramo pertinente, pesquisa de preço de mercado (orçamento estimando), para que o Pregoeiro possa utilizar como preço de referência no momento da sessão de julgamento, em conformidade com o Art. 23, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021

O valor estimado foi obtido com base no preço médio e/ou menor, chegando – se ao valor unitário por item conforme, descrito abaixo:

Item	DESCRIÇÃO	UND	Quant	P.UNIT	Total
1	VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, FURGÃO TODO EM CHAPA DE AÇO ORIGINAL DE FÁBRICA,0 (ZERO) KM, VENDIDO POR UMA CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PELO FABRICANTE OU PELO PRÓPRIO FABRICANTE; ANO/MODELO MÍNIMOS: 2024/2024; MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.4 (LITROS); POTENCIA MÍNIMA: 84 CV OU SUPERIOR (GÁS.) 86 CV OU SUPERIOR (ALC); COMBUSTÍVEL: FLEX; QUANTIDADE MÍNIMA DE 03 (PORTAS), SENDO 02 (DUAS) PORTAS DIANTEIRAS E UMA TRASEIRA TIPO FOLHA; PNEUS 175/70 R14; SOM; AR CONDICIONADO (DIANTEIRO E TRASEIRO); DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR; VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS, TRAVAS ELÉTRICAS; CÂMBIO COM 05 MARCHAS A FRENTE A UMA RÉ; DIVISÓRIA ENTRE A CABINE DO MOTORISTA E O COMPARTIMENTO DO PACIENTE; PINTURA SÓLIDA; COR: BRANCA; CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS INCLUINDO O MOTORISTA; CAPACIDADE MÍNIMA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL 55 LITROS; CAPACIDADE MÍNIMA	UND	01	R$ 138.125,00	R$ 138.125,00

Estudo Técnico Preliminar. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: D970.BE54.AAA1.40A5.495F.366A.3427.640B.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

	DE CARGA DE: 650,0 KG; GARANTIA DE 12(DOZE) MESES, OFERTADO PELO FABRICANTE; COM TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DA TRANSFORMAÇÃO: AMBULÂNCIA TIPO A SIMPLES REMOÇÃO TIPO FURGONETA (ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA VEÍCULO TIPO FURGONETA C/ CARROCERIA EM AÇO OU MONOBLOCO E ORIGINAL DE FÁBRICA, 0 KM, AIRBAG P/ OS OCUPANTES DA CABINE, FREIO C/ (A.B.S.) NAS 4 RODAS, MODELO DO ANO DA CONTRATAÇÃO OU DO ANO POSTERIOR, ADAPTADO P/ AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO. MOTOR DIANTEIRO: 4 CILINDROS; COMBUSTÍVEL = FLEX; POTÊNCIA MÍNIMA DE 84 CV;TANQUE DE COMBUSTÍVEL: CAPAC. MÍNIMA = 55 L. FREIOS E SUSPENSÃO. EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA: PORTAS EM CHAPA, C/ REVESTIMENTO INTERNO EM POLIESTIRENO, C/ FECHOS INTERNO E EXTERNO, RESISTENTES E DE ABERTURAS DE FÁCIL ACIONAMENTO. ALTURA INTERNA DO VEÍCULO DEVE SER ORIGINAL DE FÁBRICA. O PNEU ESTEPE NÃO DEVE SER ACONDICIONADO NO SALÃO DE ATENDIMENTO. SIST. ELÉTRICO:ORIGINAL DO VEÍCULO, C/ MONTAGEM DE BATERIA DE NO MÍN 60 AH DO TIPO SEM MANUTENÇÃO, 12 VOLTS. O SIST. ELÉTRICO DIMENSIONADO P/ O EMPREGO SIMULTÂNEO DE TODOS OS				
					R$ 138.125,00

8- JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O parcelamento quanto ao pagamento, que será efetuado pelo fato do fornecimento dos produtos se dar de forma parcelada, dando – se o pagamento com os recursos do orçamento do Município de Cacimba de Areia - PB, com previsão orçamentária no Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD) para o Orçamento do exercício de 2025.

185

Estudo Técnico Preliminar. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: D970.BE54.AAA1.40A5.495F.366A.3427.640B.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

9 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

10- ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O Modelo de contratação está alinhado com os Recursos Orçamentário do Município de Cacimba de Areia - PB e o Planejamento de Contratação do Quadro de Detalhamento de despesas (QDD) do exercício de 2025, de acordo com a Rubrica: : 02.040 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE- 10 301 1007 1005 AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - SUS- **ELEMENTO DE DESPESA** – 4490.52 99 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

11 – RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a adoção da solução de contratação pretende – se a aquisição de combustível, devido a sua grande necessidade, pois entende-se que a aquisição, objeto deste pedido, torna-se imprescindível para manutenção das atividades desenvolvidas por todas as secretarias municipais, conforme preceitua a legislação vigente.

12- PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não se verifica a necessidade de providências específicas a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, nem quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

13- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

Será recomendado a(s) empresas CONTRATADA(S), conforme previsão neste instrumento, que a mesma deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução do Contrato, em caso de necessidade.

Estudo Técnico Preliminar. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: D970.BE54.AAA1.40A5.495F.366A.3427.640B.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novos Conquistas

14- DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita no item 5 (cinco), mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, o posicionamento é favorável pela viabilidade da **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024.**

15- ANEXOS

Os anexos ou outros documentos necessários ou complementarespara a composição final do documento, estão apresentados ao final deste documento.

16- RESPONSÁVEIS

Responsáveis	Função
ANTÔNIO LEITE DE ARAÚJO NETO	Secretário de Saúde

ANTÔNIO LEITE DE ARAÚJO NETO
Secretário de Saúde

Estudo Técnico Preliminar. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: D970.BE54.AAA1.40A5.495F.366A.3427.640B.

05

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE OU TÉCNICA E DO RESPONSÁVEL

SECRETARIA REQUISITANTE:	Secretaria de Saúde
RESPONSÁVEL:	**ANTÔNIO LEITE DE ARAÚJO NETO**
FUNÇÃO	**Secretário de Saúde**

2 – DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO

O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste pedido.

3 – JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação acima descrita está sendo solicitada, nos termos das especificações técnicas e informações complementares que a acompanham, motivada pela necessidade da devida efetivação do fornecimento do produto para suprir demanda específica, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

4 – QUANTIDADE A SER CONTRATADA – MATERIAIS/SERVIÇOS

Formalização de demanda. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: C7E5.E26A.0428.A47A.1412.2500.CE89.97C1.

06

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

Item	DESCRIÇÃO	UND	Quant	P.UNIT	Total
1	VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, FURGÃO TODO EM CHAPA DE AÇO ORIGINAL DE FÁBRICA,0 (ZERO) KM, VENDIDO POR UMA CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PELO FABRICANTE OU PELO PRÓPRIO FABRICANTE; ANO/MODELO MÍNIMOS: 2024/2024; MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.4 (LITROS); POTENCIA MÍNIMA: 84 CV OU SUPERIOR (GÁS.) 86 CV OU SUPERIOR (ALC); COMBUSTÍVEL: FLEX; QUANTIDADE MÍNIMA DE 03 (PORTAS), SENDO 02 (DUAS) PORTAS DIANTEIRAS E UMA TRASEIRA TIPO FOLHA; PNEUS 175/70 R14; SOM; AR CONDICIONADO (DIANTEIRO E TRASEIRO); DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR; VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS, TRAVAS ELÉTRICAS; CÂMBIO COM 05 MARCHAS A FRENTE A UMA RÉ; DIVISÓRIA ENTRE A CABINE DO MOTORISTA E O COMPARTIMENTO DO PACIENTE; PINTURA SÓLIDA; COR: BRANCA; CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS INCLUINDO O MOTORISTA; CAPACIDADE MÍNIMA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL 55 LITROS; CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE: 650,0 KG; GARANTIA DE 12(DOZE) MESES, OFERTADO PELO FABRICANTE; COM TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DA TRANSFORMAÇÃO: AMBULÂNCIA TIPO A SIMPLES REMOÇÃO TIPO FURGONETA (ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA VEÍCULO TIPO FURGONETA C/ CARROCERIA EM AÇO OU MONOBLOCO E ORIGINAL DE FÁBRICA, 0 KM, AIRBAG P/ OS OCUPANTES DA CABINE, FREIO C/ (A.B.S.) NAS 4 RODAS, MODELO DO ANO DA CONTRATAÇÃO OU DO ANO POSTERIOR, ADAPTADO P/	UND	01	R$ 138.125,00	R$ 138.125,00

Formalização de demanda. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: C7E5.E26A.0428.A47A.1412.2500.CE89.97C1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

	AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO. MOTOR DIANTEIRO: 4 CILINDROS; COMBUSTÍVEL = FLEX; POTÊNCIA MÍNIMA DE 84 CV;TANQUE DE COMBUSTÍVEL: CAPAC. MÍNIMA = 55 L. FREIOS E SUSPENSÃO. EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA: PORTAS EM CHAPA, C/ REVESTIMENTO INTERNO EM POLIESTIRENO, C/ FECHOS INTERNO E EXTERNO, RESISTENTES E DE ABERTURAS DE FÁCIL ACIONAMENTO. ALTURA INTERNA DO VEÍCULO DEVE SER ORIGINAL DE FÁBRICA. O PNEU ESTEPE NÃO DEVE SER ACONDICIONADO NO SALÃO DE ATENDIMENTO. SIST. ELÉTRICO:ORIGINAL DO VEÍCULO, C/ MONTAGEM DE BATERIA DE NO MÍN 60 AH DO TIPO SEM MANUTENÇÃO, 12 VOLTS. O SIST. ELÉTRICO DIMENSIONADO P/ O EMPREGO SIMULTÂNEO DE TODOS OS				
					R$ 138.125,00

5 – ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa será conforme o relatório de estimativa do valor, após a cotação realizada pelo setor responsável.

6 – INDICAÇÃO DA DATA PRETENDIDA PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO

Espera-se concluir o procedimento para contratação até 10/02/2025.

7 – ENCAMINHAMENTO DO PEDIDO

Formalização de demanda. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: C7E5.E26A.0428.A47A.1412.2500.CE89.97C1.

08

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

Antes as exposições e tendo em vista os princípios da economicidade e da isonomia, para a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES, PROGRAMAS E ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE CACIMBAS - PB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas, e a devida comprovação da vantajosidade, sendo essas, portanto, condições indispensáveis para a legalidade da contratação, encaminhamos a presente demanda, após a realização de estudo sobre a viabilidade da contratação e demais procedimentos legais, para deliberação da autoridade competente.

Cacimba de Areia - PB, 20 de janeiro de 2025.

ANTÔNIO LEITE DE ARAÚJO NETO
Secretário de Saúde

Formalização de demanda. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: C7E5.E26A.0428.A47A.1412.2500.CE89.97C1.

32

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

DESPACHO DO SETOR DE CONTABILIDADE

Do: **Setor de Contabilidade**
Para: **Gabinete do Prefeito**

Em atenção à solicitação de Vossa Senhoria, informamos a existência de previsão de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes dos gastos com a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024**, nos termos das Lei n.º 14.133/2021, sendo que o pagamento será efetuado através da **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** : 02.040 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE- 10 301 1007 1005 AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - SUS- **ELEMENTO DE DESPESA** – 4490.52 99 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

Cacimba de Areia - PB, 20 de janeiro de 2025.

RADSON DOS SANTOS LEITE
Contador

Orçamento estimado da contratação. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 4B4E.7B5C.3CC8.72E1.DC2B.CE59.219D.A04C.

487/2004. 526/2007. 554/2008, 630/2012 e suas alterações, 631/2012, 431/2001 e suas alterações.

Considerando que foi realizado um processo seletivo para ocupação do cargo de Gestor Escolar nas escolas do Município de Bonito de Santa Fé – PB no ano de 2023, conforme Edital 001/2023, cujo resultado fora publicado no dia 25 de setembro de 2023.

Considerando que o Sr. João Paulo Cezário de Arruda é servidor cedido pelo Município de Mauriti – CE, e que o Sr. João Paulo Cezário de Arruda foi aprovado no processo seletivo acima citado que estava exercendo o cargo em confiança de Diretor Escolar na Esc. Muni. de 1º Grau Prof. João Nery, sendo que a obrigação de seus vencimentos é deste Município de Bonito de Santa Fé – PB.

Considerando o segundo termo aditivo de prorrogação da cessão de servidor expedido pela Prefeitura Municipal de Mauriti-CE.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Senhor **JOÃO PAULO CEZÁRIO DE ARRUDA**, para exercer o cargo em confiança de **Diretor Escolar na Esc. Mun. de 1º Grau Prof. João Nery**, lotando-a na Secretaria da Educação Municipal, devendo servir-lhe de título a presente portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, seus efeitos retroagem ao dia 02 de janeiro de 2025.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Prefeito Constitucional do Município de Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba/PB, em 14 de janeiro de 2025.

ANTONIO LUCENA FILHO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Antonio Furtado de Figueiredo Neto
Código Identificador:6339BFD8

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DOS SANTOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DOS SANTOS

AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DV00001/2025

A Prefeitura Municipal de Brejo dos Santos manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contração direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, que objetiva: AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES, DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE BREJO DOS SANTOS– PB. O interessado poderá obter o respectivo Termo de Referência com a especificação do objeto pretendido junto ao Setor de Contratação, sediado na Rua Benevides Teodomiro de Sousa, SN - Populares - Brejo dos Santos - PB, ou acessando: cplbrejodossantos@gmail.com. O referido órgão de contratação estará recebendo as propostas até o dia 17 de Janeiro de 2025, nos horário e endereço abaixo indicados, e que poderão ser encaminhadas também pelo e-mail: cplbrejodossantos@gmail.com. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.

Brejo dos Santos - PB, 13 de Janeiro de 2025

LEONARDO DA COSTA FREITAS -
Agente de Contratação

Publicado por:
Alfredo de Oliveira Neto
Código Identificador:EFED00DE

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 006/2025

PORTARIA Nº 0006/2025

Nomeia Agente de Contratação, Pregoeiro e equipe de apoio para conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE CACIMBA DE AREIA, Estado da Paraíba, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas.

R E S O L V E: Art. 1º Nomeia-se a servidora **JOSÉ FABIO FERREIRA DA NOBREGA**, para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO e de PREGOEIRO do Município de CACIMBA DE AREIA, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.
Parágrafo único. Somente em licitações na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame é designado pregoeiro.

Art. 2º Nomeia-se os servidores **DAGMAR LIMA DE SOUZA e WILLAME DE FRANÇA ALMEIDA,** para exercerem a função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão o Agente de Contratação e o Pregoeiro no desempenho de suas atribuições.

Art. 3º Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação e do Pregoeiro a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

§ 1º O Agente de Contratação ou o Pregoeiro convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

§ 2º O Agente de Contratação ou o Pregoeiro convocará servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 4º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CACIMBA DE ARREIA – PB, 06 de janeiro de 2025.

HEITOR CARNEIRO CAMPOS
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Willame de França Almeida
Código Identificador:A83C72A8

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

Portaria do Agente de Contratação. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 151C.FD87.02C4.17FF.3ED7.DD7E.F6CC.351B.

32

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

DESPACHO DO SETOR DE CONTABILIDADE

Do: **Setor de Contabilidade**
Para: **Gabinete do Prefeito**

Em atenção à solicitação de Vossa Senhoria, informamos a existência de previsão de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes dos gastos com a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024**, nos termos das Lei n.º 14.133/2021, sendo que o pagamento será efetuado através da **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** : 02.040 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE- 10 301 1007 1005 AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - SUS- **ELEMENTO DE DESPESA** – 4490.52 99 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

Cacimba de Areia - PB, 20 de janeiro de 2025.

RADSON DOS SANTOS LEITE
Contador

Previsão Orçamentária. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 4B4E.7B5C.3CC8.72E1.DC2B.CE59.219D.A04C.

487/2004. 526/2007. 554/2008, 630/2012 e suas alterações, 631/2012, 431/2001 e suas alterações.

Considerando que foi realizado um processo seletivo para ocupação do cargo de Gestor Escolar nas escolas do Município de Bonito de Santa Fé – PB no ano de 2023, conforme Edital 001/2023, cujo resultado fora publicado no dia 25 de setembro de 2023.

Considerando que o Sr. João Paulo Cezário de Arruda é servidor cedido pelo Município de Mauriti – CE, e que o Sr. João Paulo Cezário de Arruda foi aprovado no processo seletivo acima citado que estava exercendo o cargo em confiança de Diretor Escolar na Esc. Muni. de 1º Grau Prof. João Nery, sendo que a obrigação de seus vencimentos é deste Município de Bonito de Santa Fé – PB.

Considerando o segundo termo aditivo de prorrogação da cessão de servidor expedido pela Prefeitura Municipal de Mauriti-CE.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Senhor **JOÃO PAULO CEZÁRIO DE ARRUDA**, para exercer o cargo em confiança de **Diretor Escolar na Esc. Mun. de 1º Grau Prof. João Nery**, lotando-a na Secretaria da Educação Municipal, devendo servir-lhe de título a presente portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, seus efeitos retroagem ao dia 02 de janeiro de 2025.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Prefeito Constitucional do Município de Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba/PB, em 14 de janeiro de 2025.

ANTONIO LUCENA FILHO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Antonio Furtado de Figueiredo Neto
Código Identificador:6339BFD8

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DOS SANTOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DOS SANTOS

AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DV00001/2025

A Prefeitura Municipal de Brejo dos Santos manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contração direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, que objetiva: AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES, DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE BREJO DOS SANTOS– PB. O interessado poderá obter o respectivo Termo de Referência com a especificação do objeto pretendido junto ao Setor de Contratação, sediado na Rua Benevides Teodomiro de Sousa, SN - Populares - Brejo dos Santos - PB, ou acessando: cplbrejodossantos@gmail.com. O referido órgão de contratação estará recebendo as propostas até o dia 17 de Janeiro de 2025, nos horário e endereço abaixo indicados, e que poderão ser encaminhadas também pelo e-mail: cplbrejodossantos@gmail.com. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.

Brejo dos Santos - PB, 13 de Janeiro de 2025

LEONARDO DA COSTA FREITAS -
Agente de Contratação

Publicado por:
Alfredo de Oliveira Neto
Código Identificador:EFED00DE

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 006/2025

PORTARIA Nº 0006/2025

Nomeia Agente de Contratação, Pregoeiro e equipe de apoio para conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE CACIMBA DE AREIA, Estado da Paraíba, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas.

R E S O L V E: Art. 1º Nomeia-se a servidora **JOSÉ FABIO FERREIRA DA NOBREGA**, para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO e de PREGOEIRO do Município de CACIMBA DE AREIA, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.
Parágrafo único. Somente em licitações na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame é designado pregoeiro.

Art. 2º Nomeia-se os servidores **DAGMAR LIMA DE SOUZA e WILLAME DE FRANÇA ALMEIDA,** para exercerem a função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão o Agente de Contratação e o Pregoeiro no desempenho de suas atribuições.

Art. 3º Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação e do Pregoeiro a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

§ 1º O Agente de Contratação ou o Pregoeiro convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

§ 2º O Agente de Contratação ou o Pregoeiro convocará servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 4º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CACIMBA DE ARREIA – PB, 06 de janeiro de 2025.

HEITOR CARNEIRO CAMPOS
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Willame de França Almeida
Código Identificador:A83C72A8

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

Publicidade do edital. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 151C.FD87.02C4.17FF.3ED7.DD7E.F6CC.351B.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

09

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E PRAZO DO CONTRATO.

1.1. Constitui objeto do presente a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024, conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	DESCRIÇÃO	UND	Quant	P.UNIT	Total
1	VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, FURGÃO TODO EM CHAPA DE AÇO ORIGINAL DE FÁBRICA,0 (ZERO) KM, VENDIDO POR UMA CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PELO FABRICANTE OU PELO PRÓPRIO FABRICANTE; ANO/MODELO MÍNIMOS: 2024/2024; MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.4 (LITROS); POTENCIA MÍNIMA:.84 CV OU SUPERIOR (GÁS.) 86 CV OU SUPERIOR (ALC); COMBUSTÍVEL: FLEX; QUANTIDADE MÍNIMA DE 03 (PORTAS), SENDO 02 (DUAS) PORTAS DIANTEIRAS E UMA TRASEIRA TIPO FOLHA; PNEUS 175/70 R14; SOM; AR CONDICIONADO (DIANTEIRO E TRASEIRO); DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR; VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS, TRAVAS ELÉTRICAS; CÂMBIO COM 05 MARCHAS A FRENTE A UMA RÉ; . DIVISÓRIA ENTRE A CABINE DO MOTORISTA E O COMPARTIMENTO DO PACIENTE; PINTURA SÓLIDA; COR: BRANCA; CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS INCLUINDO O MOTORISTA; CAPACIDADE MÍNIMA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL 55 LITROS; CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE: 650,0 KG; GARANTIA DE 12(DOZE) MESES, OFERTADO PELO FABRICANTE; COM TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DA TRANSFORMAÇÃO: AMBULÂNCIA TIPO A SIMPLES REMOÇÃO TIPO FURGONETA (ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA VEÍCULO TIPO FURGONETA C/ CARROCERIA EM AÇO OU MONOBLOCO E ORIGINAL DE FÁBRICA, 0 KM, AIRBAG P/ OS OCUPANTES DA CABINE, FREIO C/ (A.B.S.) NAS 4 RODAS, MODELO DO ANO DA CONTRATAÇÃO OU DO ANO POSTERIOR, ADAPTADO P/ AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO. MOTOR DIANTEIRO: 4 CILINDROS;	UND	01	R$ 138.125,00	R$ 138.125,00

Termo de Referência. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 0F72.05D8.C950.2060.0BFF.BA31.86C5.0B92.

10

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

	COMBUSTÍVEL = FLEX; POTÊNCIA MÍNIMA DE 84 CV;TANQUE DE COMBUSTÍVEL: CAPAC. MÍNIMA = 55 L. FREIOS E SUSPENSÃO. EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA: PORTAS EM CHAPA, C/ REVESTIMENTO INTERNO EM POLIESTIRENO, C/ FECHOS INTERNO E EXTERNO, RESISTENTES E DE ABERTURAS DE FÁCIL ACIONAMENTO. ALTURA INTERNA DO VEÍCULO DEVE SER ORIGINAL DE FÁBRICA. O PNEU ESTEPE NÃO DEVE SER ACONDICIONADO NO SALÃO DE ATENDIMENTO. SIST. ELÉTRICO:ORIGINAL DO VEÍCULO, C/ MONTAGEM DE BATERIA DE NO MÍN 60 AH DO TIPO SEM MANUTENÇÃO, 12 VOLTS. O SIST. ELÉTRICO DIMENSIONADO P/ O EMPREGO SIMULTÂNEO DE TODOS OS				
					R$ 138.125,0(

1.2. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam dos autos do processo administrativo.

1.3. O objeto a ser contratado é de natureza comum, nos termos do parágrafo único, do artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O prazo de vigência do contrato será iniciado na data de assinatura vigorando até o fim do presente exercício financeiro, podendo ser prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

2.1. A contratação acima descrita está sendo solicitada, nos termos das especificações técnicas e informações complementares que a acompanham, motivada pela necessidade da devida efetivação do fornecimento do produto para suprir demanda específica, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
3.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
3.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

4. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 dias, em conformidade com este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE COMPRA/FORNECIMENTO emitida pelo ente demandante.
4.2. A entrega dos bens será realizada no seguinte endereço: Rua Capitão Silvino Xavier, n.º 88, Centro, Cacimba de Areia-PB, CEP:58.730-000.

Termo de Referência. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 0F72.05D8.C950.2060.0BFF.BA31.86C5.0B92.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

4.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
4.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
4.6. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
4.7. Transcorrido o prazo de entrega previsto no item 4.1 a licitante contratada será notificada para restabelecer o fornecimento no prazo de até 48(quarenta e oito) horas sobre pena de rescisão do instrumento contratual e abertura de processo administrativo.
4.8. O veículo deverá possuir garantia mínima de 12 meses contra defeitos mecânicos.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

6.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

Termo de Referência. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 0F72.05D8.C950.2060.0BFF.BA31.86C5.0B92.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

6.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
6.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
6.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
6.1.8. Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, em caso de
6.1.9. Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO.

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

9.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.
9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
9.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.
9.5. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).
9.6. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

10. DO PAGAMENTO.

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.
10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

Termo de Referência. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 0F72.05D8.C950.2060.0BFF.BA31.86C5.0B92.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

13

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
10.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

10.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. DO REAJUSTE.

11.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.
11.2. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tomando-se por base a data da apresentação da proposta.
11.3 - A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1° (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12° (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.
11.4 - Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

Termo de Referência. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 0F72.05D8.C950.2060.0BFF.BA31.86C5.0B92.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

14

11.5. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.
11.6. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - Dar causa à inexecução total do contrato;
IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - Advertência;
II - Multa;
III - Impedimento de licitar e contratar;
IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
II - As peculiaridades do caso concreto;
III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Termo de Referência. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 0F72.05D8.C950.2060.0BFF.BA31.86C5.0B92.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

15

13.2.2. A sanção prevista no inciso I do item 13.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
13.2.3. A sanção prevista no inciso II do item 13.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.
13.2.4. A sanção prevista no inciso III do item 13.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Conceição, pelo prazo de 3 (três) anos.
13.2.5. A sanção prevista no inciso IV do item 13.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.2.6. A sanção estabelecida no inciso IV do item 13.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

13.2.7. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.2.8. A aplicação das sanções previstas no item 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
13.2.9. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 13.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
13.2.10. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 13.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

14.1 O custo estimado da contratação é de R$ R$ 138.125,00 (Cento e Trinta e Um Mil Cento e Vinte e Cinco Reais).

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2025, na classificação abaixo: 02.040 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE- 10 301 1007 1005 AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - SUS- **ELEMENTO DE DESPESA** – 4490.52 99 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

Termo de Referência. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 0F72.05D8.C950.2060.0BFF.BA31.86C5.0B92.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

16

16.0. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. O critério de seleção de fornecedor será obtido através do menor valor encontrado por item.

17.0. DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, TRABALHISTA, FINANCEIRA E TÉCNICA NECESSÁRIA PARA CONTRATAÇÃO

17.1. Para a habilitação regulamentada neste item, o interessado deverá apresentar a documentação a seguir relacionada.

17.1.1 Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.

17.2. A contratada deverá comprovar conter os documentos a seguir relacionados:

17.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

17.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

17.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

17.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

17.3.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

17.3.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

17.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

17.3.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

17.3.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

17.4. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

17.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

17.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Termo de Referência. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 0F72.05D8.C950.2060.0BFF.BA31.86C5.0B92.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

17.4.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

17.4.4. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

17.4.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

17.4.6. Alvará de Funcionamento, relativo ao domicílio ou sede da licitante;

17.4.7. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
17.4.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

17.4.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

17.5. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

17.5.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão; caso não conste a data de validade na certidão, será considerado sua validade de 30 dias a partir da data de sua expedição.

17.5.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

17.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

17.6.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, apresentando **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

ANTÔNIO LEITE DE ARAÚJO NETO
Secretário de Saúde

Termo de Referência. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 0F72.05D8.C950.2060.0BFF.BA31.86C5.0B92.

RECIBO DE ALTERAÇÃO DE DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 03/03/2025 às 10:41:05 Heitor Carneiro Campos alterou os seguintes documentos/informações deste documento sob o Nº 08885/25.

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia
Número da Licitação: 00001/2025
Data de Publicação: 22/01/2025
Órgão de Publicação: Diário Oficial da União
Data de Homologação: 07/02/2025
Responsável pela Homologação: Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia
Modalidade: Pregão (Lei Nº 14.133/2021)
Tipo do Objeto: Compras e Serviços
Tipo de Compra ou Serviço: Outros
Valor Estimado: R$ 138.125,00
Valor: R$ 132.100,00
Fontes de Recursos: Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde (636), Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados (701), Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual (621), Outras vinculações de transferências (749).
Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024

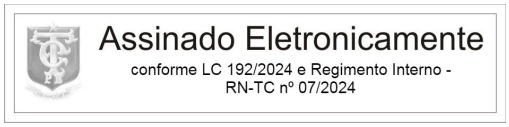
[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Não
Proposta 1 - Valor da Proposta: R$ 132.100,00
Proposta 1 - Proponente Pessoa Jurídica (Nome): FIAT COPAUTO - COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES
Proposta 1 - Proponente Pessoa Jurídica (CNPJ): 10.754.828/0001-99
Proposta 1 - Situação: Vencedora

Documento	Informado?	Autenticação
Análise jurídica da contratação	Sim	972d075c18d4c15d771d09372da0b2e3
Ata de Registro de Preços, quando for o caso	Não	
Atas das sessões	Sim	88aab1dc4ee55d8e8e841049bfe4341a
Declaração de atendimento da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.	Não	
Documentos exigidos para habilitação do(s) licitante(s) vencedor(es)	Sim	db9eadcbda5086adbd4881c48e8e5087
Edital da licitação	Não	
Estudo Técnico Preliminar	Sim	d970be54aaa140a5495f366a3427640b
Formalização de demanda	Sim	c7e5e26a0428a47a14122500ce8997c1
Orçamento estimado da contratação	Sim	4b4e7b5c3cc872e1dc2bce59219da04c
Pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos	Não	
Portaria do Agente de Contratação	Sim	151cfd8702c417ff3ed7dd7ef6cc351b
Previsão Orçamentária	Sim	4b4e7b5c3cc872e1dc2bce59219da04c
Proposta 1 - Proposta e Anexos - FIAT COPAUTO - COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES	Sim	b740436f8488c317f9079b300261aa0f

Certidão - ALTERAÇÃO DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: tramita.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: D4D3.8F83.B035.0847.F35F.A4DB.AC45.16DC.

Documento	Informado?	Autenticação
Publicidade do edital	Sim	151cfd8702c417ff3ed7dd7ef6cc351b
Termo de Referência	Sim	0f7205d8c95020600bffba3186c50b92

João Pessoa, 03 de Março de 2025



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB

Certidão - ALTERAÇÃO DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:41. Responsável: tramita.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: D4D3.8F83.B035.0847.F35F.A4DB.AC45.16DC.

278

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

CONTRATO Nº 05/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CACIMBA DE AREIA E A EMPRESA COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA, NA FORMA E CONDIÇÕES ABAIXO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA, Estado da Paraíba, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ: 08.874.984/0001-41, situada na Rua Capitão Silvino Xavier, n.º 88, Centro, Cacimba de Areia-PB, CEP:58.730-000, representado neste ato pelo Chefe do Executivo Municipal, o Prefeito **HEITOR CARNEIRO CAMPOS**, CPF n.º 091.706.074-19 e RG n. 3.595.772-SSP/PB, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e do outro lado a empresa: **COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA**, CNPJ nº 10.754.828/0001-99, com sede na ROD BR-230, KM 323, Bairro SALGADINHO, PATOS – PB, CEP: 58706-500 através do seu procurador o Sr. **FERNANDO EMMANUEL FRANÇA**, CPF: 982.099.904-97 e RG: 176670 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Lamarco Cordeiro, S/N, Bairro Jardim Magnólia, Cidade de Patos – PB, de ora em diante denominada **CONTRATADA,** tendo em vista o que consta **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO.

Item	Produto	Modelo	Und	Qtde	Val.unitário	Valor Total
0001	veículo tipo ambulância para simples remoção, furgão todo em chapa de aço original de fábrica,0 (zero) km, vendido por uma concessionária autorizada pelo fabricante ou pelo próprio fabricante; ano/modelo mínimos: 2024/2024; motorização mínima 1.4 (litros); potencia mínima: 84 cv ou superior (gás.) 86 cv ou superior (alc); combustível: flex; quantidade mínima de 03 (portas), sendo 02 (duas) portas dianteiras e	FIORINO ENDURANCE (ÂMBULANCIA) FIA	UND	01	**132.100,00**	**132.100,00**

Contrato ou instrumento equivalente. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

	uma traseira tipo folha; pneus 175/70 r14; som; ar condicionado (dianteiro e traseiro); direção hidráulica ou superior; vidros elétricos dianteiros, travas elétricas; câmbio com 05 marchas a frente a uma ré; divisória entre a cabine do motorista e o compartimento do paciente; pintura sólida; cor: branca; capacidade para 5 pessoas incluindo o motorista; capacidade mínima do tanque de combustível 55 litros; capacidade mínima de carga de: 650,0 kg; garantia de 12(doze) meses, ofertado pelo fabricante; com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo código nacional de trânsito. especificações mínimas da transformação: ambulância tipo a simples remoção tipo furgoneta (especificação técnica veículo tipo furgoneta c/ carroceria em aço ou monobloco e original de fábrica, 0 km, airbag p/ os ocupantes da cabine, freio c/ (a.b.s.) nas 4 rodas, modelo do ano da contratação ou do ano posterior, adaptado p/ ambulância de simples remoção. motor dianteiro: 4 cilindros; combustível = flex; potência mínima de 84 cv;tanque de combustível: capac. mínima = 55 l. freios e suspensão. equipamentos obrigatórios exigidos pelo contran; cabine/carroceria: portas em chapa, c/ revestimento interno em poliestireno, c/ fechos interno e externo, resistentes e de aberturas de fácil acionamento. altura interna do veículo deve ser original de fábrica. o pneu estepe não deve ser acondicionado no salão de atendimento. sist. elétrico:original do veículo, c/ montagem de bateria de no mín 60 ah do tipo sem manutenção, 12 volts. o sist. elétrico dimensionado p/ o emprego simultâneo de todos os					

2.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 132.100,00 (Cento e Trinta e Dois Mil e Cem Reais).**

Contrato ou instrumento equivalente. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

280

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3. Este contrato será executado sobre o regime de execução parcelada do fornecimento dos produtos

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA.

3.1. O prazo de vigência do contrato será iniciado na data de assinatura vigorando até o fim do presente exercício financeiro, podendo ser prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de CACIMBA DE AREIA/PB, para o exercício de 2025, na classificação abaixo02.040 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE- 10 301 1007 1005 AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - SUS- **ELEMENTO DE DESPESA** – 4490.52 99 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de

Contrato ou instrumento equivalente. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

5.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE.

6.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.

6.2. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tomando-se por base a data da apresentação da proposta.

6.3. A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1° (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.

6.4. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

6.5. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

6.6. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de

Contrato ou instrumento equivalente. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO.

7.1. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será de 5 dias úteis.

7.2. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de 5 dias úteis.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

9. CLÁUSULA NONA – DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 dias, em conformidade com o este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE COMPRA emitida pelo ente demandante.

9.2. A entrega dos bens será realizada no seguinte endereço: Rua Capitão Silvino Xavier, n.º 88, Centro, Cacimba de Areia-PB, CEP:58.730-000.

9.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

9.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.6. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7. Transcorrido o prazo de entrega previsto no item 9.1 a licitante contratada será notificada para restabelecer o fornecimento no prazo de até 48(quarenta e oito) horas sobre pena de rescisão do instrumento contratual e abertura de processo administrativo.

9.8. O veículo deverá possuir garantia mínima de 12 meses contra defeitos mecânicos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO.

10.1 Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

Contrato ou instrumento equivalente. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

10.5. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

10.6. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

11.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

11.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

11.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

11.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.2 - SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

11.2.1 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

Contrato ou instrumento equivalente. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

11.2.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.2.3 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

11.2.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

11.2.5 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.2.6 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.2.7 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

11.2.8 - Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

12.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;
IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Contrato ou instrumento equivalente. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - Advertência;
II - Multa;
III - Impedimento de licitar e contratar;
IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:
I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
II - As peculiaridades do caso concreto;
III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.2.2. A sanção prevista no inciso I do item 13.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.2.3. A sanção prevista no inciso II do item 13.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

12.2.4. A sanção prevista no inciso III do item 13.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Conceição, pelo prazo de 3 (três) anos.

12.2.5. A sanção prevista no inciso IV do item 13.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.2.6. A sanção estabelecida no inciso IV do item 13.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

12.2.7. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.2.8. A aplicação das sanções previstas no item 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.2.9. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 13.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Contrato ou instrumento equivalente. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

12.2.10. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 13.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO.

13.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

13.1.2. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.3. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTES ASPECTOS, CONFORME O CASO:

13.4.2. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.3. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.4. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES.

14.1. É VEDADO À CONTRATADA:

14.1.2. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.3. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES.

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Contrato ou instrumento equivalente. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO.

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO.

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Patos/PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Cacimba de Areia - PB, 12 de fevereiro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA
HEITOR CARNEIRO CAMPOS
Prefeito Constitucional
CONTRATANTE

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA
CNPJ nº 10.754.828/0001-99
CONTRATADO

Testemunhas:

1: _____ - CPF: _____

2: _____ - CPF: _____

Contrato ou instrumento equivalente. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

288

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

EXTRATO DO CONTRATO N.º 05/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA – PB, CNPJ: 08.874.984/0001-41 **E A EMPRESA COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA,** CNPJ: 10.754.828/0001-99**.**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024.

VALOR GLOBAL: R$ 132.100,00 (Cento e Trinta e Dois Mil e Cem Reais).

VIGÊNCIA: 12/02/2025 à 31/12/2025

DATA E ASSINATURA: Cacimba de Areia – PB, 11 de fevereiro de 2025, HEITOR CARNEIRO CAMPOS, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Contrato ou instrumento equivalente. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

Publicado por:
Ana Paula de Lima Silva
Código Identificador:B6D5A07A

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E A. DO SERVIDOR MUNICIPAL BONITENSE – IPASB
PORTARIA/IPASB/Nº 004/2025-RETIFICAR A PORTARIA DE Nº 001/2024, DE 21.02.2024, PUBLICADA NO DOM/FAMUP/PB

PORTARIA/IPASB/Nº 004/2025

A Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipal Bonitense – IPASB – no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 41 da Lei nº 828/2022 e legislação que disciplina a matéria;
RESOLVE:
Retificar a Portaria de nº 001/2024, de 21.02.2024, publicada no DOM/FAMUP/PB, edição nº 3560, de 26/02/2024, que passará a ter a seguinte redação e fundamento jurídico:
Art. 1º - Conceder o benefício de **PENSÃO POR MORTE – VITALÍCIA** – em favor de **ANTONIO CORDEIRO DE BRITO**, brasileiro, viúvo, portador do CPF nº 768.843.504-82, cujo direito previdenciário tem como fato gerador o falecimento de sua esposa ELIETE FERREIRA CORDEIRO (CPF nº 768.843.504-82), servidora inativa da Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé-PB (Processo TCE-PB nº 00911/17), e **com amparo legal o art. 40, § 7º, da CF/1988 (com redação dada pela EC 103/2019) c/c os arts. 27, inciso I, e 28, § 3º, inciso VI, ambos da Lei Complementar Municipal nº 828/2022.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Bonito de Santa Fé-PB, 11 de fevereiro de 2025.

ANA PAULA DE LIMA SILVA
Presidente Interina do IPASB

Publicado por:
Ana Paula de Lima Silva
Código Identificador:09F93200

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E A. DO SERVIDOR MUNICIPAL BONITENSE – IPASB
PORTARIA/IPASB/Nº 005/2025-RETIFICAR A PORTARIA DE Nº 012/2024, DE 20.08.2024, PUBLICADA NO DOM/FAMUP/PB

PORTARIA/IPASB/Nº 005/2025

A Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipal Bonitense – IPASB – no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 41 da Lei nº 828/2022 e legislação que disciplina a matéria;
RESOLVE:
Retificar a Portaria de nº 012/2024, de 20.08.2024, publicada no DOM/FAMUP/PB, edição nº 3685, de 21/08/2024, que passará a ter a seguinte redação e fundamento jurídico:
Art. 1º - Conceder o benefício de **PENSÃO POR MORTE – VITALÍCIA** – em favor de **DULCILEDA ACIOLE BARBOSA**, brasileira, viúva, aposentada, portador do CPF nº 570.879.464-04, cujo direito previdenciário tem como fato gerador o falecimento de seu esposo ANTONIO LACERDA DE SOUSA (CPF nº 687.735.018-91), servidor inativo da Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé-PB (Processo TCE-PB nº 11270/15), e **com amparo legal o art. 40, § 7º, da CF/1988 (com redação dada pela EC 103/2019) c/c os arts. 27, inciso I, e 28, § 3º, inciso VI, ambos da Lei Complementar Municipal nº 828/2022.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Bonito de Santa Fé-PB, 11 de fevereiro de 2025.

ANA PAULA DE LIMA SILVA
Presidente Interina do IPASB

Publicado por:
Ana Paula de Lima Silva
Código Identificador:0B9AF243

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E A. DO SERVIDOR MUNICIPAL BONITENSE – IPASB
PORTARIA/IPASB/Nº 006/2025-RETIFICAR A PORTARIA DE Nº 008/2024, DE 01.08.2024, PUBLICADA NO DOM/FAMUP/PB

PORTARIA/IPASB/Nº 006/2025

A Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipal Bonitense – IPASB – no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 41 da Lei nº 828/2022 e legislação que disciplina a matéria;
RESOLVE:
Retificar a Portaria de nº 008/2024, de 01.08.2024, publicada no DOM/FAMUP/PB, edição nº 3672, de 02/08/2024, que passará a ter a seguinte redação e fundamento jurídico:
Art. 1º - Conceder, em favor de **MANOEL VIEIRA ROLIM**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 359.122.514-20, ocupante do cargo de Agente da Guarda Municipal (matrícula funcional nº 00125), lotado da Secretaria Municipal de Saúde, o benefício de **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, com proventos integrais, com fundamento no Art. 3º, incisos I, II e III, parágrafo único, da EC 47/05 c/c o Art. 16, incisos I, II e III, da Lei Municipal nº 523/2006 e, ainda, com o Art. 26, da Lei Municipal nº 828/2022, de 29.06.2022.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Bonito de Santa Fé-PB, 11 de fevereiro de 2025.

ANA PAULA DE LIMA SILVA
Presidente Interina do IPASB

Publicado por:
Ana Paula de Lima Silva
Código Identificador:0829CD00

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E A. DO SERVIDOR MUNICIPAL BONITENSE – IPASB
PORTARIA/IPASB/Nº 007/2025-RETIFICAR A PORTARIA DE Nº 017/2024, DE 31.10.2024, PUBLICADA NO DOM/FAMUP/PB

PORTARIA/IPASB/Nº 007/2025

A Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipal Bonitense – IPASB – no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 41 da Lei nº 828/2022 e legislação que disciplina a matéria;
RESOLVE:
Retificar a Portaria de nº 017/2024, de 31.10.2024, publicada no DOM/FAMUP/PB, edição nº 3739, de 05/11/2024, que passará a ter a seguinte redação e fundamento jurídico:
Art. 1º - Conceder, em favor de **JOSÉ SÁVIO DE CARVALHO**, brasileiro, portador do CPF nº 313.214.964-00, ocupante do cargo de Analista Administrativo (matrícula funcional nº 0048), lotado da Secretaria Municipal de Administração, o benefício de **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, com proventos integrais, com fundamento no Art. 40, parágrafo 1º, inciso III, da CF/1988 (com redação dada pela EC 103/2019) c/c o Art. 22, incisos I, II, III, IV e V, § 1º, e ainda § 6º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 828/2022.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Bonito de Santa Fé-PB, 11 de fevereiro de 2025.

ANA PAULA DE LIMA SILVA
Presidente Interina do IPASB

Publicado por:
Ana Paula de Lima Silva
Código Identificador:D34AB5E2

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025

Contrato ou instrumento equivalente. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024

O PREFEITO DA PREFEITURA DE CACIMBA DE AREIA, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o Art. 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 resolve **HOMOLOGAR**, o Processo Licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025**, em favor das empresas:

1 - COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA | Tipo: Ltda/Eireli - LC123: Não - Documento 10.754.828/0001-99.

Valor Global: R$ 132.100,00 (Cento e Trinta e Dois Mil e Cem Reais)

Cacimba de Areia – PB,10 de fevereiro de 2025.

HEITOR CARNEIRO CAMPOS
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Willame de França Almeida
Código Identificador:CC35D52B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 03/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA – PB, CNPJ: 08.874.984/0001-41 E A EMPRESA COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA, CNPJ: 10.754.828/0001-99.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024.

VALOR GLOBAL: R$ 132.100,00 (Cento e Trinta e Dois Mil e Cem Reais).

VIGÊNCIA: 10/02/2024 à 31/12/2025

DATA E ASSINATURA: Cacimba de Areia – PB, 10 de fevereiro de 2025, HEITOR CARNEIRO CAMPOS, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Willame de França Almeida
Código Identificador:B6427BE7

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO

AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL

CREDENCIAMENTO Nº 0002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 000034/2025

A Prefeitura Municipal de catingueira - PB, através de seu Ager Contratação, torna público para conhecimento dos interessados fará realizar licitação, nos termos da Lei 14.133/2021, na modal CREDENCIAMENTO Nº 0002/2025, do tipo menor preço, c objeto: **CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas para post contratação, mediante documentação, de serviços méd especializados para procedimentos de consultas, atendend demandas da secretaria de Saúde do Município de Catingu PB.** O recebimento da documentação será a partir do dia 13.02.2(31/12/2025 das 08h00min às 15h00min horas, na sala de licita deste órgão, situado na Rua Inácio Felix de Oliveira, s/nº, Cent Catingueira-PB. O edital encontra-se nos ender www.tce.pb.gov.br e www.catingueira.pb.gov.br.

Catingueira-PB, 11 de fevereiro de 2025.

ROSINEIDE MARTINS DE FREITAS
Agente de Contratação

Publicado p
Rosineide Nartin s De Fre
Código Identificador:589A3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 01.0021/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01.0021/2025
Processo: PREGÃO ELETRONICO 00006/2025.
Processo Administrativo nº 000016/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Catingueira-PB
CONTRATADA: POSTO DIESEL SÃO JOSÉ LTDA, CN 35.419.946/0001-36.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PAI ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS EM TRANSIT NA REGIÃO ENTRE AS CIDADES DE JUAZEIRINHO SOLEDADE DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB;
VALOR GLOBAL: R$ 918.800,00 (Novecentos e dezoito mil oitocentos reais).
Data da assinatura: 11 de fevereiro de 2025
Catingueira - PB, 11 de fevereiro de 2025

SUELIO FELIX DE ALENCAR
Prefeito Constitucional

Publicado po
Rosineide Nartin s De Freit
Código Identificador:95FAE47

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 01.0019/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01.0019/2025
Processo: PREGÃO ELETRONICO 00004/2025.
Processo Administrativo nº 00007/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Catingueira-PB
CONTRATADA: CENTRO AUTOMOTIVO PRIME CAR LTDA CNPJ 57.514.565/0001-04.
OBJETO: LOCAÇÃO DE DOIS VEÍCULOS DESTINADOS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA- PB
VALOR GLOBAL: R$ 170.400,00 (cento e setenta mil quatrocentos reais);
Data da assinatura; 10/02/2025.
Catingueira - PB, 11 de fevereiro de 2025.

SUÉLIO FELIX DE ALENCAR
Prefeito Constitucional

Publicado por
Rosineide Nartin s De Freita
Código Identificador:418533F

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE

Contrato ou instrumento equivalente. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

278

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

CONTRATO Nº 05/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CACIMBA DE AREIA E A EMPRESA COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA, NA FORMA E CONDIÇÕES ABAIXO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA, Estado da Paraíba, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ: 08.874.984/0001-41, situada na Rua Capitão Silvino Xavier, n.º 88, Centro, Cacimba de Areia-PB, CEP:58.730-000, representado neste ato pelo Chefe do Executivo Municipal, o Prefeito **HEITOR CARNEIRO CAMPOS**, CPF n.º 091.706.074-19 e RG n. 3.595.772-SSP/PB, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e do outro lado a empresa: **COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA**, CNPJ nº 10.754.828/0001-99, com sede na ROD BR-230, KM 323, Bairro SALGADINHO, PATOS – PB, CEP: 58706-500 através do seu procurador o Sr. **FERNANDO EMMANUEL FRANÇA**, CPF: 982.099.904-97 e RG: 176670 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Lamarco Cordeiro, S/N, Bairro Jardim Magnólia, Cidade de Patos – PB, de ora em diante denominada **CONTRATADA,** tendo em vista o que consta **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO.

Item	Produto	Modelo	Und	Qtde	Val.unitário	Valor Total
0001	veículo tipo ambulância para simples remoção, furgão todo em chapa de aço original de fábrica,0 (zero) km, vendido por uma concessionária autorizada pelo fabricante ou pelo próprio fabricante; ano/modelo mínimos: 2024/2024; motorização mínima 1.4 (litros); potencia mínima: 84 cv ou superior (gás.) 86 cv ou superior (alc); combustível: flex; quantidade mínima de 03 (portas), sendo 02 (duas) portas dianteiras e	FIORINO ENDURANCE (ÂMBULANCIA) FIA	UND	01	**132.100,00**	**132.100,00**

Comprovante de publicidade. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

	uma traseira tipo folha; pneus 175/70 r14; som; ar condicionado (dianteiro e traseiro); direção hidráulica ou superior; vidros elétricos dianteiros, travas elétricas; câmbio com 05 marchas a frente a uma ré; divisória entre a cabine do motorista e o compartimento do paciente; pintura sólida; cor: branca; capacidade para 5 pessoas incluindo o motorista; capacidade mínima do tanque de combustível 55 litros; capacidade mínima de carga de: 650,0 kg; garantia de 12(doze) meses, ofertado pelo fabricante; com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo código nacional de trânsito. especificações mínimas da transformação: ambulância tipo a simples remoção tipo furgoneta (especificação técnica veículo tipo furgoneta c/ carroceria em aço ou monobloco e original de fábrica, 0 km, airbag p/ os ocupantes da cabine, freio c/ (a.b.s.) nas 4 rodas, modelo do ano da contratação ou do ano posterior, adaptado p/ ambulância de simples remoção. motor dianteiro: 4 cilindros; combustível = flex; potência mínima de 84 cv;tanque de combustível: capac. mínima = 55 l. freios e suspensão. equipamentos obrigatórios exigidos pelo contran; cabine/carroceria: portas em chapa, c/ revestimento interno em poliestireno, c/ fechos interno e externo, resistentes e de aberturas de fácil acionamento. altura interna do veículo deve ser original de fábrica. o pneu estepe não deve ser acondicionado no salão de atendimento. sist. elétrico:original do veículo, c/ montagem de bateria de no mín 60 ah do tipo sem manutenção, 12 volts. o sist. elétrico dimensionado p/ o emprego simultâneo de todos os					

2.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 132.100,00 (Cento e Trinta e Dois Mil e Cem Reais).**

Comprovante de publicidade. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

280

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
2.3. Este contrato será executado sobre o regime de execução parcelada do fornecimento dos produtos

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA.

3.1. O prazo de vigência do contrato será iniciado na data de assinatura vigorando até o fim do presente exercício financeiro, podendo ser prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de CACIMBA DE AREIA/PB, para o exercício de 2025, na classificação abaixo02.040 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE- 10 301 1007 1005 AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - SUS- **ELEMENTO DE DESPESA** – 4490.52 99 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de

Comprovante de publicidade. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

5.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE.

6.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.

6.2. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tomando-se por base a data da apresentação da proposta.

6.3. A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1° (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.

6.4. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

6.5. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

6.6. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de

Comprovante de publicidade. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO.

7.1. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será de 5 dias úteis.

7.2. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de 5 dias úteis.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

9. CLÁUSULA NONA – DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 dias, em conformidade com o este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE COMPRA emitida pelo ente demandante.

9.2. A entrega dos bens será realizada no seguinte endereço: Rua Capitão Silvino Xavier, n.º 88, Centro, Cacimba de Areia-PB, CEP:58.730-000.

9.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

9.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.6. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7. Transcorrido o prazo de entrega previsto no item 9.1 a licitante contratada será notificada para restabelecer o fornecimento no prazo de até 48(quarenta e oito) horas sobre pena de rescisão do instrumento contratual e abertura de processo administrativo.

9.8. O veículo deverá possuir garantia mínima de 12 meses contra defeitos mecânicos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO.

10.1 Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

Comprovante de publicidade. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

10.5. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

10.6. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

11.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

11.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

11.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

11.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.2 - SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

11.2.1 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

Comprovante de publicidade. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

11.2.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.2.3 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

11.2.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

11.2.5 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.2.6 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.2.7 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

11.2.8 - Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

12.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;
IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Comprovante de publicidade. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - Advertência;
II - Multa;
III - Impedimento de licitar e contratar;
IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:
I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
II - As peculiaridades do caso concreto;
III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.2.2. A sanção prevista no inciso I do item 13.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.2.3. A sanção prevista no inciso II do item 13.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

12.2.4. A sanção prevista no inciso III do item 13.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Conceição, pelo prazo de 3 (três) anos.

12.2.5. A sanção prevista no inciso IV do item 13.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.2.6. A sanção estabelecida no inciso IV do item 13.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

12.2.7. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.2.8. A aplicação das sanções previstas no item 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.2.9. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 13.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Comprovante de publicidade. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

12.2.10. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 13.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO.

13.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

13.1.2. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.3. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTES ASPECTOS, CONFORME O CASO:

13.4.2. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.3. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.4. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES.

14.1. É VEDADO À CONTRATADA:

14.1.2. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.3. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES.

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Comprovante de publicidade. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO.

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO.

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Patos/PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Cacimba de Areia - PB, 12 de fevereiro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA
HEITOR CARNEIRO CAMPOS
Prefeito Constitucional
CONTRATANTE

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA
CNPJ nº 10.754.828/0001-99
CONTRATADO

Testemunhas:

1: _____ - CPF: _____

2: _____ - CPF: _____

Comprovante de publicidade. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

288

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

EXTRATO DO CONTRATO N.º 05/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA – PB, CNPJ: 08.874.984/0001-41 **E A EMPRESA COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA,** CNPJ: 10.754.828/0001-99**.**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024.

VALOR GLOBAL: R$ 132.100,00 (Cento e Trinta e Dois Mil e Cem Reais).

VIGÊNCIA: 12/02/2025 à 31/12/2025

DATA E ASSINATURA: Cacimba de Areia – PB, 11 de fevereiro de 2025, HEITOR CARNEIRO CAMPOS, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Comprovante de publicidade. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

Publicado por:
Ana Paula de Lima Silva
Código Identificador:B6D5A07A

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E A. DO SERVIDOR MUNICIPAL BONITENSE – IPASB
PORTARIA/IPASB/Nº 004/2025-RETIFICAR A PORTARIA DE Nº 001/2024, DE 21.02.2024, PUBLICADA NO DOM/FAMUP/PB

PORTARIA/IPASB/Nº 004/2025

A Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipal Bonitense – IPASB – no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 41 da Lei nº 828/2022 e legislação que disciplina a matéria;
RESOLVE:
Retificar a Portaria de nº 001/2024, de 21.02.2024, publicada no DOM/FAMUP/PB, edição nº 3560, de 26/02/2024, que passará a ter a seguinte redação e fundamento jurídico:
Art. 1º - Conceder o benefício de **PENSÃO POR MORTE – VITALÍCIA** – em favor de **ANTONIO CORDEIRO DE BRITO**, brasileiro, viúvo, portador do CPF nº 768.843.504-82, cujo direito previdenciário tem como fato gerador o falecimento de sua esposa ELIETE FERREIRA CORDEIRO (CPF nº 768.843.504-82), servidora inativa da Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé-PB (Processo TCE-PB nº 00911/17), e **com amparo legal o art. 40, § 7º, da CF/1988 (com redação dada pela EC 103/2019) c/c os arts. 27, inciso I, e 28, § 3º, inciso VI, ambos da Lei Complementar Municipal nº 828/2022.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Bonito de Santa Fé-PB, 11 de fevereiro de 2025.

ANA PAULA DE LIMA SILVA
Presidente Interina do IPASB

Publicado por:
Ana Paula de Lima Silva
Código Identificador:09F93200

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E A. DO SERVIDOR MUNICIPAL BONITENSE – IPASB
PORTARIA/IPASB/Nº 005/2025-RETIFICAR A PORTARIA DE Nº 012/2024, DE 20.08.2024, PUBLICADA NO DOM/FAMUP/PB

PORTARIA/IPASB/Nº 005/2025

A Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipal Bonitense – IPASB – no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 41 da Lei nº 828/2022 e legislação que disciplina a matéria;
RESOLVE:
Retificar a Portaria de nº 012/2024, de 20.08.2024, publicada no DOM/FAMUP/PB, edição nº 3685, de 21/08/2024, que passará a ter a seguinte redação e fundamento jurídico:
Art. 1º - Conceder o benefício de **PENSÃO POR MORTE – VITALÍCIA** – em favor de **DULCILEDA ACIOLE BARBOSA**, brasileira, viúva, aposentada, portador do CPF nº 570.879.464-04, cujo direito previdenciário tem como fato gerador o falecimento de seu esposo ANTONIO LACERDA DE SOUSA (CPF nº 687.735.018-91), servidor inativo da Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé-PB (Processo TCE-PB nº 11270/15), e **com amparo legal o art. 40, § 7º, da CF/1988 (com redação dada pela EC 103/2019) c/c os arts. 27, inciso I, e 28, § 3º, inciso VI, ambos da Lei Complementar Municipal nº 828/2022.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Bonito de Santa Fé-PB, 11 de fevereiro de 2025.

ANA PAULA DE LIMA SILVA
Presidente Interina do IPASB

Publicado por:
Ana Paula de Lima Silva
Código Identificador:0B9AF243

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E A. DO SERVIDOR MUNICIPAL BONITENSE – IPASB
PORTARIA/IPASB/Nº 006/2025-RETIFICAR A PORTARIA DE Nº 008/2024, DE 01.08.2024, PUBLICADA NO DOM/FAMUP/PB

PORTARIA/IPASB/Nº 006/2025

A Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipal Bonitense – IPASB – no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 41 da Lei nº 828/2022 e legislação que disciplina a matéria;
RESOLVE:
Retificar a Portaria de nº 008/2024, de 01.08.2024, publicada no DOM/FAMUP/PB, edição nº 3672, de 02/08/2024, que passará a ter a seguinte redação e fundamento jurídico:
Art. 1º - Conceder, em favor de **MANOEL VIEIRA ROLIM**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 359.122.514-20, ocupante do cargo de Agente da Guarda Municipal (matrícula funcional nº 00125), lotado da Secretaria Municipal de Saúde, o benefício de **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, com proventos integrais, com fundamento no Art. 3º, incisos I, II e III, parágrafo único, da EC 47/05 c/c o Art. 16, incisos I, II e III, da Lei Municipal nº 523/2006 e, ainda, com o Art. 26, da Lei Municipal nº 828/2022, de 29.06.2022.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Bonito de Santa Fé-PB, 11 de fevereiro de 2025.

ANA PAULA DE LIMA SILVA
Presidente Interina do IPASB

Publicado por:
Ana Paula de Lima Silva
Código Identificador:0829CD00

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E A. DO SERVIDOR MUNICIPAL BONITENSE – IPASB
PORTARIA/IPASB/Nº 007/2025-RETIFICAR A PORTARIA DE Nº 017/2024, DE 31.10.2024, PUBLICADA NO DOM/FAMUP/PB

PORTARIA/IPASB/Nº 007/2025

A Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipal Bonitense – IPASB – no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 41 da Lei nº 828/2022 e legislação que disciplina a matéria;
RESOLVE:
Retificar a Portaria de nº 017/2024, de 31.10.2024, publicada no DOM/FAMUP/PB, edição nº 3739, de 05/11/2024, que passará a ter a seguinte redação e fundamento jurídico:
Art. 1º - Conceder, em favor de **JOSÉ SÁVIO DE CARVALHO**, brasileiro, portador do CPF nº 313.214.964-00, ocupante do cargo de Analista Administrativo (matrícula funcional nº 0048), lotado da Secretaria Municipal de Administração, o benefício de **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, com proventos integrais, com fundamento no Art. 40, parágrafo 1º, inciso III, da CF/1988 (com redação dada pela EC 103/2019) c/c o Art. 22, incisos I, II, III, IV e V, § 1º, e ainda § 6º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 828/2022.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Bonito de Santa Fé-PB, 11 de fevereiro de 2025.

ANA PAULA DE LIMA SILVA
Presidente Interina do IPASB

Publicado por:
Ana Paula de Lima Silva
Código Identificador:D34AB5E2

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025

Comprovante de publicidade. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024

O PREFEITO DA PREFEITURA DE CACIMBA DE AREIA, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o Art. 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 resolve **HOMOLOGAR**, o Processo Licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025**, em favor das empresas:

1 - COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA | Tipo: Ltda/Eireli - LC123: Não - Documento 10.754.828/0001-99.

Valor Global: R$ 132.100,00 (Cento e Trinta e Dois Mil e Cem Reais)

Cacimba de Areia – PB,10 de fevereiro de 2025.

HEITOR CARNEIRO CAMPOS
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Willame de França Almeida
Código Identificador:CC35D52B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 03/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA – PB, CNPJ: 08.874.984/0001-41 E A EMPRESA COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA, CNPJ: 10.754.828/0001-99.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024.

VALOR GLOBAL: R$ 132.100,00 (Cento e Trinta e Dois Mil e Cem Reais).

VIGÊNCIA: 10/02/2024 à 31/12/2025

DATA E ASSINATURA: Cacimba de Areia – PB, 10 de fevereiro de 2025, HEITOR CARNEIRO CAMPOS, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Willame de França Almeida
Código Identificador:B6427BE7

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO

AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL

CREDENCIAMENTO Nº 0002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 000034/2025

A Prefeitura Municipal de catingueira - PB, através de seu Ager Contratação, torna público para conhecimento dos interessados fará realizar licitação, nos termos da Lei 14.133/2021, na modal CREDENCIAMENTO Nº 0002/2025, do tipo menor preço, c objeto: **CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas para post contratação, mediante documentação, de serviços méd especializados para procedimentos de consultas, atendend demandas da secretaria de Saúde do Município de Catingu PB.** O recebimento da documentação será a partir do dia 13.02.2(31/12/2025 das 08h00min às 15h00min horas, na sala de licita deste órgão, situado na Rua Inácio Felix de Oliveira, s/nº, Cent Catingueira-PB. O edital encontra-se nos ender www.tce.pb.gov.br e www.catingueira.pb.gov.br.

Catingueira-PB, 11 de fevereiro de 2025.

ROSINEIDE MARTINS DE FREITAS
Agente de Contratação

Publicado p
Rosineide Nartin s De Fre
Código Identificador:589A3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 01.0021/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01.0021/2025
Processo: PREGÃO ELETRONICO 00006/2025.
Processo Administrativo nº 000016/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Catingueira-PB
CONTRATADA: POSTO DIESEL SÃO JOSÉ LTDA, CN 35.419.946/0001-36.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PAI ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS EM TRANSIT NA REGIÃO ENTRE AS CIDADES DE JUAZEIRINHO SOLEDADE DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB;
VALOR GLOBAL: R$ 918.800,00 (Novecentos e dezoito mil oitocentos reais).
Data da assinatura: 11 de fevereiro de 2025
Catingueira - PB, 11 de fevereiro de 2025

SUELIO FELIX DE ALENCAR
Prefeito Constitucional

Publicado po
Rosineide Nartin s De Freit
Código Identificador:95FAE47

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 01.0019/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01.0019/2025
Processo: PREGÃO ELETRONICO 00004/2025.
Processo Administrativo nº 00007/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Catingueira-PB
CONTRATADA: CENTRO AUTOMOTIVO PRIME CAR LTDA CNPJ 57.514.565/0001-04.
OBJETO: LOCAÇÃO DE DOIS VEÍCULOS DESTINADOS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA- PB
VALOR GLOBAL: R$ 170.400,00 (cento e setenta mil quatrocentos reais);
Data da assinatura; 10/02/2025.
Catingueira - PB, 11 de fevereiro de 2025.

SUÉLIO FELIX DE ALENCAR
Prefeito Constitucional

Publicado por
Rosineide Nartin s De Freita
Código Identificador:418533F

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE

Comprovante de publicidade. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

487/2004. 526/2007. 554/2008, 630/2012 e suas alterações, 631/2012, 431/2001 e suas alterações.

Considerando que foi realizado um processo seletivo para ocupação do cargo de Gestor Escolar nas escolas do Município de Bonito de Santa Fé – PB no ano de 2023, conforme Edital 001/2023, cujo resultado fora publicado no dia 25 de setembro de 2023.

Considerando que o Sr. João Paulo Cezário de Arruda é servidor cedido pelo Município de Mauriti – CE, e que o Sr. João Paulo Cezário de Arruda foi aprovado no processo seletivo acima citado que estava exercendo o cargo em confiança de Diretor Escolar na Esc. Muni. de 1º Grau Prof. João Nery, sendo que a obrigação de seus vencimentos é deste Município de Bonito de Santa Fé – PB.

Considerando o segundo termo aditivo de prorrogação da cessão de servidor expedido pela Prefeitura Municipal de Mauriti-CE.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Senhor **JOÃO PAULO CEZÁRIO DE ARRUDA**, para exercer o cargo em confiança de **Diretor Escolar na Esc. Mun. de 1º Grau Prof. João Nery**, lotando-a na Secretaria da Educação Municipal, devendo servir-lhe de título a presente portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, seus efeitos retroagem ao dia 02 de janeiro de 2025.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Prefeito Constitucional do Município de Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba/PB, em 14 de janeiro de 2025.

ANTONIO LUCENA FILHO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Antonio Furtado de Figueiredo Neto
Código Identificador:6339BFD8

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DOS SANTOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DOS SANTOS

AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DV00001/2025

A Prefeitura Municipal de Brejo dos Santos manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contração direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, que objetiva: AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES, DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE BREJO DOS SANTOS– PB. O interessado poderá obter o respectivo Termo de Referência com a especificação do objeto pretendido junto ao Setor de Contratação, sediado na Rua Benevides Teodomiro de Sousa, SN - Populares - Brejo dos Santos - PB, ou acessando: cplbrejodossantos@gmail.com. O referido órgão de contratação estará recebendo as propostas até o dia 17 de Janeiro de 2025, nos horário e endereço abaixo indicados, e que poderão ser encaminhadas também pelo e-mail: cplbrejodossantos@gmail.com. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.

Brejo dos Santos - PB, 13 de Janeiro de 2025

LEONARDO DA COSTA FREITAS -
Agente de Contratação

Publicado por:
Alfredo de Oliveira Neto
Código Identificador:EFED00DE

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 006/2025

PORTARIA Nº 0006/2025

Nomeia Agente de Contratação, Pregoeiro e equipe de apoio para conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE CACIMBA DE AREIA, Estado da Paraíba, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas.

R E S O L V E: Art. 1º Nomeia-se a servidora **JOSÉ FABIO FERREIRA DA NOBREGA**, para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO e de PREGOEIRO do Município de CACIMBA DE AREIA, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.
Parágrafo único. Somente em licitações na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame é designado pregoeiro.

Art. 2º Nomeia-se os servidores **DAGMAR LIMA DE SOUZA e WILLAME DE FRANÇA ALMEIDA,** para exercerem a função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão o Agente de Contratação e o Pregoeiro no desempenho de suas atribuições.

Art. 3º Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação e do Pregoeiro a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

§ 1º O Agente de Contratação ou o Pregoeiro convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

§ 2º O Agente de Contratação ou o Pregoeiro convocará servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 4º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CACIMBA DE ARREIA – PB, 06 de janeiro de 2025.

HEITOR CARNEIRO CAMPOS
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Willame de França Almeida
Código Identificador:A83C72A8

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

Designação do gestor do contrato. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 151C.FD87.02C4.17FF.3ED7.DD7E.F6CC.351B.

32

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

DESPACHO DO SETOR DE CONTABILIDADE

Do: **Setor de Contabilidade**
Para: **Gabinete do Prefeito**

Em atenção à solicitação de Vossa Senhoria, informamos a existência de previsão de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes dos gastos com a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024**, nos termos das Lei n.º 14.133/2021, sendo que o pagamento será efetuado através da **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** : 02.040 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE- 10 301 1007 1005 AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - SUS- **ELEMENTO DE DESPESA** – 4490.52 99 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

Cacimba de Areia - PB, 20 de janeiro de 2025.

RADSON DOS SANTOS LEITE
Contador

Comprovação da existência de dotação orçamentária. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 4B4E.7B5C.3CC8.72E1.DC2B.CE59.219D.A04C.

278

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

CONTRATO Nº 05/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CACIMBA DE AREIA E A EMPRESA COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA, NA FORMA E CONDIÇÕES ABAIXO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA, Estado da Paraíba, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ: 08.874.984/0001-41, situada na Rua Capitão Silvino Xavier, n.º 88, Centro, Cacimba de Areia-PB, CEP:58.730-000, representado neste ato pelo Chefe do Executivo Municipal, o Prefeito **HEITOR CARNEIRO CAMPOS**, CPF n.º 091.706.074-19 e RG n. 3.595.772-SSP/PB, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e do outro lado a empresa: **COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA**, CNPJ nº 10.754.828/0001-99, com sede na ROD BR-230, KM 323, Bairro SALGADINHO, PATOS – PB, CEP: 58706-500 através do seu procurador o Sr. **FERNANDO EMMANUEL FRANÇA**, CPF: 982.099.904-97 e RG: 176670 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Lamarco Cordeiro, S/N, Bairro Jardim Magnólia, Cidade de Patos – PB, de ora em diante denominada **CONTRATADA,** tendo em vista o que consta **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO.

Item	Produto	Modelo	Und	Qtde	Val.unitário	Valor Total
0001	veículo tipo ambulância para simples remoção, furgão todo em chapa de aço original de fábrica,0 (zero) km, vendido por uma concessionária autorizada pelo fabricante ou pelo próprio fabricante; ano/modelo mínimos: 2024/2024; motorização mínima 1.4 (litros); potencia mínima: 84 cv ou superior (gás.) 86 cv ou superior (alc); combustível: flex; quantidade mínima de 03 (portas), sendo 02 (duas) portas dianteiras e	FIORINO ENDURANCE (ÂMBULANCIA) FIA	UND	01	**132.100,00**	**132.100,00**

Comprovantes de regularidade da contratada. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

	uma traseira tipo folha; pneus 175/70 r14; som; ar condicionado (dianteiro e traseiro); direção hidráulica ou superior; vidros elétricos dianteiros, travas elétricas; câmbio com 05 marchas a frente a uma ré; divisória entre a cabine do motorista e o compartimento do paciente; pintura sólida; cor: branca; capacidade para 5 pessoas incluindo o motorista; capacidade mínima do tanque de combustível 55 litros; capacidade mínima de carga de: 650,0 kg; garantia de 12(doze) meses, ofertado pelo fabricante; com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo código nacional de trânsito. especificações mínimas da transformação: ambulância tipo a simples remoção tipo furgoneta (especificação técnica veículo tipo furgoneta c/ carroceria em aço ou monobloco e original de fábrica, 0 km, airbag p/ os ocupantes da cabine, freio c/ (a.b.s.) nas 4 rodas, modelo do ano da contratação ou do ano posterior, adaptado p/ ambulância de simples remoção. motor dianteiro: 4 cilindros; combustível = flex; potência mínima de 84 cv;tanque de combustível: capac. mínima = 55 l. freios e suspensão. equipamentos obrigatórios exigidos pelo contran; cabine/carroceria: portas em chapa, c/ revestimento interno em poliestireno, c/ fechos interno e externo, resistentes e de aberturas de fácil acionamento. altura interna do veículo deve ser original de fábrica. o pneu estepe não deve ser acondicionado no salão de atendimento. sist. elétrico:original do veículo, c/ montagem de bateria de no mín 60 ah do tipo sem manutenção, 12 volts. o sist. elétrico dimensionado p/ o emprego simultâneo de todos os					

2.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 132.100,00 (Cento e Trinta e Dois Mil e Cem Reais).**

Comprovantes de regularidade da contratada. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3. Este contrato será executado sobre o regime de execução parcelada do fornecimento dos produtos

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA.

3.1. O prazo de vigência do contrato será iniciado na data de assinatura vigorando até o fim do presente exercício financeiro, podendo ser prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de CACIMBA DE AREIA/PB, para o exercício de 2025, na classificação abaixo02.040 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE- 10 301 1007 1005 AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - SUS- **ELEMENTO DE DESPESA** – 4490.52 99 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de

Comprovantes de regularidade da contratada. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

5.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE.

6.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.

6.2. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tomando-se por base a data da apresentação da proposta.

6.3. A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1° (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.

6.4. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

6.5. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

6.6. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de

Comprovantes de regularidade da contratada. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO.

7.1. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será de 5 dias úteis.

7.2. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de 5 dias úteis.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

9. CLÁUSULA NONA – DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 dias, em conformidade com o este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE COMPRA emitida pelo ente demandante.

9.2. A entrega dos bens será realizada no seguinte endereço: Rua Capitão Silvino Xavier, n.º 88, Centro, Cacimba de Areia-PB, CEP:58.730-000.

9.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

9.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.6. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7. Transcorrido o prazo de entrega previsto no item 9.1 a licitante contratada será notificada para restabelecer o fornecimento no prazo de até 48(quarenta e oito) horas sobre pena de rescisão do instrumento contratual e abertura de processo administrativo.

9.8. O veículo deverá possuir garantia mínima de 12 meses contra defeitos mecânicos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO.

10.1 Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

Comprovantes de regularidade da contratada. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

10.5. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

10.6. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

11.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

11.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

11.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

11.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.2 - SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

11.2.1 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

Comprovantes de regularidade da contratada. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

11.2.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.2.3 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

11.2.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

11.2.5 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.2.6 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.2.7 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

11.2.8 - Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

12.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;
IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Comprovantes de regularidade da contratada. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - Advertência;
II - Multa;
III - Impedimento de licitar e contratar;
IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:
I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
II - As peculiaridades do caso concreto;
III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.2.2. A sanção prevista no inciso I do item 13.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.2.3. A sanção prevista no inciso II do item 13.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

12.2.4. A sanção prevista no inciso III do item 13.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Conceição, pelo prazo de 3 (três) anos.

12.2.5. A sanção prevista no inciso IV do item 13.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.2.6. A sanção estabelecida no inciso IV do item 13.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

12.2.7. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.2.8. A aplicação das sanções previstas no item 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.2.9. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 13.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Comprovantes de regularidade da contratada. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

12.2.10. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 13.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO.

13.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

13.1.2. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.3. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTES ASPECTOS, CONFORME O CASO:

13.4.2. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.3. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.4. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES.

14.1. É VEDADO À CONTRATADA:

14.1.2. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.3. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES.

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Comprovantes de regularidade da contratada. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO.

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO.

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Patos/PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Cacimba de Areia - PB, 12 de fevereiro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA
HEITOR CARNEIRO CAMPOS
Prefeito Constitucional
CONTRATANTE

COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA
CNPJ nº 10.754.828/0001-99
CONTRATADO

Testemunhas:

1: _____ - CPF: _____

2: _____ - CPF: _____

Comprovantes de regularidade da contratada. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

288

PREFEITURA MUNICIPAL DE
Cacimba de Areia
Mais Trabalho, Novas Conquistas

EXTRATO DO CONTRATO N.º 05/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA – PB, CNPJ: 08.874.984/0001-41 **E A EMPRESA COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA,** CNPJ: 10.754.828/0001-99**.**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024.

VALOR GLOBAL: R$ 132.100,00 (Cento e Trinta e Dois Mil e Cem Reais).

VIGÊNCIA: 12/02/2025 à 31/12/2025

DATA E ASSINATURA: Cacimba de Areia – PB, 11 de fevereiro de 2025, HEITOR CARNEIRO CAMPOS, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Comprovantes de regularidade da contratada. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

Publicado por:
Ana Paula de Lima Silva
Código Identificador:B6D5A07A

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E A. DO SERVIDOR MUNICIPAL BONITENSE – IPASB
PORTARIA/IPASB/Nº 004/2025-RETIFICAR A PORTARIA DE Nº 001/2024, DE 21.02.2024, PUBLICADA NO DOM/FAMUP/PB

PORTARIA/IPASB/Nº 004/2025

A Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipal Bonitense – IPASB – no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 41 da Lei nº 828/2022 e legislação que disciplina a matéria;
RESOLVE:
Retificar a Portaria de nº 001/2024, de 21.02.2024, publicada no DOM/FAMUP/PB, edição nº 3560, de 26/02/2024, que passará a ter a seguinte redação e fundamento jurídico:
Art. 1º - Conceder o benefício de **PENSÃO POR MORTE – VITALÍCIA** – em favor de **ANTONIO CORDEIRO DE BRITO**, brasileiro, viúvo, portador do CPF nº 768.843.504-82, cujo direito previdenciário tem como fato gerador o falecimento de sua esposa ELIETE FERREIRA CORDEIRO (CPF nº 768.843.504-82), servidora inativa da Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé-PB (Processo TCE-PB nº 00911/17), e **com amparo legal o art. 40, § 7º, da CF/1988 (com redação dada pela EC 103/2019) c/c os arts. 27, inciso I, e 28, § 3º, inciso VI, ambos da Lei Complementar Municipal nº 828/2022.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Bonito de Santa Fé-PB, 11 de fevereiro de 2025.

ANA PAULA DE LIMA SILVA
Presidente Interina do IPASB

Publicado por:
Ana Paula de Lima Silva
Código Identificador:09F93200

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E A. DO SERVIDOR MUNICIPAL BONITENSE – IPASB
PORTARIA/IPASB/Nº 005/2025-RETIFICAR A PORTARIA DE Nº 012/2024, DE 20.08.2024, PUBLICADA NO DOM/FAMUP/PB

PORTARIA/IPASB/Nº 005/2025

A Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipal Bonitense – IPASB – no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 41 da Lei nº 828/2022 e legislação que disciplina a matéria;
RESOLVE:
Retificar a Portaria de nº 012/2024, de 20.08.2024, publicada no DOM/FAMUP/PB, edição nº 3685, de 21/08/2024, que passará a ter a seguinte redação e fundamento jurídico:
Art. 1º - Conceder o benefício de **PENSÃO POR MORTE – VITALÍCIA** – em favor de **DULCILEDA ACIOLE BARBOSA**, brasileira, viúva, aposentada, portador do CPF nº 570.879.464-04, cujo direito previdenciário tem como fato gerador o falecimento de seu esposo ANTONIO LACERDA DE SOUSA (CPF nº 687.735.018-91), servidor inativo da Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé-PB (Processo TCE-PB nº 11270/15), e **com amparo legal o art. 40, § 7º, da CF/1988 (com redação dada pela EC 103/2019) c/c os arts. 27, inciso I, e 28, § 3º, inciso VI, ambos da Lei Complementar Municipal nº 828/2022.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Bonito de Santa Fé-PB, 11 de fevereiro de 2025.

ANA PAULA DE LIMA SILVA
Presidente Interina do IPASB

Publicado por:
Ana Paula de Lima Silva
Código Identificador:0B9AF243

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E A. DO SERVIDOR MUNICIPAL BONITENSE – IPASB
PORTARIA/IPASB/Nº 006/2025-RETIFICAR A PORTARIA DE Nº 008/2024, DE 01.08.2024, PUBLICADA NO DOM/FAMUP/PB

PORTARIA/IPASB/Nº 006/2025

A Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipal Bonitense – IPASB – no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 41 da Lei nº 828/2022 e legislação que disciplina a matéria;
RESOLVE:
Retificar a Portaria de nº 008/2024, de 01.08.2024, publicada no DOM/FAMUP/PB, edição nº 3672, de 02/08/2024, que passará a ter a seguinte redação e fundamento jurídico:
Art. 1º - Conceder, em favor de **MANOEL VIEIRA ROLIM**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 359.122.514-20, ocupante do cargo de Agente da Guarda Municipal (matrícula funcional nº 00125), lotado da Secretaria Municipal de Saúde, o benefício de **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, com proventos integrais, com fundamento no Art. 3º, incisos I, II e III, parágrafo único, da EC 47/05 c/c o Art. 16, incisos I, II e III, da Lei Municipal nº 523/2006 e, ainda, com o Art. 26, da Lei Municipal nº 828/2022, de 29.06.2022.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Bonito de Santa Fé-PB, 11 de fevereiro de 2025.

ANA PAULA DE LIMA SILVA
Presidente Interina do IPASB

Publicado por:
Ana Paula de Lima Silva
Código Identificador:0829CD00

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E A. DO SERVIDOR MUNICIPAL BONITENSE – IPASB
PORTARIA/IPASB/Nº 007/2025-RETIFICAR A PORTARIA DE Nº 017/2024, DE 31.10.2024, PUBLICADA NO DOM/FAMUP/PB

PORTARIA/IPASB/Nº 007/2025

A Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipal Bonitense – IPASB – no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 41 da Lei nº 828/2022 e legislação que disciplina a matéria;
RESOLVE:
Retificar a Portaria de nº 017/2024, de 31.10.2024, publicada no DOM/FAMUP/PB, edição nº 3739, de 05/11/2024, que passará a ter a seguinte redação e fundamento jurídico:
Art. 1º - Conceder, em favor de **JOSÉ SÁVIO DE CARVALHO**, brasileiro, portador do CPF nº 313.214.964-00, ocupante do cargo de Analista Administrativo (matrícula funcional nº 0048), lotado da Secretaria Municipal de Administração, o benefício de **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, com proventos integrais, com fundamento no Art. 40, parágrafo 1º, inciso III, da CF/1988 (com redação dada pela EC 103/2019) c/c o Art. 22, incisos I, II, III, IV e V, § 1º, e ainda § 6º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 828/2022.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Bonito de Santa Fé-PB, 11 de fevereiro de 2025.

ANA PAULA DE LIMA SILVA
Presidente Interina do IPASB

Publicado por:
Ana Paula de Lima Silva
Código Identificador:D34AB5E2

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025

Comprovantes de regularidade da contratada. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024

O PREFEITO DA PREFEITURA DE CACIMBA DE AREIA, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o Art. 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 resolve **HOMOLOGAR**, o Processo Licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025**, em favor das empresas:

1 - COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA | Tipo: Ltda/Eireli - LC123: Não - Documento 10.754.828/0001-99.

Valor Global: R$ 132.100,00 (Cento e Trinta e Dois Mil e Cem Reais)

Cacimba de Areia – PB,10 de fevereiro de 2025.

HEITOR CARNEIRO CAMPOS
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Willame de França Almeida
Código Identificador:CC35D52B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 03/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA – PB, CNPJ: 08.874.984/0001-41 E A EMPRESA COPAUTO COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES LTDA, CNPJ: 10.754.828/0001-99.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024.

VALOR GLOBAL: R$ 132.100,00 (Cento e Trinta e Dois Mil e Cem Reais).

VIGÊNCIA: 10/02/2024 à 31/12/2025

DATA E ASSINATURA: Cacimba de Areia – PB, 10 de fevereiro de 2025, HEITOR CARNEIRO CAMPOS, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
Willame de França Almeida
Código Identificador:B6427BE7

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO

AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL

CREDENCIAMENTO Nº 0002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 000034/2025

A Prefeitura Municipal de catingueira - PB, através de seu Ager Contratação, torna público para conhecimento dos interessados fará realizar licitação, nos termos da Lei 14.133/2021, na modal CREDENCIAMENTO Nº 0002/2025, do tipo menor preço, c objeto: **CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas para post contratação, mediante documentação, de serviços méd especializados para procedimentos de consultas, atendend demandas da secretaria de Saúde do Município de Catingu PB.** O recebimento da documentação será a partir do dia 13.02.2(31/12/2025 das 08h00min às 15h00min horas, na sala de licita deste órgão, situado na Rua Inácio Felix de Oliveira, s/nº, Cent Catingueira-PB. O edital encontra-se nos ender www.tce.pb.gov.br e www.catingueira.pb.gov.br.

Catingueira-PB, 11 de fevereiro de 2025.

ROSINEIDE MARTINS DE FREITAS
Agente de Contratação

Publicado p
Rosineide Nartin s De Fre
Código Identificador:589A3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 01.0021/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01.0021/2025
Processo: PREGÃO ELETRONICO 00006/2025.
Processo Administrativo nº 000016/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Catingueira-PB
CONTRATADA: POSTO DIESEL SÃO JOSÉ LTDA, CN 35.419.946/0001-36.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PAI ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS EM TRANSIT NA REGIÃO ENTRE AS CIDADES DE JUAZEIRINHO SOLEDADE DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA-PB;
VALOR GLOBAL: R$ 918.800,00 (Novecentos e dezoito mil oitocentos reais).
Data da assinatura: 11 de fevereiro de 2025
Catingueira - PB, 11 de fevereiro de 2025

SUELIO FELIX DE ALENCAR
Prefeito Constitucional

Publicado po
Rosineide Nartin s De Freit
Código Identificador:95FAE47

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 01.0019/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01.0019/2025
Processo: PREGÃO ELETRONICO 00004/2025.
Processo Administrativo nº 00007/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Catingueira-PB
CONTRATADA: CENTRO AUTOMOTIVO PRIME CAR LTDA CNPJ 57.514.565/0001-04.
OBJETO: LOCAÇÃO DE DOIS VEÍCULOS DESTINADOS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA- PB
VALOR GLOBAL: R$ 170.400,00 (cento e setenta mil quatrocentos reais);
Data da assinatura; 10/02/2025.
Catingueira - PB, 11 de fevereiro de 2025.

SUÉLIO FELIX DE ALENCAR
Prefeito Constitucional

Publicado por
Rosineide Nartin s De Freita
Código Identificador:418533F

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE

Comprovantes de regularidade da contratada. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: Heitor C. Campos. Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: CB9E.3EBB.7832.7928.80F4.F48A.4B34.4E12.

RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 03/03/2025 às 10:44:42 foi protocolizado o documento sob o Nº 24271/25 da subcategoria Contratos , exercício 2025, referente a(o) Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Heitor Carneiro Campos.

Número do Contrato: 000000052025
Data da Publicação: 12/02/2025
Data da Assinatura: 12/02/2025
Data Final do Contrato: 31/12/2025
Valor Contratado: R$ 132.100,00
Situação do Contrato: Vigente
Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO PARA SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA DE TRANSFERENCIA ESPECIAL DO GOVERNO DA PARAÍBA N.º 255/2024
Contratado (Nome): FIAT COPAUTO - COMERCIO PATOENSE DE AUTOMOTORES
Contratado (CNPJ): 10.754.828/0001-99

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Não

Documento	Informado?	Autenticação
Comprovante de publicidade	Sim	cb9e3ebb7832792880f4f48a4b344e12
Comprovantes de regularidade da contratada	Sim	cb9e3ebb7832792880f4f48a4b344e12
Comprovação da existência de dotação orçamentária	Sim	4b4e7b5c3cc872e1dc2bce59219da04c
Contrato ou instrumento equivalente	Sim	cb9e3ebb7832792880f4f48a4b344e12
Designação da fiscalização técnica do contrato	Não	
Designação do fiscal administrativo do contrato	Não	
Designação do gestor do contrato	Sim	151cfd8702c417ff3ed7dd7ef6cc351b

João Pessoa, 03 de Março de 2025

Assinado Eletronicamente
conforme LC 192/2024 e Regimento Interno - RN-TC nº 07/2024

Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB

RECIBO PROTOCOLO. Doc. 08885/25. Data: 03/03/2025 10:44. Responsável: tramita.
Impresso por convidado em 04/03/2025 02:23. Validação: 5A98.81C4.8255.4141.7018.EC91.EC29.E532.

Documento: 08885/25
Subcategoria: Licitações
Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia
Exercício: 2025

CERTIDÃO

CERTIDÃO DE ANEXAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 03/03/2025 às 10:44h o usuário TRAMITA (operação automática) anexou o Documento 24271/25 ao Documento 08885/25, tendo sido copiados os seguintes arquivos para os autos eletrônicos do Documento 08885/25:

Documento	Páginas	Autenticação
Contrato ou instrumento equivalente	207 - 219	cb9e3ebb7832792880f4f48a4b344e12
Comprovante de publicidade	220 - 232	cb9e3ebb7832792880f4f48a4b344e12
Designação do gestor do contrato	233	151cfd8702c417ff3ed7dd7ef6cc351b
Comprovação da existência de dotação orçamentária	234	4b4e7b5c3cc872e1dc2bce59219da04c
Comprovantes de regularidade da contratada	235 - 247	cb9e3ebb7832792880f4f48a4b344e12
RECIBO PROTOCOLO	248	5a9881c4825541417018ec91ec29e532

João Pessoa, 03 de Março de 2025

Assinado Eletronicamente
conforme LC 192/2024 e Regimento Interno - RN-TC nº 07/2024

Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB